

ESTUDOS

Estados Brasileiros

Ceará



ALFREDO JOSÉ PESSOA DE OLIVEIRA
ORG.



FUNDAÇÃO
Perseu Abramo
Partido dos Trabalhadores

ESTUDOS

Estados Brasileiros

Ceará

2000-2013



FUNDAÇÃO
Perseu Abramo
Partido dos Trabalhadores

2014

FUNDAÇÃO PERSEU ABRAMO

Instituída pelo Diretório Nacional do Partido dos Trabalhadores em maio de 1996.

DIRETORIA

Presidente: Marcio Pochmann

Vice-presidenta: Iole Ilíada

Diretoras: Fátima Cleide e Luciana Mandelli

Diretores: Kjeld Jakobsen e Joaquim Soriano

Coordenação da coleção Projetos para o Brasil

Fátima Cleide

Colaboração

Kjeld Jakobsen

EDITORA FUNDAÇÃO PERSEU ABRAMO

Coordenação editorial: Rogério Chaves

Assistente editorial: Raquel Maria da Costa

Preparação e revisão: Jorge Pereira

Coordenador: Alfredo José Pessoa de Oliveira

Colaboradores: Luizianne de Oliveira Lins, Raimundo Nonato Lima Ângelo,
Nágela Raposo Alves, José Meneleu Neto, Francisca Rocicleide Ferreira da Silva

Projeto gráfico e diagramação: Caco Bisol Produção Gráfica Ltda.

Ilustração de capa: Vicente Mendonça

Direitos reservados à Fundação Perseu Abramo

Rua Francisco Cruz, 234 – 04117-091 São Paulo - SP

Telefone: (11) 5571-4299 – Fax: (11) 5573-3338

Visite a página eletrônica da Fundação Perseu Abramo: www.fpabramo.org.br

Visite a loja virtual da Editora Fundação Perseu Abramo: www.efpa.com.br

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

C387 Ceará 2000-2013 / Alfredo José Pessoa de Oliveira, org. – São Paulo :
Editora Fundação Perseu Abramo, 2014.
108 p. ; 23 cm – (Estudos Estados Brasileiros)

Inclui bibliografia.

ISBN 978-85-7643-266-1

1. Ceará - Política. 2. Ceará - Economia. 3. Ceará - Investimentos
públicos. 4. Ceará - Aspectos sociais. 5. Ceará - Administração pública. I.
Oliveira, Alfredo José Pessoa de. II. Série.

CDU 32(813.1)

CDD 320.981

(Biblioteca responsável: Sabrina Leal Araujo – CRB 10/1507)

SUMÁRIO

- 5 APRESENTAÇÃO**
- 9 INTRODUÇÃO**
- 13 DEMOGRAFIA**
- 23 SITUAÇÃO SOCIAL**
- 41 BALANÇO DAS POLÍTICAS SOCIAIS**
- 51 ECONOMIA DE ESTADO**
- 61 INFRAESTRUTURA**
- 71 ESTRUTURA PRODUTIVA**
- 77 SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL**
- 83 ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA**
- 91 POLÍTICA**
- 97 PROGRAMA DE ACELERAÇÃO DO CRESCIMENTO (PAC)**
- 103 CONCLUSÕES**
- 105 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS**

APRESENTAÇÃO

Uma das características dos governos neoliberais que assolaram o Brasil durante a década de 1990 foi a privatização do estado e a centralização da política, bem como das diretrizes da gestão pública em mãos do governo federal em contradição com o federalismo previsto na Constituição da República. Desta forma, transformaram nossos entes federativos, estados e municípios, em meros executores das diretrizes emanadas do poder executivo sediado em Brasília.

As consequências dessas medidas foram graves no tocante à perda de recursos e de instrumentos de planejamento e promoção do desenvolvimento regional e estadual. Além disso, dezenas de empresas públicas do setor financeiro, energia, comunicações, transportes e saúde locais foram privatizadas com visíveis prejuízos aos direitos dos cidadãos dos 26 estados e do Distrito Federal de receber atendimento por meio de serviços públicos acessíveis e de qualidade.

O Projeto Estados, promovido pela Fundação Perseu Abramo, visa enfrentar estes desdobramentos do período neoliberal ao reunir e interpretar uma série de dados de cada um dos estados brasileiros e do Distrito Federal para levantar os principais problemas, potencialidades e desafios na metade da segunda década do século XXI, bem como embasar os programas de governo dos candidatos e das candidatas do Partido dos Trabalhadores ou das coligações que o PT eventualmente venha a participar na disputa das eleições para governador/a em 2014.

O conteúdo dos estudos incluem indicadores gerais e análise de cada estado e de suas dimensões sub-regionais, bem como propostas de soluções dos problemas identificados, além de apontar para um modelo de desenvolvimento e agenda decorrente. Desta forma, os indicadores de cada estado incluem demografia; situação social; balanço das políticas sociais; economia, infraestrutura e estrutura produtiva do estado; condicionantes ambientais; análise da capacidade de gestão pública local; impactos do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) e o quadro político local. Estas informações também alimentarão um banco de dados que deverá ser atualizado periodicamente para permitir o acompanhamento e aprofundar a análise da evolução dos desenvolvimentos estaduais e da eficácia das respostas implementadas para solucionar os problemas detectados.

Percebemos por meio destes estudos como um primeiro elemento que há uma evolução positiva na situação social e econômica nos estados brasileiros devido às políticas implementadas pelos governos Lula e Dilma. Entretanto, verificamos também que naqueles estados onde o PT e aliados governam proporcionando sinergia entre as iniciativas federais e estaduais houve avanço maior e mais acelerado do que naqueles governados pela direita.

Este trabalho foi coordenado em cada um dos estados por especialistas que atuam no meio acadêmico ou em instituições de pesquisa locais e que na maioria dos estados puderam contar com a colaboração de vários companheiros e companheiras mencionados em cada um dos estudos publicados.

Nossos profundos agradecimentos aos coordenadores e colaboradores desta coletânea de dados e análises e esperamos que sejam úteis para a ação de nossos militantes que pretendem enfrentar o desafio de promover as transformações necessárias em direção ao desenvolvimento sustentável e à justiça social em cada um dos rincões do Brasil.

Boa leitura!

*A Diretoria
Fundação Perseu Abramo*

CEARÁ 2000-2013

ALFREDO JOSÉ PESSOA DE OLIVEIRA
ORG.

ESTUDOS

Estados Brasileiros

INTRODUÇÃO

A formação da capitania do “Siará Grande” (Rio Grande do Norte, Maranhão e Ceará), doada em 1535 a Antônio Carlos de Barros, é o primeiro registro do Ceará na divisão hereditária a que foi submetido o Brasil pela metrópole portuguesa. O estado do Ceará teve seu primeiro registro histórico em julho de 1603, quando o açoriano Pero Coelho liderou uma expedição e demonstrou interesse em colonizar as futuras terras alencarinas. Em 1612, chega ao Ceará Martim Soares Moreno, conhecido como o verdadeiro fundador do Ceará, profundo conhecedor da língua e dos costumes indígenas. Após as invasões holandesas e a retomada da capitania pelos portugueses em 1654, funda-se o Forte de Fortaleza de Nossa Senhora de Assunção, símbolo histórico da capital cearense até hoje.

Em 1680, o Siará passa a ser capitania subalterna de Pernambuco e desmembra-se em 1799. Em 1822, o Siará torna-se província do Império. Com a Proclamação da República em 1889, a província torna-se o atual estado do Ceará. É importante registrar que a escravidão no Ceará terminaria quatro anos antes da Lei Áurea. A recusa de um jangadeiro para transportar escravos foi o motivo que fez o Ceará se tornar o primeiro Estado brasileiro a abolir a escravatura: Dragão do Mar, foi assim que ficou conhecido José do Nascimento. O sentido do nome vem do antigo nome da capitania, Siará Grande, que tem vários significados: canto da jandaia, papagaio pequeno, caranguejo branco e água verde.

O estado do Ceará tem uma área de 148.825,6 km quadrados, limitado ao norte com o Oceano Atlântico; ao sul, com o estado de Pernambuco; ao leste,

com os estados do Rio Grande do Norte e Paraíba; e a oeste, com o estado do Piauí. O estado participa com 9,57% da área do Nordeste e 1,7% da área nacional. Possui posição estratégica com três continentes: Europa, África e América do Norte, facilitando as trocas comerciais e a expansão das atividades turísticas, particularmente pela extensão da linha da costa litorânea, que é de 573 km, com destaque para as cidades de Aquiraz, com 57,5 km de litoral, Fortaleza (33,4 km) e Caucaia (30,7 km), todas na Região Metropolitana de Fortaleza.

Os solos preponderantes são os neossolos, agrissolos e luvisolos (78,1% do total), com pouca profundidade, deficiência hídrica e vulneráveis à erosão; por isso, associado ao fenômeno das secas, requer maiores cuidados na exploração e conservação dos recursos naturais. Temos no estado 69 unidades de conservação: 26 áreas de proteção ambiental (APAs), cinco parques ecológicos, duas florestas nacionais, três estações ecológicas, um parque botânico, um jardim botânico, um corredor ecológico, quatro reservas ecológicas, dez reservas particulares do patrimônio natural, dois monumentos naturais, dois parques nacionais, um parque estadual, um parque natural e uma reserva extrativista. Os principais números dos recursos hídricos são: 133 açudes, 122 adutoras, 197 poços profundos e oito eixos de integração.

O clima predominante é o tropical quente e úmido, que abrange 98 municípios do estado e quase 68% do território, seguido pelo tropical quente semiárido brando (46 municípios), tropical quente subúmido (28 municípios), tropical quente e úmido (oito municípios) e tropical subquente úmido (quatro municípios). Essa característica climática é marcada por irregularidades pluviométricas e altas taxas de evapotranspiração que, por sua vez, torna o território susceptível ao fenômeno das secas. No tocante à diversidade paisagística, o estado apresenta predominância da vegetação da caatinga arbustiva e arbórea no sertão semiárido representando 69,2%; as florestas de mata ciliar, de mata seca, de cerradão e de mata úmida representam 12,2%; no litoral observamos a ocorrência de dunas e mangues (12,1%) com temperaturas mais amenas e maiores índices pluviométricos. Uma paisagem de exceção no contexto do semiárido e litorâneo encontra-se nas regiões serranas, especialmente nas serras de Guaramiranga e Ibiapaba, que possuem condições climáticas semelhantes a alguns municípios da região sudeste.

O estado do Ceará possui população estimada (2010) de 8.452.381 habitantes, sendo 4.120.088 (48,7%) composta de homens e 4.332.293 (51,3%) de mulheres, 75% dessa população vive em áreas urbanas com densidade demográfica de 56,8 hab/km² e com uma taxa de urbanização de 75,1%.

A divisão político-administrativa do Estado reúne 184 municípios, oito macrorregiões de planejamento, duas regiões metropolitanas, vinte microrregiões

administrativas, sete mesorregiões geográficas e 33 microrregiões geográficas. Em termos de importância econômica, destacamos a Região Metropolitana de Fortaleza (15 municípios) e a Região Metropolitana do Cariri (nove municípios). A Região Metropolitana de Fortaleza (RMF) é composta de 15 municípios, são eles: Fortaleza, Aquiraz, Caucaia, Chorozinho, Eusébio, Guaiúba, Horizonte, Itaitinga, Maracanaú, Maranguape, Pacajus, Pacatuba, São Gonçalo do Amarante, Pindoretama e Cascavel. Existem outras grandes cidades importantes e que estão fora da RMF como: Juazeiro do Norte, Crato, Sobral, Aracati, Quixadá, Iguatu, Itapipoca. A Região Metropolitana do Cariri (RMC) é composta de nove municípios, são eles: Crato, Juazeiro do Norte, Barbalha, Missão Velha, Jardim, Caririaca, Nova Olinda, Santana do Cariri e Farias Brito.

O organograma administrativo do estado do Ceará é composto pelo gabinete do governador, a administração direta (secretarias), a administração indireta (autarquias, fundações, empresas públicas e de economia mista) e as organizações sociais.

No gabinete do governador, estão a Casa Civil, a Casa Militar, a Procuradoria Geral do Estado, a Defensoria Pública Geral, a Agência de Desenvolvimento do Estado do Ceará (Adece), o Conselho Estadual de Educação, o Conselho Estadual de Desenvolvimento Econômico e o Conselho de Políticas e Gestão do Meio Ambiente.

A administração direta engloba as seguintes secretarias: Fazenda, Planejamento e Gestão, Controladoria e Ouvidoria Geral, Educação, Justiça e Cidadania, Trabalho e Ação Social, Saúde, Cultura, Recursos Hídricos, Esporte, Especial da Copa 2014, Pesca e Aquicultura, Ciência Tecnologia e Educação Superior, Turismo, Infraestrutura, Desenvolvimento Agrário, Cidades, Segurança Pública e Defesa Social (que reúne a Polícia Militar do Ceará, a Superintendência da Polícia Civil e o Corpo de Bombeiros Militar).

As autarquias são: a Agência de Defesa Agropecuária do Estado do Ceará (Adagri), o Instituto de Desenvolvimento Agrário do Ceará (Idace), a Superintendência de Obras Hidráulicas (Sohidra), a Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados do Estado do Ceará (Arce), o Departamento de Edificações e Rodagens (DER), o Departamento Estadual de Trânsito (Detran), a Junta Comercial do Estado do Ceará (Jucec), a Escola de Saúde Pública (ESP), a Escola de Gestão Pública (EGP), o Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará (Ipece), o Instituto de Saúde dos Servidores do Estado do Ceará (ISSEC), a Superintendência Estadual do Meio Ambiente (Semace) e o Instituto de Prevenção do Câncer (IPC).

As Fundações consistem em: Fundação Cearense de Apoio ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico (Funcap), Fundação Núcleo de Tecnologia

Industrial (Nutech), Fundação Cearense de Meteorologia e Recursos Hídricos (Funceme), Fundação de Teleducação do Ceará (TV Ceará).

As Empresas Públicas: Empresa de Tecnologia de Informação do Ceará (Etice), Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Ceará (Ematerce).

As Empresas de Economia Mista são: Empresa Administradora da Zona de Processamento Exportação de Pecém S.A. (ZPE Ceará), Centrais de Abastecimento do Ceará S.A. (Ceasa), Companhia de Gestão de Recursos Hídricos (Cogerh), Companhia de Integração Portuária do Ceará (Ceará Portos), Companhia de Gás do Ceará (Cegás), Companhia Cearense de Transportes Metropolitanos (Metrofor), Companhia de Água e Esgoto do Ceará (Cagece).

As Organizações Sociais somam seis: Instituto Agropolos (IA), Instituto de Desenvolvimento do Trabalho (IDT), Centro Dragão do Mar de Arte e Cultura/Instituto de Arte e Cultura do Ceará (IACC), Instituto de Saúde e Gestão Hospitalar (ISGT), Centro de Gestão e Desenvolvimento Tecnológico (CGDT), Instituto Centro de Ensino Tecnológico (Centec).

A principal cidade é Fortaleza, que concentra mais de 50% do PIB e emprego do estado do Ceará e quase 30% da população. Com população de 2,5 milhões de habitantes, a capital do Ceará destacou-se nos últimos anos pelo elevado volume de investimentos e pela geração de empregos formais, liderando o *ranking* no Nordeste nessas duas variáveis entre 2006-2012. Os principais investimentos situam-se na área de infraestrutura urbana (drenagem, pavimentação, acessibilidade, iluminação, padronização de calçadas, túneis de acesso e viadutos), habitações, reurbanização da orla marítima, hospital, estádio, equipamentos culturais e construção de creches e escolas. A cidade também apresentou o maior crescimento da região de estabelecimentos com Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ) entre 2005-2010, com destaque para os seguintes setores: comércio, serviços e construção civil. É também a cidade mais visitada do Nordeste e a terceira em turismo nacional, oferecendo, além do binômio sol-mar, um réveillon estruturado, pré-carnaval reconhecido, carnaval renovado, manutenção da tradição dos festejos juninos e programação cultural de férias que movimenta a cadeia produtiva do entretenimento.

DEMOGRAFIA

A população cearense, de acordo com o Censo Demográfico do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), vem crescendo nos últimos anos. Somente de 2000 a 2010, aumentou em mais 1.021.720 habitantes, alcançando em 2010 uma população total de 8.452.381. O estado também, na última década, apresentou um crescimento de 19,4% de residentes em zonas urbanas, conferindo ao Ceará uma taxa de urbanização de 75,1%. É importante notar que a taxa de urbanização na Região Metropolitana de Fortaleza permanece praticamente inalterada nos últimos vinte anos.

A densidade demográfica, que expressa a relação entre população e a superfície do território, elevou-se de 51,0 habitantes por km² em 2000 para 56,8 em 2010. Do mesmo modo, a esperança de vida, ao nascer, aumentou para cinco anos em 2010 (71,3 anos) comparada com os 66,4 anos registrado em 2000, seguindo tendência nacional e indicando melhoria das condições de saúde da população. Para as mulheres, a esperança de vida ao nascer é de 75,7 anos, enquanto para os homens é menor, 67,1 anos (IBGE, 2010).

Outro indicador não menos importante é a razão de dependência, que vem diminuindo ao longo dos anos e atinge o patamar de 50,3% em 2010 (38,9% entre jovens de 0 a 14 anos, e 11,4% entre idosos acima de 65 anos ou mais), demonstrando que a população produtiva vem cada vez menos sustentando pessoas economicamente dependentes. Esse indicador reflete as maiores taxas de emprego formal registradas nos últimos anos no Brasil, Nordeste, Ceará e particularmente na Região Metropolitana de Fortaleza.

A taxa média geométrica de crescimento anual da população, segundo a situação de domicílio entre 1940 e 2010, teve seu maior registro entre 1960 e 1970, 2,8%. Nas últimas duas décadas, esse percentual apresentou crescimento de 1,7% (1991-2000) e de 1,3% (2000-2010). É importante destacar que nos últimos vinte anos a taxa de crescimento da população cresce justamente nas áreas urbanas, enquanto as áreas rurais apresentam taxas de crescimento negativas.

COMPOSIÇÃO ETÁRIA

A composição etária será apresentada nos três próximos quadros, subdividida em 13 faixas de idade: a situação do domicílio, urbano ou rural e o gênero para os anos de 1991, 2000 e 2010. É importante destacar os aumentos e diminuições da população por faixa etária. A população de 0 a 4 anos e de 5 a 9 anos diminui se analisarmos os Censos de 1991, 2000 e 2010. A população de 10 a 14 anos aumenta de 1991 para 2000 e se reduz em 2010. Todas as outras faixas de população, de 15 ou mais, aumenta tanto de 1991 para 2000 quanto de 2000 para 2010.

Tabela 1

Ceará – População residente, por situação de domicílio e sexo segundo os grupos de idade 1991

Grupos idade	Total	Urbana	Rural	Homens	Mulheres
Total	6.366.647	4.162.007	2.204.640	3.090.243	3.276.404
0 a 4 anos	832.468	511.782	320.686	421.840	410.628
5 a 9 anos	835.818	517.275	318.543	421.174	414.644
10 a 14 anos	792.809	494.484	298.325	396.397	396.412
15 a 19 anos	689.156	448.152	241.004	338.232	350.924
20 a 24 anos	564.996	395.563	169.433	269.281	295.715
25 a 29 anos	505.984	359.926	146.058	239.874	266.110
30 a 34 anos	394.511	281.225	113.286	185.473	209.038
35 a 39 anos	336.848	235.591	101.257	156.422	180.426
40 a 44 anos	302.361	205.229	97.132	141.986	160.375
45 a 49 anos	240.171	158.258	81.913	113.024	127.147
50 a 59 anos	381.020	246.488	134.532	176.259	204.761
60 a 69 anos	279.697	176.154	103.543	131.276	148.421
70 anos ou mais	210.808	131.880	78.928	99.005	111.803

Fonte: Ceará em Números. Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará (Ipece), Fortaleza, 2012.

Tabela 2

Ceará – População residente, por situação de domicílio e sexo segundo os grupos de idade
2000

Grupos idade	Total	Urbana	Rural	Homens	Mulheres
Total	7.430.661	5.315.318	2.115.343	3.628.474	3.802.187
0 a 4 anos	803.208	550.697	252.511	408.789	394.419
5 a 9 anos	822.505	556.917	265.588	418.274	404.231
10 a 14 anos	866.556	589.903	276.653	436.882	429.674
15 a 19 anos	821.368	584.778	236.590	410.675	410.693
20 a 24 anos	682.739	507.492	175.247	335.481	347.258
25 a 29 anos	564.756	427.423	137.333	273.181	291.575
30 a 34 anos	529.194	402.386	126.808	253.668	275.526
35 a 39 anos	483.092	366.368	116.724	232.025	251.067
40 a 44 anos	379.085	285.306	93.779	178.005	201.080
45 a 49 anos	319.430	234.744	84.686	149.286	170.144
50 a 59 anos	499.739	353.181	146.558	232.843	266.896
60 a 69 anos	346.613	241.127	105.486	157.384	189.229
70 anos ou mais	312.376	214.996	97.380	141.981	170.395

Fonte: Ceará em Números. Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará (Ipece), Fortaleza, 2012.

Tabela 3

Ceará – População residente, por situação de domicílio e sexo segundo os grupos de idade
2010

Grupos idade	Total	Urbana	Rural	Homens	Mulheres
Total	8.452.381	6.346.557	2.105.824	4.120.088	4.332.293
0 a 4 anos	644.700	475.600	169.100	328.694	316.006
5 a 9 anos	696.243	502.542	193.701	354.622	341.621
10 a 14 anos	847.307	603.929	243.378	431.154	416.153
15 a 19 anos	846.841	617.139	229.702	425.466	421.375
20 a 24 anos	822.837	635.854	186.983	406.534	416.303
25 a 29 anos	742.892	583.592	159.300	364.393	378.499
30 a 34 anos	657.941	513.119	144.822	319.976	337.965
35 a 39 anos	576.428	448.510	127.918	277.797	298.631
40 a 44 anos	541.147	420.284	120.863	258.829	282.318
45 a 49 anos	479.240	368.656	110.584	228.511	250.729
50 a 59 anos	687.330	516.900	170.430	317.394	369.936
60 a 69 anos	473.002	344.460	128.542	217.535	255.467
70 anos ou mais	590.045	426.939	163.106	253.890	336.155

Fonte: Ceará em Números. Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará (Ipece), Fortaleza, 2012.

GÊNERO E RACIAL**GÊNERO**

Nos últimos 70 anos, podemos dizer que há mais mulheres do que homens no Ceará. De acordo com a tabela a seguir e com os últimos dados disponibilizados pelo Censo de 2010, os percentuais são de 51,3% para mulheres e de 48,7% para homens.

Tabela 4

Ceará – População residente, segundo o sexo e a situação do domicílio, taxa de urbanização e densidade demográfica (em 1.000 habitantes)
1940-2010

Discriminação	1940	1950	1960	1970	1980	1991	2000	2010
População residente	2.091	2.695	3.296	4.361	5.288	6.366	7.430	8.452
Homens	1.028	1.321	1.612	2.130	2.572	3.090	3.628	4.120
Mulheres	1.062	1.373	1.683	2.231	2.715	3.276	3.802	4.332

Fonte: Ceará em Números. Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará (Ipece), Fortaleza, 2012.

A população por gênero também pode ser visualizada na tabela seguinte, que reúne informações da população de homens e mulheres na Região Metropolitana de Fortaleza e nas cidades que possuem população em torno de

Tabela 5

RMF e municípios selecionados: População residente, por situação de domicílio e sexo, taxa média geométrica de crescimento anual, densidade demográfica e taxa de urbanização
2010

Municípios	Total (mil)	Urbana (mil)	Rural (mil)	Homens (mil)	Mulheres (mil)	G (%)	D (hab/km ²)	U (%)
Ceará	8.452	6.346	2.105	4.120	4.332	1,3	56,8	75,1
RMF	3.615	3.475	140	1.724	1.891	1,7	624,0	96,1
Fortaleza	2.452	2.452	-	1.147	1.304	1,4	7.786,5	100
Caucaia	325	290	35	159	165	2,7	265,9	89,2
Maracanaú	209	207	1,4	102	106	1,5	1.877,7	99,3
Maranguape	113	86	27	56	56	2,6	192,2	76,0
Juazeiro do Norte	249	240	9	118	131	1,7	1.006,9	96,1
Sobral	188	166	21	91	96	1,9	88,7	88,4
Crato	121	100	20	57	63	1,5	104,9	83,1
Itapipoca	116	66	49	58	57	2,1	72,4	57,6
Iguatu	96	74	21	46	50	1,2	94,9	77,3
Quixadá	80	57	23	39	40	1,5	39,9	71,3

Fonte: Ceará em Números. Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará (Ipece), Fortaleza, 2012.

100 mil habitantes. Esse quadro também revela o comportamento da taxa média geométrica de crescimento anual, da densidade demográfica e da taxa de urbanização na Região Metropolitana de Fortaleza e principais cidades cearenses.

Analisando a tabela, constatamos que o padrão de urbanização das principais cidades é maior ou próximo da média cearense, exceto para o município de Itapipoca. A predominância populacional de mulheres também se assemelha com os números encontrados para o Ceará, exceto para o município de Itapipoca. No que se refere à taxa de crescimento anual da população, observamos que alguns municípios possuem taxa bem maiores do que a média cearense, como Caucaia, Maranguape, Itapipoca e Sobral. E como já era de se esperar, a densidade demográfica das principais cidades cearenses supera em muito a média do estado, exceto para a cidade de Quixadá, com média abaixo de 56,8 habitantes por quilômetro quadrado em 2010.

RACIAL

Os dados coletados para analisar o perfil da raça ou cor da população cearense – comparados com o do país, das regiões e de outros estados da federação brasileira – foram obtidos a partir do Censo 2010 disponibilizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). De acordo com a definição de raça ou cor, o indivíduo pode se autodeclarar branco, preto, amarelo, pardo ou indígena.

No Brasil, a maioria da população se autodeclara de cor branca, exceto na região Nordeste, onde a cor/raça parda foi a predominante: 61,8% dos cearenses se declararam pardos. O Censo também relaciona por cor/raça o nível de escolaridade e o valor do rendimento médio da população brasileira, regiões e estados.

O nível de escolaridade relativo à alfabetização de 5 anos ou mais indica que 89,0% da população brasileira está alfabetizada. Comparando por cor/raça, percebe-se que os brancos (92,8%) possuem o maior percentual no Brasil, seguidos por amarelos (90,0%), pardos (85,7%), pretos (85%) e indígenas (73,7%). Essa hierarquia se repete quando observamos os números para a região Nordeste, entretanto, com percentual de alfabetização menor do que a brasileira (80,1%). Em 21º no *ranking* nacional, o Ceará, com 81,2%, também possui taxa de alfabetização menor do que a brasileira e um pouco maior do que a do Nordeste. Para cor/raça branca, o Ceará registra o percentual de 85,3%; e para cor/raça parda, 79,8% de alfabetizados.

No que se refere ao rendimento nominal médio mensal das pessoas de 10 anos ou mais de idade por cor ou raça para o Brasil, regiões e estados, temos a seguinte configuração: a média nacional do rendimento foi de R\$ 1.202,05,

enquanto que a do Nordeste, menor do país, foi de R\$ 805,54, contrastando com a maior média registrada no Centro-Oeste, R\$ 1.422,28. Utilizando o recorte de cor ou raça, temos os seguintes rendimentos no Brasil: para amarelos (R\$ 1.572,08), para brancos (R\$ 1.535,94), para pardos (R\$ 844,66), para pretos (R\$ 833,21), e para indígenas (R\$ 734,88). No Nordeste e no Ceará, a sequência é quase a mesma do Brasil, com a inversão de brancos em primeiro e amarelos em segundo. No Censo de 2010, o Ceará ocupa a 25ª posição no *ranking* nacional, com renda média de R\$ 770,72, a frente apenas do Piauí e do Maranhão, que contrastam com o Distrito Federal (R\$ 2.461,72).

Analisando os dados regionalizados, constatamos que a maioria que se autodeclara de cor/raça branca estão no Sudeste (43,6%) e no Sul (23,6%). O Sudeste também possui a maioria dos que se declararam ser de cor/raça preta (43,7%), seguido pelo Nordeste (34,8%). Assim, no Brasil, 67,2% dos que se declaram de cor/raça branca estão no Sul e Sudeste, e 78,5% dos de cor/raça preta estão no Sudeste e no Nordeste. Para cor/raça amarela, repete-se o padrão da cor/raça preta: a maioria encontra-se no Sudeste e Nordeste. A cor/raça parda também se encontra em sua maioria no Nordeste e Sudeste. No Nordeste, 59,4% se autodeclararam de cor/raça parda, somando com a de cor/raça branca constata-se que 88,8% da população nordestina é de cor/raça parda e branca. A cor/raça indígena está situada nas regiões Norte, que possui 37,3% da população indígena, e Nordeste, que possui 25,5%.

Tabela 6

**Brasil e regiões – População residente por cor ou raça
2010**

	Total	Branca	Preta	Amarela	Parda	Indígena	SD*
Brasil	190.755.799	91.051.646	14.517.961	2.084.288	82.277.333	817.963	6.608
Norte	15.864.454	3.720.168	1.053.053	173.509	10.611.342	305.873	509
Nordeste	53.081.950	15.627.710	5.058.802	631.009	31.554.475	208.691	1.263
Sudeste	80.364.410	44.330.981	6.356.320	890.267	28.684.715	97.960	4.167
Sul	27.386.891	21.490.997	1.109.810	184.904	4.525.979	74.945	256
Centro-Oeste	14.058.094	5.881.790	939.976	204.599	6.900.822	130.494	413

Fonte: Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará (IPECE), Informe nº 23 – Perfil da Raça da População Cearense – a partir dos dados do Censo Demográfico 2010. Fortaleza, março de 2012.

*Sem definição

Analisando os Estados da federação brasileira, podemos perceber que Santa Catarina (83,9%) e Rio Grande do Sul (83,2%) são os que mais declararam cor/raça branca. Na cor/raça preta, se destacam Bahia e Rio e Janeiro com, respectivamente, 17,1% e 12,3%. A cor/raça amarela aparece em maior

percentual nos estados do Piauí (2,14%) e Acre (1,89%). Na parda, estão os estados do Pará (69,5%), Amazonas (68,8%) e Maranhão (66,5%). Já na indígena, despontam os estados de Roraima (11,02%), Amazonas (4,8%) e Mato Grosso do Sul (2,9%). No Ceará, 61,8% da população se autodeclarou parda, que somada à cor/raça branca (32%) indica a predominância de pardos e brancos (93,8%). No tocante à cor/raça parda, o Ceará possui um percentual superior ao Nordeste (59,4%) e ao Brasil (43,1%).

Tabela 7**Estados brasileiros – População residente por cor ou raça (em %)**

2010

UF	Branca	Preta	Amarela	Parda	Indígena
Rondônia	35,3	6,8	1,4	55,6	0,7
Acre	23,8	5,8	1,8	66,2	2,1
Amazonas	21,2	4,1	0,9	68,8	4,8
Roraima	20,9	5,8	0,9	61,2	11,0
Pará	21,8	7,2	0,9	69,5	0,5
Amapá	23,9	8,7	0,9	65,2	1,1
Tocantins	24,9	9,1	1,8	63,1	0,9
Maranhão	22,1	9,6	1,1	66,5	0,5
Piauí	24,3	9,3	2,1	64,0	0,09
Ceará	32,0	4,6	1,2	61,8	0,2
Rio Grande do Norte	41,1	5,2	1,0	52,4	0,08
Paraíba	39,8	5,6	1,2	52,7	0,5
Pernambuco	36,6	6,4	0,9	55,3	0,6
Alagoas	31,6	6,5	1,1	60,1	0,4
Sergipe	28,2	8,9	1,2	61,3	0,2
Bahia	22,1	17,1	1,1	59,1	0,4
Minas Gerais	45,3	9,2	0,9	44,2	0,1
Espírito Santo	42,1	8,3	0,6	48,6	0,2
Rio de Janeiro	47,4	12,3	0,7	39,3	0,1
São Paulo	63,9	5,5	1,3	29,1	0,1
Paraná	70,3	3,1	1,1	25,0	0,2
Santa Catarina	83,9	2,9	0,4	12,4	0,2
Rio Grande do Sul	83,2	5,5	0,3	10,5	0,3
Mato Grosso do Sul	47,2	4,9	1,2	43,5	2,9
Mato Grosso	37,4	7,5	1,1	52,4	1,4
Goiás	41,6	6,5	1,6	50,0	0,1
Distrito Federal	42,1	7,7	1,6	48,2	0,2

Fonte: Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará (IPECE), Informe nº 23 – Perfil da Raça da População Cearense – a partir dos dados do Censo Demográfico 2010. Fortaleza, março de 2012.

TAXA DE EXPANSÃO POPULACIONAL

O estado do Ceará, com base nos últimos Censos Demográficos, expandiu sua população, aumentou a densidade demográfica e se urbanizou. A tabela a seguir revela que a taxa geométrica de crescimento da população foi maior até os anos 1980, nos últimos vinte anos reduziu um pouco e nos últimos dez anos mais ainda. No que se refere à densidade demográfica, podemos constatar que ela é maior nos últimos vinte anos, visto que em 1980 os habitantes por km² no Ceará não ultrapassavam 36, em 1991 saltou para 43,9, em 2000 para 51 e atualmente está em torno de 56,8. A taxa de urbanização se elevou bastante, fenômenos como as recorrentes secas e o clima semiárido, além da concentração econômica, contribuíram bastante para que tal taxa tenha quase que dobrado dos anos 1970 para cá. Até 1980, a população se dividia entre o urbano e o rural, entretanto, nos últimos vinte anos tem atingido percentuais acima de 65%, visto que a referida taxa, hoje num patamar de 75,1%, foi de 71,5% em 2000 e 65,4% em 1991.

Tabela 8

Ceará – Taxa média geométrica de crescimento anual, densidade demográfica e taxa de urbanização 1940-2010

Discriminação	1940	1950	1960	1970	1980	1991	2000	2010
Taxa de urbanização (%)	22,7	25,2	33,3	40,8	53,1	65,4	71,5	75,1
Densidade demográfica (hab/km ²)	14,2	18,4	22,5	29,7	36,0	43,9	51,0	56,8
Taxa geométrica de crescimento da população (%)	-	2,6	2,0	2,8	1,9	1,7	1,7	1,3

Fonte: Ceará em Números. Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará (Ipece), Fortaleza, 2012.

IMIGRANTES

O estado do Ceará, no século XX, experimentou fortes movimentos de imigração segundo a professora e socióloga Peregrina Campelo. No final do século XIX e início do século XX, os imigrantes vindos da Europa e Oriente Médio fugiam da recessão econômica, das guerras, perseguições religiosas e procuravam um local para se fixar com suas famílias, buscando liberdade, oportunidades de trabalho/negócios e qualidade vida. O perfil do imigrante era o de homem de idade entre 18 e 30 anos e apto ao trabalho no comércio e na indústria. Povoaram não só o Ceará, mas o Nordeste, o Brasil e a América do Norte e Central. No Ceará, fixaram residência em Fortaleza e nas cidades de Quixadá e Icó e, tão logo chegaram, abriram estabelecimentos comerciais. Na época, vieram para o Ceará, principalmente, portugueses e

árabes (provenientes da Síria e do Líbano), também aportaram espanhóis, italianos, ingleses e franceses.

Outro período migratório no estado ocorreu entre as décadas de 1960 e 1970, caracterizada pela onda de mochileiros vagantes pelo mundo em busca de uma vida voltada para a natureza. Apesar do clima tropical quente e das recorrentes estiagens, o Ceará também foi atingido por esse movimento mundial, especialmente pela vegetação caatinga e sertão semiárido.

Um terceiro período imigratório foi registrado de 1990 para cá e se relaciona com as políticas voltadas para o turismo e para as perspectivas de negócios voltados para o setor, especialmente hotelaria e alimentação, com predominância de portugueses e italianos. Com as promessas de vultosos investimentos no estado para formar um complexo juntamente com o Porto do Pecém, já instalado, a Siderúrgica e a Refinaria têm atraído sul-coreanos. É importante ressaltar que a construção da Siderúrgica conta com metade do capital sul-coreano e situa-se na cidade de São Gonçalo do Amarante, na RMF.

PROJEÇÕES

A tendência do estado do Ceará, com base nos últimos vinte anos e nos Censos Demográficos, é expandir sua população a uma taxa geométrica de

Tabela 9

RMF e municípios selecionados – População residente e densidade demográfica estimadas 2010-2012

Municípios	População 2010	População estimada 2011	População estimada 2012	Densidade demográfica (hab/km ²) estimada 2011	Densidade demográfica estimada (hab/km ²) estimada 2012
Ceará	8.452.381	8.530.155	8.606.005	57,3	57,8
RMF	3.615.767	3.658.673	3.700.182	619,9	626,9
Fortaleza	2.452.185	2.476.589	2.500.194	7.908,9	7.984,3
Caucaia	325.441	330.854	336.091	269,4	273,7
Maracanaú	209.057	211.267	231.404	1.998,8	2.019,0
Maranguape	113.561	115.464	117.306	195,4	198,5
Juazeiro do Norte	249.939	252.841	255.648	1.017,2	1.028,5
Sobral	188.233	190.724	193.134	89,8	91,0
Crato	121.428	122.716	123.963	121,6	122,8
Itapipoca	116.065	117.719	119.320	72,9	73,9
Iguatu	96.495	97.330	98.138	94,6	95,4
Quixadá	80.604	81.444	82.258	40,3	40,7

Fonte: Ceará em Números. Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará (Ipece), Fortaleza, 2012.

crescimento de 1,5%, que é a média dos últimos vinte anos. Outra tendência que pode se verificar é o aumento da taxa de urbanização dos atuais 75,1%, especialmente se considerarmos que essa taxa é bem maior nas principais cidades, fato também explicado, em parte, pelas recorrentes estiagens que acontecem no estado e pela natureza do clima semiárido que predomina em quase todo o estado.

Com relação à população estimada para os próximos anos, os dados do Ipece estimam um crescimento de mais de 150 mil habitantes em dois anos, o que significa uma média de 75 mil habitantes a mais por ano. Esse aumento tem impacto sobre a densidade demográfica, que também se elevará. A população do Ceará em 2012 estará 1,81% acima do número registrado em 2010, da mesma forma a densidade demográfica indicará uma elevação de 1,76% da apurada em 2010.

SITUAÇÃO SOCIAL

**POBREZA, DESIGUALDADE, DESEMPREGO,
INFORMALIDADE, USUÁRIOS DE CRACK,
MORADORES DE RUA, SEM TERRA,
HOMICÍDIOS E VIOLÊNCIA EM GERAL**

POBREZA

Um Estado pobre e mal situado economicamente na hierarquia do federalismo brasileiro possui muitos desafios para combater a pobreza e a miséria. A diretriz nacional aponta para o fortalecimento das políticas de transferências de renda, mesmo em cenário internacional desfavorável. Programas como o Bolsa Família e o Plano Brasil Sem Miséria confirmam as intenções federais de continuar intervindo quanto ao combate à pobreza e a identificação dos excluídos, diagnosticando também os motivos da exclusão.

Com base nos dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad) do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará calculou a redução da pobreza no Brasil de setembro/2006 a setembro/2011, permitindo comparações entre os estados e comparações regionais. Esses indicadores não captam o programa Brasil Sem Miséria, lançado em 2012, que objetiva erradicar a miséria e garantir melhores condições para pessoas e famílias vulneráveis, cuja renda *per capita* fosse menor do que R\$ 70,00 corrigidos pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC). Em 2006, a condição de extrema pobreza era dada pela renda domiciliar *per capita* inferior a R\$ 57,23.

Observamos que estados como Amapá, Amazonas, Distrito Federal, Pará e Santa Catarina destoaram do resto do Brasil, aumentando o número e o percentual de pessoas em condição de extrema pobreza. Os estados que detêm as maiores taxas de extrema pobreza no Brasil, em 2011, são Maranhão

(15,81%), Alagoas (10,97%), Bahia (10,32%) e Ceará (10,14%). Por contraste, as menores taxas ficaram com os estados de Santa Catarina (1,57%), Mato Grosso (1,67%), Paraná (1,68%) e São Paulo (1,73%).

Em termos quantitativos, quem mais retirou pessoas da condição de extrema pobreza, comparando os anos de 2006 e 2011, foi o Ceará, que retirou 353.659 pessoas. Em seguida, vem Piauí (297.549), Bahia (278.151) e Pernambuco (256.917). Mesmo com a significativa redução, a região Nordeste tinha em 2006 a maioria da população vivendo em extrema pobreza e ainda tinha em 2011, significando que políticas de transferência de renda e valorização do salário mínimo, aliados ao crescimento do trabalho formal, deverão continuar até que os objetivos do programa Brasil Sem Miséria sejam alcançados.

A redução da extrema pobreza no Ceará pode ser explicada pelas políticas nacionais de transferência de renda, pelo elevado PIB de 2010, pelo crescimento do PIB estadual, acima do PIB nacional, e pela redução das desigualdades de renda registrada na última década. Entretanto, os desafios são enormes, o Ceará ainda tem o 3º maior contingente de pobres do país, o que exige muito esforço e políticas direcionadas para maior geração de renda no estado (Tabela 10).

DESIGUALDADE

A desigualdade de renda no Brasil é um tema bastante discutido do ponto de vista econômico e social justamente pelo impacto sobre o bem-estar da população. Esse é um dos maiores problemas da pauta nacional e que vem sendo debatido há muito tempo. Várias políticas foram adotadas no sentido de reduzir ou minorar a má distribuição de renda no país. Para medir a desigualdade de renda no estado, vamos nos apoiar em dois indicadores utilizados por diversos países e que têm demonstrado consistência na aferição requerida, tornado-se referência mundial, sendo eles: o Índice de Gini e o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH).

O Índice de Gini é uma medida de desigualdade da distribuição de renda desenvolvida pelo estatístico italiano Corrado Gini em 1912, variando entre zero e 1, em que zero significa a perfeita distribuição da renda e 1 a completa desigualdade, ou seja, quanto mais próximo de zero, melhor é a situação de um país, região, município ou estado analisado.

Com base nos dados do Censo Demográfico de 2010 disponibilizados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), analisaremos o índice de Gini no Brasil, e nas diversas regiões do país, registrado nos últimos Censos de 2000 e de 2010. Ao longo dessa década, a desigualdade brasileira apresentou uma queda de 10,2%, com redução do Índice de Gini de 0,597 em 2000 para 0,536 em 2010. O Nordeste segue a tendência do Brasil e reduz

Tabela 10

Estados brasileiros – Pessoas em condição de extrema pobreza e taxa de extrema pobreza 2006-2011

UF	Extremamente pobres (2006)	% População (2006)	Extremamente pobres (2011)	% População (2011)	Pessoas retiradas da extrema pobreza (2006-2011)
Acre	81.966	12,06	60.582	8,08	21.384
Alagoas	557.366	18,32	329.723	10,97	227.643
Amapá	25.091	4,02	48.312	7,24	-
Amazonas	273.747	8,25	284.393	8,96	-
Bahia	1.641.335	12,16	1.363.184	10,32	278.151
Ceará	1.211.982	15,00	858.323	10,14	353.659
Distrito Federal	58.422	2,50	59.876	2,56	-
Espírito Santo	153.680	4,57	97.999	2,91	55.681
Goias	160.678	2,83	126.827	2,11	33.851
Maranhão	1.260.469	20,17	1.026.077	15,81	234.392
Mato Grosso	123.574	4,25	51.212	1,67	72.362
Mato Grosso do Sul	92.590	3,94	46.516	1,87	46.074
Minas Gerais	728.538	3,86	484.810	2,56	243.728
Pará	529.634	7,42	632.105	8,34	-
Paraíba	411.494	11,24	236.253	6,35	175.241
Paraná	264.788	2,61	172.931	1,68	91.857
Pernambuco	1.083.712	12,91	826.795	10,10	256.917
Piauí	566.182	18,62	268.633	8,59	297.549
Rio de Janeiro	349.184	2,36	335.891	2,33	13.293
Rio Grande do Norte	304.548	9,94	209.718	6,55	94.830
Rio Grande do Sul	347.152	3,34	191.674	1,83	155.478
Rondônia	100.170	6,59	60.550	4,00	39.620
Roraima	20.067	5,39	15.627	3,38	4.440
Sta. Catarina	62.707	1,06	96.689	1,57	-
São Paulo	860.452	2,22	679.855	1,73	180.597
Sergipe	195.563	9,89	113.766	5,50	81.797
Tocantins	98.544	7,47	76.792	5,44	21.752

Fonte: IBGE/Pnad. Cálculo do Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará (Ipece).

a desigualdade em 9,3% no mesmo período, embora continue sendo a região mais desigual do país e a que concentra mais renda nas áreas urbanas. Se considerarmos somente a redução da desigualdade de renda na área urbana do Nordeste, o percentual fica em 7,5%, o menor percentual entre as regiões. A região Centro-Oeste fica com o melhor desempenho percentual na redução das desigualdades em áreas rurais. Enfim, a redução das desigualdades de

renda é observada em todas as regiões do Brasil, mesmo que em percentuais diferentes, como mostra a Tabela 11. O destaque fica com a região Sul, que já apresentava em 2000 o menor Índice de Gini do Brasil, e que em 2010 continuava com o menor índice, atingindo o maior percentual de redução de desigualdade de renda (14,8%).

Tabela 11

Brasil e regiões – Índice de Gini da distribuição do rendimento nominal mensal dos domicílios particulares permanentes
2000-2010

Brasil e regiões	2000	2010	Redução da desigualdade
Brasil	0,597	0,536	10,2%
Norte	0,598	0,543	9,1%
Nordeste	0,612	0,555	9,3%
Sudeste	0,575	0,517	10,0%
Sul	0,564	0,480	14,8%
Centro-Oeste	0,621	0,547	11,9%

Fonte: Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará (Ipece), Informe nº19 – A Evolução da Desigualdade de Renda entre os anos de 2000 e 2010 no Ceará e estados brasileiros. Fortaleza, nov. 2011.

A Tabela 12 mostra o Índice de Gini dos estados brasileiros e nos remete a uma comparação entre os anos de 2000 e 2010. Nele, o estado de Santa Catarina apresenta os melhores indicadores do índice, tanto em 2000 quanto em 2010, e foi também o estado em que a desigualdade mais caiu, 17%. Por contraste, o Distrito Federal apresentou uma redução da desigualdade de apenas 5,6% no mesmo período, mostrando-se o mais desigual no ano de 2010. Essa redução superou apenas Sergipe (0,88%), Roraima (1,25%) e Amapá (5,52%).

Em 2000, o Ceará apresentava o pior Índice de Gini entre os 27 estados brasileiros (0,626), evoluiu para 21ª colocação em 2010 (0,556), ou seja, em dez anos reduziu a desigualdade em 11,1%, bem próximo da redução da desigualdade brasileira (10,2%). Nove estados da federação tiveram redução da desigualdade acima de 11,1%, em termos percentuais. O Ceará foi o 10º do Brasil e 1º do Nordeste, entretanto continua com um dos piores índices de Gini do país, indicando que o desafio de uma melhor distribuição de renda deverá continuar como diretriz prioritária do planejamento governamental. Em termos regionais, saiu da última colocação em 2000 para o 5º lugar entre os nove estados do Nordeste em 2010.

O Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) mensura o grau de desenvolvimento humano dos países e unidades federativas, classificando como países desenvolvidos (desenvolvimento humano muito alto) em desenvolvi-

Tabela 12

Estados brasileiros – Índice de Gini da distribuição do rendimento nominal mensal dos domicílios particulares 2000-2010

UF	2000	2010	Redução da desigualdade
Rondônia	0,575	0,505	12,1%
Acre	0,590	0,550	6,7%
Amazonas	0,600	0,557	7,1%
Roraima	0,560	0,553	1,2%
Pará	0,602	0,539	10,4%
Amapá	0,579	0,547	5,5%
Tocantins	0,604	0,540	10,5%
Maranhão	0,609	0,547	10,1%
Piauí	0,621	0,560	9,8%
Ceará	0,626	0,556	11,1%
Rio Grande do Norte	0,605	0,552	8,7%
Paraíba	0,601	0,553	7,9%
Pernambuco	0,622	0,559	10,1%
Alagoas	0,623	0,557	10,5%
Sergipe	0,568	0,563	0,8%
Bahia	0,611	0,551	9,8%
Minas Gerais	0,584	0,508	13,0%
Espírito Santo	0,579	0,514	11,2%
Rio de Janeiro	0,574	0,538	6,2%
São Paulo	0,561	0,504	10,1%
Paraná	0,580	0,488	15,8%
Santa Catarina	0,540	0,448	17,0%
Rio Grande do Sul	0,561	0,490	12,6%
Mato Grosso do Sul	0,601	0,513	14,6%
Mato Grosso	0,601	0,499	16,9%
Goiás	0,598	0,505	15,5%
Distrito Federal	0,607	0,573	5,6%

Fonte: Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará (Ipece), Informe nº 19 – A Evolução da Desigualdade de Renda entre os anos de 2000 e 2010 no Ceará e estados brasileiros. Fortaleza, nov. 2011.

mento (desenvolvimento médio e alto) e subdesenvolvidos (desenvolvimento humano baixo e muito baixo), variando entre zero e 1: quanto mais próximo de 1, maior é o desenvolvimento humano. O indicador é auferido a partir de dados relativos à expectativa de vida ao nascer, educação e renda *per capita* a nível nacional. O índice foi desenvolvido pelos economistas Amartya Sen, indiano, e Mahbub ul Haq, paquistanês, e desde então vem sendo utilizado pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (Pnud) em seus relató-

rios anuais, apesar de não incluir fatores de mobilidade, ambientais e índices de violência, dimensões também necessárias ao conceito de estado-nações.

O IDH brasileiro (2010) cresceu nos últimos dez anos em 18%, alcançando um IDH de 0,727. Se considerarmos os últimos 19 anos, o crescimento salta para 47,5%, ou seja, o Brasil saiu de uma classificação considerada muito baixa (0,492 em 1991) para alta (0,727). Em 2010, os municípios brasileiros com indicador muito baixo eram apenas 0,6% do total dos 5.565 municípios, ao mesmo tempo em que 74% alcançaram patamares classificados nas faixas média e alta. Em 1991, 85% dos municípios brasileiros estavam na faixa muito baixa de desenvolvimento humano. Em 2000, 75% dos municípios ainda permaneciam com desenvolvimento humano baixo ou muito baixo. Em 2010, Melgaço no Pará é o município brasileiro com menor IDH (0,418), considerado muito baixo, e São Caetano do Sul, em São Paulo, o melhor (0,862), considerado muito alto. De acordo com Jorge Chediek, representante do Pnud, na apresentação do documento que compara os dados de 1991, 2000 e 2010, “O país apresenta uma trajetória em que o foco de suas políticas públicas tem sido nas pessoas. Os programas de transferência de renda condicionados, os investimentos no sistema educacional e a universalização dos serviços de saúde são algumas das escolhas políticas que fazem do Brasil um modelo de desenvolvimento com impactos positivos na melhora da qualidade de vida de seus cidadãos”.

Tabela 13

**Regiões brasileiras – IDH: desempenho regional dos municípios
2010**

	Muito alto (0,800 a 1)	Alto (0 a 0,499)	Médio (0,700 a 0,799)	Baixo (0,600 a 0,699)	Muito baixo (0,500 a 0,599)
Norte	0	24	226	181	18
Nordeste	0	34	648	1.098	14
Centro-Oeste	1	191	264	10	0
Sudeste	29	872	694	73	0
Sul	14	768	401	5	0

Fonte: Instituto de Pesquisa Aplicada (Ipea) e Programa da Nações Unidas para o Desenvolvimento (Pnud), 2010.

Na tabela, observamos que a região Nordeste apresenta a maior quantidade de municípios com classificação baixa, entretanto, existe um avanço do indicador tanto do ponto de vista regional quanto nacional, indicando que desafios ainda persistem no que se refere à melhoria da renda nacional, elevação da expectativa de vida ao nascer e qualidade da educação. Analisando os resultados gerais, a presidenta Dilma Rousseff comentou: “foi um ganho

absolutamente significativo e mostra uma tendência de crescimento sustentável e constante. E os avanços no Norte e Nordeste foram mais intensos, o que também é muito importante, porque você diminuiu a desigualdade regional”.

Os números divulgados pelo Atlas do Desenvolvimento Humano Brasil 2013 elaborado pelo Pnud revela que, nos últimos dez anos, 80% dos municípios brasileiros diminuiu a desigualdade de renda, contrastando com as décadas anteriores, em quais o índice de Gini cresceu e representou um aumento na concentração de renda. Apesar dos avanços e da desconcentração dos investimentos, as desigualdades inter e intrarregionais ainda persistem. Se tomarmos como exemplo a região Nordeste, o primeiro estado a aparecer no *ranking* nacional é o Rio Grande do Norte, na 16ª colocação.

Analisando os dados do IDH para o estado do Ceará, conferimos que o mesmo se elevou de 0,405 em 1991 para 0,682 em 2010, indicando uma elevação de 68,3% e um padrão de IDH médio, indicando que, apesar dos avanços, muito ainda se tem por fazer. Se considerarmos apenas os últimos dez anos, esse percentual atinge o patamar de 26%. Entre as unidades federativas brasileiras, o Ceará é o 17º no quesito melhores em IDH. Do ponto de vista regional, é o segundo maior índice do Nordeste, ficando abaixo apenas do índice registrado pelo estado do Rio Grande do Norte. A cidade cearense que mais reduziu o IDH foi Fortaleza, que obteve um IDH alto, de 0,754 no ano de 2010, o que, comparado ao ano de 1991, significa um crescimento de 38,1%, sendo que nos últimos dez anos o IDH de Fortaleza saltou da classificação média (0,652) para alta, elevando-se em 15,6%.

Analisando os dez maiores IDH dos municípios do estado em 2010, encontramos quatro com IDH alto, quais sejam: Fortaleza (0,754), Sobral (0,714), Crato (0,713) e Eusébio (0,701); em 1991 apenas Fortaleza estava classificada com IDH alto, e em 2000, Fortaleza, Maracanaú, Caucaia e Pacatuba. Os outros seis municípios com maiores índices em 2010 estão todos classificados com IDH médio, como Juazeiro do Norte (0,694), Maracanaú (0,686), Barbalha (0,683), Caucaia (0,682), Limoeiro do Norte (0,682) e Iguatu (0,677). Entre os menores índices de 2010, todos estão classificados como baixo: Salitre (0,540), Granja (0,559), Potengi (0,562), Itatira (0,562), Araripe (0,564), Uruoca (0,566), General Sampaio (0,568), Aiuaba (0,569), Parambu (0,570) e Graça (0,570).

A tendência dos dois indicadores de desigualdades, Gini e IDH, são de evolução, seguindo tendência nacional, que recuperou o poder de compra do salário-mínimo, manteve uma política de transferência de renda e elevou os gastos em educação e saúde. Contudo, muitos desafios restam ainda a serem superados no estado do Ceará: desafios caracterizados por contradi-

ções que requerem maiores e melhores investimentos em saúde e educação e diminuição ainda maior na concentração da renda.

DESEMPREGO

O comportamento da taxa de desemprego no estado do Ceará pode ser auferido a partir dos dados do desemprego total, aberto e oculto, registrados pela Região Metropolitana de Fortaleza e apurados pelo Instituto de Desenvolvimento do Trabalho (IDT) através da pesquisa de emprego e desemprego (Sistema PED) que segue a metodologia do Ministério do Trabalho e Emprego. Comparando os anos de 2006 e 2011, em todos os conceitos de desemprego houve redução nas taxas, resultado do crescimento do emprego formal no estado, que data desde a metade dos anos 2000, e do crescimento da economia em âmbito nacional.

Tabela 14

RMF – Taxas mensais de desemprego total, aberto e oculto taxa de desemprego (em %) 2006-2011

Meses	Desemprego total 2006	Aberto 2006	Oculto 2006	Desemprego total 2011	Aberto 2011	Oculto 2011
Janeiro	12,0	6,7	5,3	9,7	5,6	4,1
Fevereiro	12,2	6,9	5,3	9,9	5,8	4,1
Março	12,8	7,4	5,4	10,2	6,1	4,1
Abril	12,6	7,6	5,0	10,6	6,5	4,1
Mai	12,5	7,8	4,7	10,6	6,5	4,1
Junho	12,4	7,9	4,5	10,6	6,4	4,2
Julho	12,3	7,9	4,4	10,2	6,3	3,9
Agosto	11,7	7,6	4,1	9,2	5,8	3,4
Setembro	10,8	6,8	4,0	8,7	5,6	3,1
Outubro	10,0	6,2	3,8	7,9	5,1	2,8
Novembro	9,8	5,9	3,9	9,6	5,7	3,9
Dezembro	9,6	5,7	3,9	8,3	5,4	2,9

Fonte: Ceará em Números. Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará (Ipece), Fortaleza, 2012. A partir dos dados do Instituto do Desenvolvimento do Trabalho (IDT)/Sistema Nacional de Emprego (Sine-CE).

Em 2012, a População Economicamente Ativa (PEA) da Região Metropolitana de Fortaleza foi estimada em 1.819 mil, 28 mil a mais do que em 2011, que era de 1.791 mil. O total de ocupados em 2012 foi de 1.657 mil, 25 mil pessoas ocupadas a mais do que em 2011 (1.632 mil), resultando num acréscimo de três mil pessoas na situação de desemprego, que era de 159 mil pessoas em 2011 e passou para 162 mil em 2012. Assim, a taxa média de de-

semprego total em 2012 ficou em 8,9%, resultante do comportamento de seus componentes: a taxa de desemprego aberto (6,5%) e a taxa de desemprego oculto (2,4% advindo da soma de oculto pelo trabalho precário, 1,1%, e oculto pelo desalento, 1,3%). No biênio 2011/2012, o tempo médio despendido pelo trabalhador na procura de trabalho na RMF caiu de 34 para 30 semanas.

INFORMALIDADE

A informalidade pode ser mensurada pela pesquisa de emprego e desemprego (PED) para a Região Metropolitana de Fortaleza, focando-se nos setores em que não se possui carteira assinada, geralmente ocupados por trabalhadores em estado de precariedade e também trabalhadores em empreendimentos cearenses que ainda não se formalizaram, mesmo com o estímulo do Simples Nacional. De acordo com a Secretaria do Trabalho e Desenvolvimento Social, o estado do Ceará possui 700 mil empreendedores individuais na completa informalidade, sendo 400 mil somente em Fortaleza.

Nas Tabelas 15 e 16, podemos observar que de 941 mil assalariados em 2010, 204 mil não possuíam carteira assinada, estando, do ponto de vista legal, informais. Dos empregos domésticos, 113 mil, em 2010, não tinham carteira assinada, ademais, a informalidade nesse segmento de trabalhadores é a mais elevada, mas com tendência de melhora com a sanção da nova legislação já vigente em 2013. A análise do mercado de trabalho cearense revela ainda certa predominância pelas relações informais, seja pela quantidade de trabalhadores laborando sem carteira assinada, seja pela média de rendimentos muito abaixo da realidade nacional e indicando precarização do trabalho, apesar da elevação sucessiva das taxas de formalização. O rendimento médio real dos ocupados na Região Metropolitana de Fortaleza entre 2009-2010, comparado com as Regiões Metropolitanas de Belo Horizonte, Distrito Federal, Porto Alegre, São Paulo, Recife e Salvador, é o menor. Ressalte-se que parte dos autônomos, que geralmente iniciam seus pequenos empreendimentos na informalidade, podem ainda estar na informalidade. Na RMF estes somam 429 mil em 2010.

Quanto maior a parcela da População Economicamente Ativa trabalhando sem a proteção da legislação trabalhista, maior a possibilidade de estarem desenvolvendo atividades de baixa produtividade, em condições precárias, com baixa remuneração pelo trabalho realizado e sujeitos a persistência das relações informais e perpetuação da pobreza. A vigorosa expansão do emprego no Brasil, no Nordeste e no Ceará nos últimos anos garantiu o crescimento das relações formais e o não recrudescimento das características da informalidade, que ainda ocorre em proporção elevada. É fato que hoje, no Ceará, ainda te-

Tabela 15

RMF – Números do mercado de trabalho (em R\$ 1.000)
2009-2010

Segmentos populacionais/taxas	2009	2010
População economicamente ativa	1.706	1.760
Desempregados	194	165
Assalariados com carteira assinada	532	601
Assalariados sem carteira assinada	209	204
Setor público	139	136
Empregado doméstico com carteira assinada	21	21
Empregado doméstico sem carteira assinada	120	113
Autônomo	404	429
Rendimento médio real	844	849
Taxa de desemprego total (%)	11,4	9,4

Fonte: Formalização do Emprego e Inserção Precária: duas faces do mercado de trabalho da Região Metropolitana de Fortaleza, Instituto de Desenvolvimento do Trabalho, Fortaleza, 2011.

Tabela 16

RMF – Estimativas da ocupação total, formal e informal das pessoas de 15 anos e mais de idade
(em R\$ 1.000)
2009-2010

Ocupação	2009	2010	Varição relativa %
Formal	722,5	792,3	9,7
Informal	778,0	793,6	2,0
Total	1.500,5	1.585,9	5,7

Fonte: Formalização do Emprego e Inserção Precária: duas faces do mercado de trabalho da Região Metropolitana de Fortaleza, Instituto de Desenvolvimento do Trabalho, Fortaleza, 2011.

mos 455 mil trabalhadores ocupados com menos de oito anos de estudos, 750 mil com jornada de trabalho acima de 44 horas, 493 mil com rendimentos inferior a 1 salário-mínimo e 788 mil sem efetuar contribuição para a previdência oficial (Costa, 2011).

USUÁRIOS DE CRACK

A política de enfrentamento ao *crack* e outras drogas já é uma realidade em vários estados e municípios brasileiros. Pesquisadores e especialistas da área de saúde afirmam que maconha e cocaína estão sendo preteridos frente ao *crack*, que possui preço mais acessível às camadas mais carentes. O *crack* é uma droga produzida a partir da mistura da pasta de cocaína, bicarbonato de sódio e água, sendo que o Aeme (éster metilecgonidina) é um produto da

queima ocorrida quando o usuário fuma a pedra de *crack*. Estudos mostram que a combinação da cocaína com o Aeme aumenta em 50% a morte de neurônios em usuários e pode levar à demência.

No Ceará, a disseminação da droga já atingiu o interior do estado e principalmente a capital, podendo ser encontrada tanto nos bairros da periferia quanto nos nobres, atingindo todas as classes sociais e deixando um rastro de violência por onde passa. Por outro lado, as unidades de saúde ainda estão se preparando para receber dependentes químicos. O Estado criou a Assessoria Especial de Políticas sobre Drogas que vem se articulando com especialistas da área para elaboração de projetos de prevenção e criativos de ação. A prefeitura de Fortaleza, em 2011, também criou uma ação orçamentária multidisciplinar de prevenção e redução do uso do *crack* e outras drogas, envolvendo as seguintes secretarias: Gabinete da Prefeita, Administração, Guarda Municipal, Saúde, Educação, Esportes, Assistência Social, Cultura e Direitos Humanos. Outra estratégia importante em Fortaleza foi o aumento do número de Centros de Atenção Psicossocial (CAPs) de três para 14 nos últimos oito anos, dentre eles, CAPs álcool e droga.

Pesquisa realizada pela Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz) sob encomenda da Secretaria Nacional de Políticas sobre Drogas (Senad), em setembro de 2013, atesta que existem 370 mil usuários de *crack* e outras drogas similares nas capitais brasileiras, 40% destes estão nas nove capitais do Nordeste, totalizando 148 mil. Outro dado revelado pela pesquisa é que 50 mil destes usuários regulares são crianças e adolescentes. 78,7% são homens, 40% vivem na rua, 65% são trabalhadores autônomos e a maioria usa outras drogas associadas. Por outro lado, 79% afirma que querem se tratar, apesar de apenas 6,3% terem procurado algum CAPs e 4,2% terem buscado frequentar comunidades terapêuticas. Entre os usuários, 55% disseram que usam drogas diariamente.

De acordo com dados da Organização Mundial da Saúde (OMS), especialistas estimam que existam 100 mil usuários de *crack* no estado do Ceará movimentando um comércio ilegal de R\$ 5 milhões por dia, uma aparente epidemia que precisa ser enfrentada pela política pública. Na capital do Ceará, de acordo com a pesquisa sobre usuários de *crack* realizada pela Central Única das Favelas (Cufa), existem 30 mil jovens de 12 a 29 anos de idade dependentes químicos da chamada “pedra maldita”, sendo que há apenas um leito disponível do Sistema Único de Saúde (SUS) para cada 170 usuários. É importante ressaltar que não há, no estado, levantamento oficial sobre o número de usuários de drogas, especificamente, do *crack*.

Em Fortaleza, são 32 vagas de desintoxicação em hospitais: vinte no Hospital de Saúde Mental Professor Frota Pinto em Messejana, e doze na Santa Casa de Misericórdia. Existe um projeto de ampliação do Hospital, aguardan-

do autorização do Governo do Estado, que dobraria a quantidade de leitos. Há ainda 24 leitos de acolhimento em dois Centros de Atenção Psicossocial (CAPs) álcool e droga e 120 vagas na rede de comunidades terapêuticas. O Governo do Estado disponibiliza 44 leitos psiquiátricos em hospitais da capital e 55 no interior do Ceará. A própria Secretaria de Saúde do Estado admite a carência de leitos e a falta de preparo dos profissionais para lidar com internações psiquiátricas. O custo filantrópico e privado de uma diária de internação em hospital especializado pode variar entre R\$ 30 e R\$ 300, sendo que o percentual de recuperação divulgado está abaixo dos 60%.

MORADORES DE RUA

Os dados disponíveis sobre moradores de rua no estado do Ceará estão restritos à cidade de Fortaleza e foram auferidos através de uma pesquisa produzida pela Secretaria do Trabalho e Desenvolvimento Social em parceria com a Universidade Estadual do Ceará (Uece) objetivando mapear o contingente populacional de rua e traçar um perfil básico para compreender a realidade do segmento. Os objetivos da pesquisa serão utilizados como instrumentos para aperfeiçoar e redirecionar as políticas públicas para o setor.

O estudo traçou um perfil histórico e socioeconômico, regional e estratificado do morador de rua de Fortaleza, abordando aspectos de número, gênero, tempo de escolaridade, rendimentos, dos motivos e motivação que os levaram à rua e da percepção que o segmento tem dos programas sociais voltados para o setor. A pesquisa ainda buscou identificar os moradores, de fato, da rua, sem vínculos afetivos e com laços familiares rompidos, separando-os daqueles que circulam ou trabalham o dia todo na cidade, como catadores, flanelinhas ou aqueles que retornam ao lar no fim do dia, bem como os albergados em instituições públicas ou filantrópicas.

As estatísticas revelam que existem, em Fortaleza, 504 moradores de rua distribuídos por 70 bairros da capital, sendo nove crianças de zero a 12 anos (1,8%), 67 adolescentes de 13 a 18 anos (13,3%), 352 adultos a partir de 19 anos (66,5%), dos quais 17 estão com idade acima de 60 anos (idosos), mais 11 jovens e 65 adultos com idades não reveladas. Deste total, 84,7% são do sexo masculino e 15,7% do feminino.

Quanto à cor/raça, a pesquisa demonstrou que quase 70% dos entrevistados são pardos (58,5%) ou negros (7,3%). Quanto à religião, 49,6% definiram-se como católicos. O nível de escolaridade mostrou que 45% têm ensino fundamental incompleto e 5,3% sabem ler e escrever, 13,3% são analfabetos, 2,8% têm ensino médio completo e 0,2% já frequentaram a universidade. No quesito renda, temos que 18% têm rendimentos mensais abaixo de R\$ 100; 12,9% de

R\$ 201 a R\$ 300; 2,4% em torno de 1 salário-mínimo e alguns com renda até 1 mil reais. Na realidade, a maioria revelou não saber o que faz com o dinheiro que recebe e nem quanto ganha exatamente. Outro dado importante é o registro de que nenhum dos moradores usam armas e em geral dormem sob marquises, viadutos, paradas de ônibus, usando o papelão como cobertores.

A motivação principal para sair de casa e ir morar na rua é a desestruturação familiar relacionada a problemas amorosos, drogas e violência. Do total, 22,8% moram na rua há mais de dez anos, 12% residem fora de casa entre cinco a dez anos, 10,5% entre três a cinco anos, e 6,7% moram há menos de três meses. 54,2% têm conhecimento da existência de políticas de assistência social, 27,6% desconhecem políticas para o setor. Dentre os que admitiram conhecer as políticas para o segmento, apenas 19,4% declararam já ter recebido algum tipo de benefício social.

Em Fortaleza, no Plano Plurianual (PPA) 2006-2009, no programa Proteção Social Especial existiam ações para a criação de um espaço de acolhimento para o morador de rua e a implantação de um albergue noturno para a população de rua. No PPA 2010-2013, a criação de um Centro de Referência Especializado da Assistência Social para a população em situação de rua representou avanços na política voltada para este segmento.

SEM-TERRA

Os dados disponíveis para avaliar a situação dos sem-terra no estado do Ceará foram coletados junto ao Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra). Em 2013, o Ceará contava com 368 projetos de assentamentos, com 18.452 famílias assentadas, beneficiando em torno de 92.260 pessoas.

No tocante à assistência técnica, o Ceará será contemplado com ações federais de universalização que abrangerão o clima tropical quente. Tais ações pretendem atender 116.943 mil famílias em 2.152 projetos de assentamentos distribuídos pelo semiárido brasileiro. Outra ação federal buscará atender famílias assentadas através do Programa Brasil Sem Miséria, que tem por objetivo a exclusão da miséria, principalmente no Nordeste e, em especial, no Ceará. As famílias assentadas também poderão ser atendidas pelo Programa Minha Casa Minha Vida, que se estenderá por 9.582 famílias no semiárido. A estimativa no Ceará é atender 1.635 famílias com esse programa segundo a Superintendência do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra-CE).

O Ministério do Desenvolvimento Agrário e o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária, em parceria com o Instituto de Desenvolvimento Agrário do Ceará, uma autarquia vinculada ao governo do estado, apresentam números em evolução em relação à regularização da malha fundiária. De acor-

do com a tabela quadro a seguir, entre 2007 e 2012 foram mais de 200 mil famílias beneficiadas com o título de propriedade.

Tabela 17

**Ceará – Famílias beneficiadas com regularização fundiária
2007-2012**

	2007	2008	2009	2010	2011	2012
Famílias beneficiadas	12.970	15.390	34.746	64.716	57.889	26.113

Fonte: Formalização do Emprego e Inserção Precária: duas faces do mercado de trabalho da Região Metropolitana de Fortaleza, Instituto de Desenvolvimento do Trabalho, Fortaleza, 2011.

Interagindo com a comunidade acadêmica, o Inkra, através do programa Residência Agrária, realizou convênio com a Universidade Federal do Ceará que irá executar três projetos com as famílias assentadas: 1. curso de especialização em cultura popular, arte e educação no campo; 2. curso de especialização em agroecologia, desenvolvimento rural sustentável e educação no campo; e 3. curso de especialização em extensão rural, agroecologia e desenvolvimento, beneficiando ao todo 42 assentamentos no estado do Ceará.

HOMICÍDIOS E VIOLÊNCIA EM GERAL

A violência é um problema estrutural, incorporado à sociedade e de difícil solução. Entretanto, a complexidade do tema não pode servir de justificativa para que governo e sociedade não se responsabilizem por uma cultura de paz, contribuindo para uma importante função do Estado: a proteção dos cidadãos. Para este tópico, usaremos como referência os números da violência no Ceará extraídos do Mapa da Violência – Anatomia dos Homicídios no Brasil, do Instituto Sangari, e os dados da Secretaria de Segurança Pública e Defesa Social (SSPDS) do Estado do Ceará.

Os relatórios da SSPDS constataam um aumento da média de homicídios entre 2012 e 2013, que subiu de 9,2 homicídios dia para 11. A taxa de homicídios, que mede a quantidade de homicídios por 100 mil habitantes, é o indicador mais utilizado da violência urbana, outras taxas também são aplicadas à análise da violência, como os acidentes de trânsito e os suicídios.

Analisando os números e fazendo uma reflexão sobre a violência, constatamos, a partir do Mapa da Violência no Brasil (2012), que a taxa de homicídios no estado do Ceará cresceu em 146% de 2000 a 2012. Se fizermos um recorte no período de 2007-2012, este percentual ficará em torno de 84,1%. A banalidade chegou ao extremo, por exemplo, se fossem mortes pelo vírus H1N1, já estaríamos em estado de calamidade e com vários setores da educação, do entretenimento, em alerta e com desempenho econômico prejudicado.

De acordo com a tabela a seguir, no estado do Ceará, atingiu-se uma Taxa de Homicídios (TH) em torno de inacreditáveis 41%, enquanto que a Taxa de Homicídios no Brasil está estagnada em torno de 26% no decênio 2000-2010. No mesmo período, ao mesmo tempo em que diminuiu em grandes centros urbanos como São Paulo, que caiu de 42,2 para 13,9%, e Rio de Janeiro, que caiu de 51,0 para 26,2%, aumentou em outros estados e regiões. Houve migração da criminalidade e os governos, como o do Ceará, não estavam preparados para combater crimes tipificados como homicídios.

Tabela 18

Ceará – Taxa de homicídios, taxa de veículos roubados e vítimas fatais de trânsito (por 100 mil habitantes) 2007-2012

Indicadores	2007	2008	2009	2010	2011	2012
Taxa de homicídios doloso	22,1	22,5	25,7	31,5	31,2	40,7
Taxa de veículos roubados	31,3	32,9	36,0	47,5	44,2	72,3
Vítimas fatais de trânsito	17,2	16,6	13,4	19,5	24,5	25,5

Fonte: Secretaria de Planejamento e Gestão do Estado do Ceará. Mensagem à Assembleia Legislativa. Governo do Estado do Ceará, Fortaleza, 2013; e Secretaria das Cidades do Estado do Ceará (2013).

A tabela mostra que a taxa de veículos roubados e as vítimas de trânsito também se elevaram, respectivamente, em 130,9% e 48,2% no período 2007-2012. Na realidade, todos os indicadores de furtos, roubos a pessoas, ações armadas contra bancos e tráfico de drogas estão se elevando. A recorrente explicação dos órgãos oficiais vincula os aumentos das taxas de homicídios, e outros tipos de violência urbana, ao tráfico de drogas. O governo estadual reconhece que a quantidade de drogas apreendidas não tem sido suficiente para conter o tráfico e o consumo, entretanto, em São Paulo e Rio de Janeiro, onde se presume que a rede de tráfico de drogas seja maior e mais organizada, e onde as populações também são maiores do que a do Ceará, as taxas de homicídios, atualmente, são menores.

Ao discurso evasivo das autoridades que planejam a política de segurança pública no estado cabe uma indagação pertinente: onde está o problema da segurança pública no Ceará, visto que o orçamento aumentou (embora não seja completamente executado); que foi registrado um aumento na apreensão de drogas da ordem de 113,9% (de 2011 para 2012); que aumentou também a apreensão de armas em 20% (2011 para 2012); que se prendeu quase 910 homicidas em 2012 (dos quais 692 foram presos utilizando a inteligência policial). Onde está a questão crucial? Os indicadores assustam, e qualquer analista ao passar os olhos nos dados caracterizaria a política como um fracasso. Esse sentimento se expressa na última pesquisa realizada pelo Ibope em 2013,

em que 54% dos cearenses avaliaram que a qualidade da segurança estava baixa e 28% classificaram como muito baixa, ou seja, uma reprovação de 82%. Somente 13% afirmam que a referida qualidade é adequada e 2% que é alta. Ninguém considerou a qualidade dos serviços de segurança pública no Ceará muito alta segundo o instituto de pesquisa.

Em relação à despesa *per capita* realizada com segurança pública no Brasil, estudos do Fórum Brasileiro de Segurança Pública, com base nos dados da Secretaria do Tesouro Nacional, atestam que, entre os 27 estados brasileiros, o Ceará ocupa o segundo pior desempenho *per capita* do Brasil nos anos de 2006 e 2007. De 2008 até 2011 (último ano de dado disponível), está classificado como o terceiro pior desempenho *per capita* brasileiro, por mais que o valor *per capita* tenha mais que dobrado no período 2006-2011. Enfim, o orçamento cresceu, mas ainda é insuficiente em termos *per capita* se compararmos com valores de outros estados da Federação.

Estabelecendo uma comparação, diríamos que no Ceará se mata mais do que em algumas guerras entre países. Se cotejarmos os 3.650 homicídios dolosos praticados em 2012, estes seriam muito maiores do que a guerra Israel/Egito (1967-1970) que tirou a vida de 2.133 pessoas por ano. A guerra das Malvinas (disputa por arquipélago do mesmo nome travada entre Inglaterra e Argentina em 1982) durou um ano e tirou a vida de 2.000 soldados. A guerra civil do Camboja (1979-1997) matou em média 1.338 pessoas por ano.

O efetivo policial está em baixa, prejudicando a elucidação de crimes. Conforme matéria do jornal *O Povo* publicada em 13/8/2012, o Ceará possui o menor efetivo proporcional à população de Polícia Civil do país. Enquanto Pernambuco tem sete mil policiais civis, no Ceará há apenas 2.274. Existe hoje um agente da Polícia Civil investigando cerca de 40 crimes, apenas 5% dos crimes são elucidados de acordo ainda com a matéria. Concurso, formação e melhores condições de trabalho e salários é prioridade para a redução das taxas de homicídios no Ceará.

De acordo com o Sindicato dos Bancários do Estado do Ceará, nas terras alencarinas, em 2013, aconteceu um ataque contra bancos a cada quatro dias, em metade dessas ações foram utilizados explosivos. Do mesmo modo o Sindicato das Empresas de Transporte de Passageiro do Estado do Ceará alerta que o número de assaltos a ônibus em Fortaleza, em 2013, registrou um percentual 156% maior do que em 2012. De janeiro a agosto de 2013, foram 1.574 assaltos contra 615 registrados no mesmo período de 2012. Isso reflete uma polícia incapaz de desmontar ações criminosas antes que ela aconteça e de proteger o cidadão principalmente no interior do estado, onde o efetivo policial e os equipamentos são menores.

Outro dado importante: o Ceará é o quarto pior estado do Brasil em delegacias de mulheres. Segundo o IBGE, existe uma delegacia da mulher para cada 641.594 mulheres e não há um canal estadual formal para receber a denúncia. Nem todo município cearense possui uma delegacia tradicional (atualmente são 35 distritos policiais, oito delegacias metropolitanas, 19 delegacias regionais, 25 delegacias municipais e 19 delegacias especializadas). Portanto, investir na construção de delegacias, realizar concursos públicos (delegado, soldado, escrivão, perito, inspetor), adquirir equipamentos com estrutura tecnológica, principalmente os de serviços de inteligência e formar os operadores da segurança pública é fundamental para equacionar a questão: por que a violência aumentou no Ceará?

No âmbito estadual, algumas recomendações e aprofundamento de políticas que estão sendo realizadas caberiam, como: 1) o reconhecimento do problema da segurança e a divulgação de dados, informando a população e a imprensa sobre as principais estatísticas e os territórios da violência; 2) criação de um laboratório de estatísticas e análise criminal; 3) Plano de Segurança de Combate à Violência transparente e discutido com a sociedade; 4) abertura de diálogo da Polícia, em suas diversas instâncias, especialmente com as comunidades e conselhos; 5) agressiva política de desarmamento e destruição de armas; 6) combate efetivo do tráfico de armas; 7) trabalhar intersetorialmente com Políticas de Prevenção à Violência; 8) incentivar Fóruns de Enfrentamento à Violência Contra a Criança e o Adolescente, Mulher, Idoso, segmento LGBT e Pessoa com Deficiência; 9) valorizar a categoria policial com melhores condições de trabalho e garantia das conquistas; 10) investir em equipamentos tecnológicos para fortalecimento da inteligência; 11) fortalecer a Academia de Polícia como espaço de formação e cidadania dos policiais.

O fundamental é que o governo esteja aberto para o debate sobre a segurança pública com a sociedade, universidades, conselhos comunitários e que possa unificar teoria, prática e experiências nacionais e internacionais. A dimensão dessa crise exige experiência, competência e humildade. Esse é um desafio de todos, e as soluções devem ser compartilhadas. Não adianta o registro de que a criminalidade aumentou por erro de planejamento de gabinete (ou vincular o aumento apenas ao tráfico de drogas). Vamos copiar os bons exemplos. Uma cultura massiva de paz pode partir do Poder Público e se enraizar na sociedade. Nos chamados países desenvolvidos, os crimes estão em baixa, despencaram as taxas de homicídios (mesmo com a crise econômica que os endividou e fez crescer o desemprego) e os principais motivos são os serviços de inteligência da polícia combinados com capilaridade dos aparatos de segurança cidadã no seio da sociedade.

BALANÇO DAS POLÍTICAS SOCIAIS

EDUCAÇÃO

A política pública direcionada à educação básica é executada pela Secretaria de Educação do Estado do Ceará em parceria com o Conselho Estadual de Educação, objetivando assegurar a escolaridade para todos em consonância com as diretrizes nacionais de educação. Implementação de práticas que melhorem as ações pedagógicas, qualificação dos profissionais da área, transporte escolar e expansão e melhora da rede física também estão no escopo da política.

O Programa de Alfabetização na Idade Certa (Paic), voltado para a aprendizagem da leitura e da escrita dos alunos do 2º ano do ensino fundamental, expandiu-se para os alunos até o 5º ano em 2011. O Paic foi adotado como modelo pelo governo federal em 2012 quando do lançamento do Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa.

O sistema de acompanhamento e monitoramento das políticas de educação ocorre por meio de avaliações viabilizadas pelo Sistema Permanente de Avaliação da Educação Básica do Ceará (Spaeece-Alfa). Este indicador, elaborado e instituído por lei específica, modificou a partilha do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) municipal, transferindo recursos de grandes municípios para pequenos, na medida em que se retirou o peso da população e da distribuição equitativa para aumentar o percentual de rateio em função dos resultados da educação.

O Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb), criado pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (Inep) em 2007, reúne dois indicadores que procuram medir a qualidade da educação: dados da

aprovação dos alunos, obtidos no Censo Escolar (fluxo escolar) e médias de desempenho nas avaliações da Prova Brasil realizadas pelo Ministério da Educação (MEC/Inep). Pela tabela a seguir, tanto o Spaece-Alfa evolui quando o Ideb em qualquer nível (inicial, final e médio).

A taxa de analfabetismo de 15 anos ou mais vem diminuindo ao longo da série de 19,1% em 2007 para 16,4% em 2011, fruto da política de alfabetização na idade certa e do Programa Federal Brasil Alfabetizado executado através de celebração de convênios entre a União e os municípios.

Tabela 19

**Ceará – Educação básica, evolução de indicadores
2007-2012**

Indicadores	2007	2008	2009	2010	2011	2012
Spaece-Alfa	4,2	5,5	6,6	7,9	8,0	8,1
IDEB inicial	3,8	-	4,4	-	4,9	-
Ideb final	3,5	-	3,9	-	4,2	-
Ideb médio	3,1	-	3,4	-	3,4	-
Analfabetismo 15 anos ou mais (%)	19,12	19,06	18,56	18,80	16,47	-

Fonte: Secretaria de Planejamento e Gestão do Estado do Ceará. Mensagem à Assembleia Legislativa. Governo do Estado do Ceará. Fortaleza, 2013.

Spaece-Alfa = Nota média de alfabetização da rede pública do 2º ano do ensino fundamental

Ideb = Índice de Desenvolvimento da Educação Básica do Estado do Ceará nas séries iniciais (Ideb inicial) e nas séries finais (Ideb final) do ensino fundamental. Ideb médio = Índice de Desenvolvimento da Educação Básica da Rede Estadual no 3º ano do Ensino Médio. O Ideb é realizado em anos ímpares.

Com relação aos principais indicadores da educação estadual (estabelecimentos de ensino, docentes, matrículas e salas de aula), observamos na tabela a seguir que os estabelecimentos de ensino no estado se reduziram, principalmente estabelecimentos de ensino municipal, acompanhado do estadual e do privado, e somente os federais obtiveram evolução no período. As salas de aula também se reduziram, tanto as municipais quanto as estaduais no mesmo período. Destacamos que as dependências administrativas federal e privada aumentaram. Do mesmo modo, o número de docentes cai na rede

Tabela 20

**Ceará – Educação básica, evolução de indicadores
2007-2012**

Indicadores	2006	2011
Estabelecimentos de ensino	11.644	8.885
Docentes de ensino	115.603	108.890
Matrículas	2.880.464	2.420.396
Salas de aula	60.064	57.530

Fonte: Ceará em Números. Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará (Ipece), Fortaleza, 2012.

estadual e municipal e se eleva na federal e na privada. Por fim, as matrículas caem especialmente pela queda da matrícula nas redes estadual e municipal, em contraponto as matrículas da rede federal e privada se elevam.

HABITAÇÃO

A política habitacional no Ceará é comandada pela Secretaria das Cidades, que segue os parâmetros nacionais da Política Nacional de Habitação (PNH) que instituiu o Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social. Moradia digna e integração e articulação com outras políticas sociais são os objetivos das ações na área habitacional. Saneamento, drenagem, eletricidade, pavimentação, padronização, calçadas com acessibilidade, iluminação, área de lazer, assistência social e empregabilidade são vetores que ampliam a simples visão da casa própria para a família e garante aos cidadãos o direito à cidade.

De acordo com a tabela a seguir, no período de 2007 a 2011, foram construídas 16.776 unidades habitacionais, beneficiando 83.880 pessoas. Estes números estão muito longe de extinguir o déficit habitacional do estado e exigem do governo maiores esforços para retirar famílias de áreas de risco, áreas de conservação ambiental e em condições precárias, sujeitas a inundações e doenças típicas de territórios sem cobertura de saneamento. De acordo com o Sindicato da Indústria da Construção Civil do Ceará, o déficit habitacional está estimado em mais de 550 mil unidades habitacionais (jornal *Diário do Nordeste*, 21/05/2013). Além dessa demanda social, é importante atender à demanda do trabalhador que possui renda e necessita da política pública para realizar o sonho da casa própria com subsídio e financiamento de longo prazo.

Os principais programas do governo estadual são: projeto Maranguapinho, programa de operações coletivas, programa de subsídio à habitação, programa Minha Casa Minha Vida e programa de parcerias com as prefeituras municipais. Esses programas, financiados com recursos próprios do estado, recursos municipais e verbas federais, foram responsáveis pela triplicação do número de unidades habitacionais construídas e entregues no período de 2006 a 2011 no estado do Ceará (Tabela 21).

ASSISTÊNCIA SOCIAL

Na Secretaria do Trabalho e Desenvolvimento Social, são desenvolvidas as políticas públicas de Assistência Social, Trabalho, Emprego e Renda, Segurança Alimentar e Nutricional. A temática assistência social objetiva a promoção da inclusão social de famílias e indivíduos em situação de vulnerabilidade e risco social, um desafio que requer a superação da extrema pobreza e o enfrentamento da questão da desigualdade social. A política é implemen-

Tabela 21**Ceará – Unidades habitacionais construídas e número de pessoas beneficiadas
2006-2011**

Indicadores	2006	2007	2008	2009	2010	2011
Unidades habitacionais	1.411	954	2.286	2.117	5.232	4.776
Nº de pessoas beneficiadas	7.055	4.770	11.430	10.585	26.160	23.880

Fonte: Secretaria de Planejamento e Gestão do Estado do Ceará. Mensagem à Assembleia Legislativa. Governo do Estado do Ceará. Fortaleza, 2013.

tada pelo Sistema Único de Assistência Social (Suas) que organiza os níveis de complexidade da atuação em Proteção Social Básica e Proteção Social Especial.

A Norma Operacional Básica do Suas recomenda que a gestão das políticas seja descentralizada e participativa, com compartilhamento das ações entre as três esferas de governo, sendo que à União caberia o papel de coordenação do sistema, devendo exercer a função de assessoramento e capacitação dos municípios na estruturação e implantação do referido sistema.

No Ceará hoje, existem 369 Centros de Referência da Assistência Social (Cras) distribuídos nos 184 municípios do estado. Os Cras fazem parte da Proteção Social Básica e se destinam ao atendimento da população em situação de vulnerabilidade, decorrente da extrema pobreza, privação ou fragilização dos vínculos afetivos e de pertencimento social. Além dos Cras, existem entidades/organizações da área da assistência social que recebem recursos do estado, via convênio, para desempenhar ações que fortaleçam as potencialidades familiares e a superação da vulnerabilidade e risco social.

A Proteção Social Especial é implementada pelos Centros de Referência Especializados da Assistência Social (Creas), unidades de atendimento de abrangência municipal ou regional, Centros Educacionais de Medidas Socioeducativas e unidades de abrigo. O atendimento é voltado para quem teve os direitos violados, protegendo indivíduos e famílias vítimas de violência, maus tratos e outras formas de violação de direitos.

Outro programa importante e que permite a ampliação da rede de atendimento a crianças e adolescentes é o Programa de Apoio às Reformas Sociais do Ceará (Proares II). Esse programa exerce significativo papel na política de assistência social, possibilitando a implantação de 31 equipamentos sociais com capacidade para atendimento de mais de dez mil crianças, adolescentes e jovens em 17 municípios.

Os indicadores da tabela a seguir atestam que houve um crescimento de 17,1% em famílias com renda ampliada e acesso à assistência social como resultado das ações praticadas pela Proteção Básica e Especial em conformidade com as normas do Suas.

No Ceará, estão cadastrados no CadÚnico 1.619.022 famílias, das quais mais de um milhão de famílias são beneficiárias do programa Bolsa Fa-

mília e que recebem auxílio mensal de R\$ 32,00 a R\$ 306,00, dependendo da composição familiar e da situação de pobreza em que se encontram. Em Fortaleza, principal município, são mais de 200 mil famílias beneficiárias desse programa que combina transferência direta de renda, acesso aos direitos sociais básicos, como saúde e educação, e superação da extrema pobreza e vulnerabilidade social.

Tabela 22

Ceará – Indicadores da assistência social
2007-2012

Indicadores	2007	2008	2009	2010	2011	2012
Famílias com renda ampliada e acesso à assistência social	941.445	929.118	955.624	1.019.600	1.055.612	1.102.921

Fonte: Secretaria de Planejamento e Gestão do Estado do Ceará. Mensagem à Assembleia Legislativa. Governo do Estado do Ceará. Fortaleza, 2013.

45

PREVIDÊNCIA SOCIAL

Analisando a Previdência Social no estado do Ceará, nos atemos apenas aos benefícios emitidos que correspondem aos créditos emitidos para pagamentos de benefícios, ou seja, são benefícios de prestação continuada que se encontram ativos no cadastro e para os quais são encaminhados créditos junto à rede pagadora de benefícios.

Nesse sentido, o total de benefícios emitidos no estado do Ceará saltou de 1.058.790 para 1.281.147 entre 2006 e 2011, sendo concedidos de forma previdenciária, acidentária e assistencial. Os benefícios previdenciários por aposentadorias são os que possuem maior percentual (60%) em 2011. Do total de recursos da previdência, 84% são benefícios previdenciários que têm na aposentadoria sua rubrica mais representativa. Com relação aos benefícios assistenciais, os amparos assistenciais possuem maior percentual, enquanto que nos benefícios acidentários há a predominância dos auxílios (Tabelas 23 e 24).

Tabela 23

Ceará – Benefícios emitidos
2006-2011

Indicadores	2006	2007	2008	2009	2010	2011
Total	1.058.790	1.093.397	1.135.928	1.182.135	1.234.582	1.281.147
Abono de permanência	-	25	16	4	-	-
Auxílios	7.971	8.357	9.109	9.452	9.589	9.624
Pensões mensais vitalícias	159	150	146	142	-	128
Amparos assistenciais	125.122	134.291	146.730	159.860	-	188.825

Fonte: Secretaria de Planejamento e Gestão do Estado do Ceará. Mensagem à Assembleia Legislativa. Governo do Estado do Ceará. Fortaleza, 2013.

Tabela 24**Ceará – Valor dos benefícios emitidos, acumulados no ano (em R\$ 1.000)**
2006-2011

Discriminação	2006	2007	2008	2009	2010	2011
Total	5.090.303	5.631.636	6.316.516	7.352.765	8.358.207	9.208.716
Previdenciários	4.380.714	4.829.958	5.399.200	6.262.338	7.077.782	7.765.942
Aposentadorias	3.164.164	3.473.348	3.897.343	4.527.725	5.113.156	5.597.854
Pensões por morte	1.075.377	1.187.437	1.332.369	1.549.297	1.749.457	1.915.715
Auxílios	135.412	161.821	160.818	173.708	201.326	237.530
Salário maternidade	5.759	7.265	8.605	11.575	13.843	14.819
Abono de permanência	-	87	65	33	-	-
Acidentários	64.276	68.793	76.830	90.190	99.884	107.131
Aposentadorias por invalidez	15.515	16.468	18.397	21.487	24.274	26.980
Pensões por morte	21.006	21.638	23.040	25.096	26.852	27.886
Auxílios	27.754	30.687	35.392	43.607	48.758	52.264
Assistenciais	645.192	730.082	837.613	996.613	-	1.330.430
Rendas mensais vitalícias	148.678	147.742	147.186	148.960	148.096	141.723
Pensões mensais vitalícias	1.327	1.239	1.306	1.495	-	1.662
Amparos assistenciais	495.187	581.101	689.121	846.158	-	1.187.044

Fonte: Ceará em Números. Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará (Ipece), Fortaleza, 2012.

SAÚDE

A análise dos indicadores de saúde no estado do Ceará indica que existem 3.532 unidades de saúde vinculadas ao Sistema Único de Saúde (SUS), 20,8 mil leitos, 56,7 mil profissionais de saúde, 1.834 equipes de saúde da família, 9,5 mil médicos e 15 mil agentes comunitários de saúde. Os indicadores também mostram que a taxa de mortalidade infantil é de 12,5% e a de materna encontra-se em torno dos 70%, bem como uma evolução no número de consultas médicas especializadas e nos exames especializados.

Nas Tabelas 25 e 26, podemos destacar a redução do número de médicos em atividade no estado do Ceará: em 2006, eram 15.269, e em 2011, 9.523. Outro indicador que praticamente permaneceu estável foi à taxa de mortalidade materna, apesar do programa de saúde da família ter aumentado seu contingente de pessoal de 1.531 para 1.834. Apesar das consultas médicas especializadas terem crescido apenas 17,5% entre 2006-2011, os exames especializados registraram percentual bem melhor, quase 40%.

O percentual da despesa com saúde em relação à Receita Líquida de Impostos evoluiu de 13% para 17% de 2008 a 2011, comprovando que o Estado cumpre os preceitos constitucionais com relação à saúde, que hoje é de 12% (no

Tabela 25**Ceará e RMF – Evolução de indicadores da saúde
2006-2011**

Indicadores	Ceará 2006	Ceará 2011	RMF 2006	RMF 2011
Unidades de saúde (SUS)	2.358	3.532	441	668
Leitos	18.941	20.813	9.863	10.994
Profissionais de saúde (SUS)	52.479	56.741	23.483	24.011
Equipes do PSF	1.531	1.834	457	541
Quantidade de médicos	15.269	9.523	8.440	5.452
ACS	10.349	15.008	2.011	4.291

Fonte: Ceará em Números. Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará (Ipece), Fortaleza, 2012.
SUS = Sistema Único de Saúde. PSF = Programa de Saúde da Família. ACS = Agentes Comunitários de Saúde.

Tabela 26**Ceará – Evolução de indicadores da saúde
2007-2012**

Indicadores	2007	2008	2009	2010	2011	2012
Taxa de mortalidade infantil por 1.000 Nascidos vivos (%)	16,1	15,7	15,5	13,1	13,3	12,5*
Razão da mortalidade materna por 1.000 Nascidos vivos (%)	71,7	70,9	74,6	78,4	71,7*	67,8*
Consultas médicas especializadas	2.119.039	2.105.042	2.554.263	2.260.456	2.420.593	2.490.603
Exames especializados	15.404.793	18.584.910	19.095.542	20.456.797	20.994.638	21.291.037

Fonte: Secretaria de Planejamento e Gestão do Estado do Ceará. Mensagem à Assembleia Legislativa. Governo do Estado do Ceará. Fortaleza, 2013.

* Dado sujeito a revisão.

mínimo) de acordo com a Emenda Constitucional 29/2000, mas está aquém do município de Fortaleza, que em média aplicou com recursos próprios 23,9% em saúde durante o período de 2008 a 2011 (Tabelas 27 e 28).

Tabela 27**Ceará – Demonstrativo da despesa com saúde X Receita Corrente Líquida (em R\$ 1.000)
2008-2011**

Ano	Receita líquida de impostos (RLI)	Despesa com saúde (DP)	DP/RLI (%)
2008	6.809.318	942.087	13,84
2009	7.085.423	1.221.660	17,24
2010	7.870.405	1.434.214	18,22
2011	9.163.686	1.600.158	17,45

Fonte: Balanço Geral do Estado do Ceará, 2011. de Saúde.

Tabela 28**Fortaleza – Evolução dos recursos próprios aplicados em saúde (em %)**
2008-2011

Ano	Recursos próprios aplicados (EC 29)
2008	24,2
2009	24,1
2010	23,1
2011	24,2

Fonte: Prefeitura de Fortaleza. Juntos Construindo a Fortaleza Bela 2005-2011. Coordenação: Alves, Nágela R. Prefeitura Municipal de Fortaleza. Fortaleza, 2012.

Para ilustrar, atualizamos, junto ao IBGE e ao Conselho Federal de Medicina, quantos médicos cada estado possui em relação a 1.000 habitantes. Em 2013 no Ceará, existiam 10.098 médicos em atividade, conferindo-lhe a 19ª posição no *ranking* nacional, com 1,17 médicos por 1.000 habitantes. O Ceará está na frente apenas dos Estados do Norte, de Piauí e Maranhão no Nordeste, atingindo 3,2 vezes menos médicos, para 1.000 habitantes, do que o Distrito Federal que é o melhor situado no *ranking*.

Tabela 29**Brasil e estados – Proporção de médicos por 1.000 habitantes**
2013

Estados	Médicos em atividade	População estimada *	Nº médicos p/1.000 hab.
Distrito Federal	9.979	2.648.532	3,76
Rio de Janeiro	58.031	16.231.365	3,57
São Paulo	109.101	41.901.219	2,60
Rio Grande do Sul	25.874	10.770.603	2,40
Espírito Santo	7.506	3.578.067	2,09
Minas Gerais	39.822	19.855.332	2,00
Brasil	377.801	198.360.943	1,90
Paraná	19.515	10.577.755	1,84
Santa Catarina	11.450	6.383.286	1,79
Mato Grosso do Sul	3.982	2.505.088	1,58
Goiás	9.507	6.154.996	1,54
Pernambuco	13.190	8.931.028	1,47
Sergipe	2.856	2.110.867	1,35
Rio Grande do Norte	4.342	3.228.198	1,34
Paraíba	4.995	3.815.171	1,30
Alagoas	3.838	3.165.472	1,21

Estados	Médicos em atividade	População estimada *	Nº médicos p/1.000 hab.
Bahia	17.013	14.175.341	1,20
Mato Grosso	3.698	3.115.336	1,18
Tocantins	1.668	1.417.694	1,1765
Ceará	10.098	8.606.005	1,1733
Roraima	550	469.524	1,1713
Rondônia	1.853	1.590.011	1,16
Amazonas	3.938	3.590.985	1,09
Piauí	3.296	3.160.748	1,04
Acre	725	758.786	0,95
Pará	6.375	7.792.561	0,81
Amapá	539	698.602	0,78
Maranhão	4.060	6.714.314	0,60

Fonte: IBGE estimativa de população para 2012. Conselho Federal de Medicina, número de médicos, atualização em 20/08/13.

* IBGE (2012)

CULTURA

A atual política estadual de cultura encontra-se integrada à política de cultura da União, por intermédio do Plano e do Sistema Nacional de Cultura que compreende Museus, Teatros, Bibliotecas e Arquivos Públicos. A cultura no Ceará possui 517 equipamentos catalogados entre monumentos históricos, arquivos, bibliotecas, teatros, museus e galerias de arte. As manifestações culturais do estado do Ceará atravessam todo o ano. Inicia-se em janeiro com os pré-carnaval e uma centena de blocos que saem às ruas para anunciar o período de momo. O carnaval é uma festa tradicional que acontece em todo o estado, com maior número de foliões nas regiões onde predomina sol e mar.

Festivais de cinema, de teatro e de música ocorrem principalmente na Serra da Ibiapaba, Serra de Guaramiranga e Região Metropolitana de Fortaleza, enquanto as feiras de livros e bienais se concentram em Fortaleza. Festejos juninos e aniversários dos municípios são comemorados em cada cidade, resgatando o patrimônio histórico e cultural do povo cearense.

A programação permanente da cultura no estado acontece nos seguintes equipamentos públicos estaduais e municipais: Centro Dragão do Mar de Arte e Cultura, Centro Cultural Bom Jardim, Theatro José de Alencar, Museu do Estado do Ceará, Arquivo Público do Estado do Ceará, Escola de Artes e Ofício Thomas Pompeu Sobrinho, Museu da Imagem e do Som, Passeio Público, Mercado dos Pinhões, Vila das Artes, Centro Urbano de Cultura, Arte, Ciência e Esporte, Praças da Juventude. A interiorização da cultura é um desafio constante, visto que todos estes equipamentos citados encontram-se no município

de Fortaleza. Inclusive o projeto de implantação da Pinacoteca do Estado do Ceará, que abrigará um acervo de duas mil obras, contendo a mais importante coleção do país do pintor Antônio Bandeira, também se situará em Fortaleza.

Tabela 30**Ceará – Cultura em equipamentos
2011**

Equipamentos	Quantidade
Monumentos históricos tombados	76
Arquivos existentes	52
Bibliotecas	203
Teatros	70
Museus	96
Galerias de arte	20

Fonte: Ceará em Números. Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará (Ipece), Fortaleza, 2012.

Analisando os indicadores, percebemos que mais 600 entidades de cultura estão sendo apoiadas nos últimos três anos e que mais de 160 mil pessoas foram assistidas em ações de formação cultural, que o número de profissionais da cultura apoiados se elevou bastante nos últimos dois anos, que nos anos de 2008 e 2009 foram realizados mais de 17 mil eventos culturais, indicando queda em 2011 e 2012, e que o Ceará conta hoje com 212 equipamentos de cultura disponíveis.

Tabela 31**Ceará – Evolução dos indicadores de cultura
2007-2012**

Indicadores	2007	2008	2009	2010	2011	2012
Entidades da cultura apoiadas	168	278	390	681	686	610
Pessoas assistidas em ações de formação cultural	5.969	16.336	73.800	38.789	15.689	11.107
Profissionais da cultura apoiados	423	458	1.475	3.934	15.579	15.659
Eventos culturais realizados	2.120	3.329	8.669	8.889	2.320	3.288
Equipamentos culturais disponibilizados	114	14	157	202	212	212

Fonte: Secretaria de Planejamento e Gestão do Estado do Ceará. Mensagem à Assembleia Legislativa. Governo do Estado do Ceará. Fortaleza, 2013.

ECONOMIA DO ESTADO

PIB, FINANÇAS PÚBLICAS, ENDIVIDAMENTO E INVESTIMENTOS

PRODUTO INTERNO BRUTO (PIB)

O comportamento da economia cearense, analisado a partir da evolução do PIB, que reflete a produção de bens e serviços nos setores agropecuário, industrial e de serviços, revela que o Ceará alcançou a cifra de R\$ 94,6 bilhões em 2012. Sustentado pelo desempenho do mercado interno, especialmente as atividades serviços, é notório que as taxas de crescimento do PIB cearense vêm mantendo uma tendência de crescimento superior às taxas nacionais, exceto para o ano de 2007 da série, quando a taxa de crescimento do PIB brasileiro foi de 6,1%. Tal crescimento tem como justificativa os bons desempenhos do comércio, especialmente o varejista e a construção civil, setores que mostraram maior dinâmica desde o ano de 2004.

A relação PIB interior e Região Metropolitana de Fortaleza renova a tese da concentração econômica na RMF e, em especial, na cidade de Fortaleza, visto que não há, praticamente, redução das desigualdades inter-regionais em termos de PIB, pois a relação referida permanece praticamente a mesma até o ponto em que se conseguiu obter dados no ano de 2010 (Tabela 32).

FINANÇAS PÚBLICAS

Um estado com pouca dinâmica econômica precisa, além de impulsionar a arrecadação própria e organizar as finanças, elevar as transferências federais, principalmente através de projetos nacionais, e não descartar a possibilidade de recorrer a empréstimos em organizações multilaterais como Banco

Tabela 32**Ceará e Brasil – Evolução do PIB a preços de mercado, taxa de crescimento do PIB e razão PIB Interior/RMF 2007-2012**

Indicadores	2007	2008	2009	2010	2011	2012
PIB (R\$ bilhão)	50,4	60,0	65,7	77,8	86,4	94,6
PIB <i>per capita</i> (R\$)	6.170	7.112	7.687	9.217	10.135	10.999
Taxa de crescimento, PIB Ceará (%)	3,30	8,49	0,04	7,90	4,30	3,50
Taxa de crescimento, PIB Brasil (%)	6,1	5,2	-0,3	7,5	2,7	0,9
Razão PIB interior/RMF	0,536	0,560	0,531	0,539	-	-

Fonte: Secretaria de Planejamento e Gestão do Estado do Ceará. Mensagem à Assembleia Legislativa. Governo do Estado do Ceará. Fortaleza, 2013; e SADER, Emir (org.). *Lula e Dilma – 10 anos de governos pós-neoliberais no Brasil*. São Paulo: FLACSO Brasil, Boitempo, 2013.

Mundial, Banco Interamericano de Desenvolvimento e Comissão Andina de Fomento. Desse modo, o Estado do Ceará será capaz de combater a miséria, ampliar a infraestrutura e realizar ações em áreas sociais, desenvolvendo o estado e minorando os problemas naturais advindos das recorrentes secas e do clima semiárido. As fontes de arrecadação de recursos do Ceará podem ser expostas a partir da análise das arrecadações federais no estado e do comportamento das suas receitas e despesas para os anos de 2006 a 2011.

A Tabela33 expõe o comportamento dos impostos e contribuições federais no estado do Ceará para os anos de 2006 a 2011. Analisando os principais impostos, destacamos que o Imposto sobre Produtos Industrializados cresceu, no período, apenas 28,04% como resultado das isenções federais temporárias utilizadas para estimular o consumo e reduzir os impactos da crise internacional, especialmente, a partir de 2009. Por outro lado, o Imposto de Renda (IR),

Tabela 33**Ceará – Arrecadação de impostos e contribuições federais (em R\$ 1.000) 2006-2011**

Impostos	2006	2007	2008	2009	2010	2011
Total	3.470.408	3.928.745	4.482.913	4.845.815	6.123.365	7.420.133
Imposto Comércio Exterior	94.393	141.356	203.003	226.736	363.888	362.655
IPI	258.470	310.408	364.751	264.268	311.724	330.948
IR	1.099.187	1.202.253	1.454.670	1.646.859	1.937.139	2.292.836
IOF	12.738	15.412	50.185	83.617	87.837	97.572
ITR	3.486	3.814	3.450	2.450	2.517	2.998
Contribuições	1.931.803	2.143.488	2.355.767	2.376.316	3.214.895	3.863.090
Outras receitas	70.331	112.014	51.087	245.569	205.365	470.034

Fonte: Ceará em Números. Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará (Ipece), Fortaleza, 2012.

IPI = Imposto sobre Produtos Industrializados. IR = Imposto sobre a Renda. IOF = Imposto sobre Operações Financeiras. ITR = Imposto Territorial Rural.

no mesmo período, se elevou em 108,5%. As contribuições também se elevaram em patamar próximo ao IR, 99,9% no período, principalmente devido ao aumento nas arrecadações de Cofins, PIS/Pasep e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL).

A tabela a seguir mostra a evolução da receita e despesa do estado do Ceará entre 2006 e 2011. A receita total cresceu no período 72,0%, principalmente pelo comportamento das receitas correntes, com destaque para o crescimento das receitas tributárias (88,3%) e transferências correntes (90,4%). A despesa total também cresceu no período e atingiu o percentual de 67,8%, com destaque para a despesa corrente, especialmente a de pessoal e de encargos sociais que cresceram no período 93,1%. Já na despesa de capital, destacamos a elevação dos investimentos (62,7% entre 2006-2011) e amortização da dívida, que cresceu, no período de 2006 a 2010, 272,8%, depois caiu em 2011, atingindo patamar próximo da média do período 2006-2009. Em 2012, os percentuais atribuídos na execução orçamentária ao grupo de despesa foram: pessoal e encargos sociais (43,11%); juros e encargos da dívida (1,58%); outras despesas correntes (38,19%); investimentos (13,21%); inversões financeiras (0,88%) e amortização da dívida (3,03%).

Tabela 34

Ceará – Receita e despesa orçamentárias estaduais (em R\$ 1.000)
2006-2011

Receita/despesa	2006	2007	2008	2009	2010	2011
Receita corrente	8.345.921	9.199.257	11.148.683	11.992.540	13.905.614	15.692.331
Receita de capital	1.592.466	430.245	402.268	1.071.426	1.677.071	1.402.492
Total receitas	9.938.387	9.629.502	11.550.951	13.063.966	15.582.684	17.094.823
Despesa corrente	7.299.699	7.792.582	9.202.018	10.492.698	12.325.234	13.472.581
Despesas de capital	2.605.669	1.141.300	1.622.746	2.371.056	3.638.999	3.158.057
Total despesas	9.905.368	8.933.882	10.824.764	12.863.754	15.964.233	16.630.638

Fonte: Ceará em Números. Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará (Ipece), Fortaleza, 2012.

Obs.: não inclui receita previdenciária.

A Tabela 35 apresenta a arrecadação própria do Estado do Ceará. Esta arrecadação cresceu, de 2006 a 2011, em 88,3%, com destaque para a administração direta e para os impostos arrecadados, especialmente, o Imposto sobre a Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) que corresponde a 85,4% da receita tributária estadual em 2011 e cresceu no período analisado 81,8%. Entre 2011 e 2012, o ICMS registrou crescimento de 12,02%, sendo os segmentos do comércio atacadista e varejista, industrial, combustíveis, energia elétrica e serviços de comunicação os principais arrecadadores do imposto no estado.

Tabela 35**Ceará – Receita tributária estadual (em R\$ 1.000)**
2006-2011

Discriminação	2006	2007	2008	2009	2010	2011
Total	4.150.604	4.420.898	5.314.954	5.804.702	6.966.702	7.817.749
Administração direta	4.072.357	4.324.445	5.186.911	5.641.101	6.790.082	7.583.643
ITCMD	16.503	10.675	16.638	17.732	24.736	39.285
Taxas	2.634	2.737	3.044	5.258	7.103	5.051
Administração indireta	78.248	96.453	128.042	163.601	176.620	234.106

Fonte: Ceará em Números. Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará (Ipece), Fortaleza, 2012. Secretaria da Fazenda do Estado do Ceará (Sefaz). ICMS = Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços. IRRF = Imposto sobre a Renda Retido na Fonte. IPVA = Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores. ITCMD = Imposto sobre Transmissão de Causa-mortis e Doação.

ENDIVIDAMENTO

Um dos estados mais pobres da federação brasileira tem seus limites no que se refere à arrecadação própria. No intuito de reduzir as desigualdades entre os entes federados e entre as regiões, é necessário que o governo federal aporte mais recursos para promover a igualdade e o desenvolvimento econômico. Estes recursos podem ser transferidos de forma constitucional ou de forma voluntária. Entretanto, muitos estados brasileiros necessitam de maiores investimentos federais, portanto, a intervenção federal também possui limites. Resta aos referidos estados, além de sanear as finanças, realizar operações de crédito externas com organismos multilaterais, como o Banco Mundial (BM), Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), Comissão Andina de Fomento (CAF) e operações de crédito internas com a Caixa Econômica Federal (CEF) e o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), com o intuito de financiar grandes investimentos e desenvolver ainda mais a economia do estado.

A tabela a seguir apresenta a evolução da Dívida Consolidada Líquida e as Operações de Créditos Interna e Externa no Ceará entre 2007 e 2012. Nele, podemos identificar que a dívida consolidada líquida, em 2012, atingiu o patamar de R\$ 2,7 bilhões, registrando um crescimento de 20,2% entre 2010 e 2011 e crescimento de 1,9% entre 2011 e 2012. Ao analisar a dívida consolidada líquida e o total de receita das operações de crédito interna e externa, identificamos que a margem para a captação de recursos por meio de operações de crédito pode ser expandida, conferindo ao estado ampla capacidade de endividamento.

Observamos, assim, que mesmo diante de uma Dívida Consolidada Líquida de quase R\$ 3 bilhões em 2012, o governo do estado do Ceará cumpre os limites legais relativos à dívida pública, principalmente pela relação Dívida

Tabela 36

Ceará – Evolução da dívida consolidada líquida e operações de crédito (em R\$ 1.000)
2007-2012

Discriminação	2007	2008	2009	2010	2011	2012
RCL	6.560,10	7.886,59	8.400,94	9.664,27	10.966,44	11.670,16
DCL	2.512,03	1.857,04	1.446,62	2.680,11	3.221,72	2.732,54
% DCL/RCL	38,2%	23,5%	17,6%	27,7%	29,3%	23,8%
Receitas OC Interna e Externa	227,92	135,95	635,14	1.063,16	913,07	317,87
% OC/RCL	3,4%	1,7%	7,5%	11,0%	8,3%	2,7%
Nível de Endividamento	0,38	0,23	0,17	0,27	0,29	0,23

Fonte: Secretaria de Planejamento e Gestão do Estado do Ceará. Mensagem à Assembleia Legislativa. Governo do Estado do Ceará. Fortaleza, 2013.

RCL = Receita Corrente Líquida. DCL = Dívida Corrente Líquida. OC = Operações de Crédito

%DCL/RCL limite fiscal = 200%.

%OC/RCL = 16%.

Consolidada Líquida e Receita Corrente Líquida, hoje em 0,23, e que possui limite de até (2,0) duas vezes a Receita Corrente Líquida, de acordo com a Resolução 43 do Senado Federal. Um levantamento realizado pela Tendência Consultoria mostra que hoje apenas o estado do Rio Grande do Sul possui patamar superior ao limite prudencial, de 2,0, do nível de endividamento. São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais e Alagoas registram níveis acima de 1,5. Aparentemente fica evidente o controle e a trajetória sustentável do endividamento público cearense, lembrando que boa capacidade de endividamento é insuficiente para a contínua captação de recursos; outra variável importante é a capacidade de pagamentos das dívidas sem comprometer as despesas constitucionais em saúde e educação e as despesas emergenciais recorrentes por conta da seca e das características do sertão semiárido.

INVESTIMENTO

Analisando os impactos dos investimentos públicos na economia cearense, percebe-se, pela magnitude dos investimentos realizados, que o Ceará ocupa lugar de destaque no cenário regional quando se considera o volume de recursos investidos.

O investimento é a variável mais importante da economia capitalista, tendo impactos positivos sobre o nível de emprego e sobre a renda e como o elemento propulsor do desenvolvimento econômico. O investimento público, por sua vez, serve de farol para o investimento privado, amplia as oportunidades de negócios e dinamiza a atividade econômica. A sociedade sempre requer mais e mais intervenções públicas, mas, em geral, não está disposta a pagar mais e mais impostos e taxas. A despesa pública tem um limite natural dado

pela insuficiência do financiamento público para realizar mais e mais ações, como infraestrutura, saúde, educação, segurança e outras despesas, sem a correspondente arrecadação.

Os investimentos públicos foram selecionados a partir das principais áreas de intervenção estadual, como infraestrutura, educação, saúde e segurança pública que, juntas, são responsáveis por quase 70% do total do investimento público no estado do Ceará entre 2007 e 2010, significando que os mesmos possuem elevados recursos e relevância econômica e social. Os números utilizados pelo Ipece foram obtidos através de consulta ao sistema gerencial do governo, conhecido como Sistema de Monitoramento de Programas Prioritários (Mapp) que reúne as principais informações dos projetos estratégicos.

O financiamento dos investimentos públicos no Ceará está diversificado em diversas fontes de recursos, que inclui o Tesouro Estadual, governo federal, Caixa Econômica Federal, Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e os organismos multilaterais, como Banco Mundial e o Banco Interamericano de Desenvolvimento (Bird). Outras formas de financiar investimentos são através da Parceria Público Privada (PPP), realizada por vários Estados brasileiros, e Consórcios Públicos envolvendo municípios.

Dentre todas as ações públicas do Governo do Ceará, destacamos os investimentos em infraestrutura, responsáveis por 77,6% dos investimentos realizados nas quatro áreas selecionadas, seguido por educação (10,7%), saúde (9,1%) e segurança pública (2,5%). Conforme quadro a seguir, do total de R\$ 6,9 bilhões de investimentos realizados no estado para o quadriênio 2007-2010, R\$ 4,5 bilhões, quase 70%, são direcionados para as referidas áreas selecionadas (Tabela 37).

Tabela 37

Ceará – Investimento público por área (em R\$ milhões)
2007-2010

Áreas	Valor	%
Infraestrutura*	3.567,9	77,6%
Educação*	493,8	10,7%
Saúde*	419,4	9,1%
Segurança Pública*	117,1	2,5%
Total selecionado – áreas*	4.598,2	100,0%
Investimentos totais **	6.961,4	66,1%

Fonte: Impactos Econômicos dos Principais Investimentos na Primeira Gestão do Governo Cid Gomes. Informe 29, Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica (Ipece), Fortaleza, abril 2012.

*Participação percentual nos investimentos estaduais selecionados.

**Participação percentual nos investimentos totais do estado do Ceará.

A Tabela 38 discrimina os investimentos nas áreas selecionadas. Em infraestrutura, podemos citar o Metrô de Fortaleza, construção e recuperação de rodovias estaduais, melhorias no Porto do Pecém e outros projetos relacionados a energia, abastecimento de água, saneamento, habitações e mobilidade urbana. Na educação, citamos as escolas profissionalizantes, as escolas de ensino médio e o Programa de Alfabetização na Idade Certa (Paic), programa que virou referência nacional ao ser utilizado pelo governo federal como modelo. Na saúde, temos a construção dos hospitais regionais, policlínicas e a reforma do Hospital Geral de Fortaleza. Na segurança pública, a construção de delegacias pelo interior do estado e a manutenção do programa Ronda do Quarteirão, que inclui equipamentos, treinamentos e veículos camionetas de grande porte. Dentre os projetos das áreas selecionadas, o que possui maior dispêndio é o Metrô de Fortaleza (R\$ 838,8 milhões), e o menor fica com a construção de delegacias no interior (R\$ 43,4 milhões).

Tabela 38

Ceará – Investimentos públicos por projeto, selecionados por área (em R\$ milhões)
2007-2010

Áreas/projetos	Valor	(%)*
Luz para Todos	534,8	11,6%
Programa Sanear II	342,3	7,4%
Eixão das Águas	242,1	5,3%
Construção de habitações	160,6	3,5%
Construção de harragens	135,1	2,9%
Promourb (mobilidade urbana)	119,6	2,6%
Educação	493,8	10,7%
Escolas estaduais de educação profissional	309,9	6,7%
Escolas estaduais de ensino médio	115,6	2,5%
Programa Alfabetização na Idade Certa (PAIC)	68,3	1,5%
Saúde	419,4	9,1%
Hospitais regionais	168,9	3,7%
Policlínicas do Estado do Ceará	146,7	3,2%
Hospital Geral de Fortaleza (HGF)	103,8	2,3%
Segurança pública	117,1	2,5%
Ronda do Quarteirão	73,7	1,6%
Delegacias no Interior do estado	43,4	0,9%
Total selecionado – projetos	4.598,2	100,0%

Fonte: Impactos Econômicos dos Principais Investimentos na Primeira Gestão do Governo Cid Gomes. Informe 29, Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica (Ipece), Fortaleza, abril 2012.

*Participação percentual nos investimentos estaduais selecionados.

Analisando todo o período do governador Cid Gomes (2007-2012), o percentual do Investimento Público sobre a Receita Corrente Líquida saltou de 8,9% para 17,6% entre 2007 e 2012, atingindo o melhor percentual em 2010, 32,4%.

Tabela 39

Ceará – Relação investimento público e receita corrente líquida (em %)
2007-2012

Anos	2007	2008	2009	2010	2011	2012
I/RCL (%)	8,9	13,4	23,3	32,4	23,6	17,6

Fonte: Secretaria de Planejamento e Gestão do Estado do Ceará. Mensagem à Assembleia Legislativa. Governo do Estado do Ceará. Fortaleza, 2013.
I = Investimento Público. RCL = Receita Corrente Líquida.

Os investimentos realizados em 2011 e 2012, em andamento e por realizar (idealizados) pelo governo do estado do Ceará, continuam com a mesma tendência para as quatro áreas prioritárias, infraestrutura, educação, saúde e segurança pública. Alertamos que nem todos os investimentos aqui citados anteriormente estão completamente realizados, o maior exemplo é o Metrô de Fortaleza, que se arrasta desde o final da década de 1990. Em 2011 e 2012, podemos citar dois grandes investimentos realizados, como o Centro de Feiras e Eventos (custo = R\$ 486,5 milhões) e a reforma e modernização da Arena Castelão (custo = R\$ 545,9 milhões) entregues no final de 2012. Dentre as principais obras em andamento, temos o aeroporto de Jericoacoara (custo = R\$ 58,8 milhões), Túnel Rogaciano Leite/Engenheiro Santana Júnior (R\$ 25,0 milhões), o Aquário do Ceará (custo = R\$ 280 milhões, dos quais já foram empenhados R\$ 68,5 milhões) e o Veículo Leve sobre Trilhos (VLT) Parangaba-Mucuripe (custo = R\$ 265,5 milhões). Quanto aos investimentos a realizarem-se e idealizados pelo governo do estado, elencamos: a Companhia Siderúrgica do Pecém, a Refinaria do Pecém, o Aeroporto do Pecém, a Ponte Estaiada sobre Dunas e Rio Cocó e o Estaleiro.

Evidente que obras e instalações com elevados recursos impactam na economia, em especial, sobre o setor da construção civil, turismo, comércio gerando emprego e renda e desenvolvendo o estado, entretanto duas dessas obras são questionadas publicamente. Nesse sentido, o governador do estado cogitou a realização de um plebiscito, como condição, para a continuação de uma obra (Aquário do Ceará) e o início de outra (Ponte Estaiada sobre Dunas e Rio Cocó).

Em 2013, o orçamento do estado do Ceará previa que fossem realizados R\$ 4,6 bilhões em investimentos, mantendo a ordem de prioridade em

infraestrutura, educação, saúde e segurança pública, entretanto a maioria dos recursos não é do Tesouro Estadual. O Tesouro Estadual contribui com R\$ 1 bilhão, ou seja, 21,7%, e as outras fontes de recursos (governo federal, Convênios e Operações de Crédito) com 78,3%, estas sim poderão manter e elevar o nível dos investimentos no estado.

INFRAESTRUTURA

SITUAÇÃO DE PORTOS, AEROPORTOS, ESTRADAS, ENERGIA, SANEAMENTO, HABITAÇÃO

PORTOS

O Ceará possui dois portos de grande relevância para o estado devido ao volume de comércio que são realizados por eles. O primeiro é o porto de Fortaleza, também conhecido como porto do Mucuripe, que iniciou suas atividades na década de 1950. Está localizado dentro da capital do Ceará, em sua orla marítima, ocasionando transtornos no transporte terrestre de cargas em várias artérias da cidade. Apesar de possuir uma linha férrea de transporte de carga no Mucuripe, o trânsito de veículos pesados é excessivo na cidade de Fortaleza, desgastando a malha viária e ocasionando permanentes engarrafamentos. O porto do Mucuripe é administrado pela Companhia Docas do Ceará, órgão federal.

O porto do Pecém, que fica a 60 km da capital, na Região Metropolitana de Fortaleza, iniciou suas atividades em 2001 com a conclusão do Pier 1, Pier 2, quebra-mar, ponte de acesso e rodovias de acesso, obras iniciadas em 1995. Esse porto está articulado com um projeto maior, que envolve uma siderúrgica e uma refinaria em busca da formação de um complexo que elevará a produção, o volume de negócios e o comércio no estado. O Ceará possui uma empresa de economia mista para administrar o porto do Pecém: a Companhia de Integração Portuária do Ceará, mais conhecida como Ceará Portos, criada em 1995, que tem dentre os seus objetivos a reforma, ampliação, melhoria, arrendamento e exploração de instalações portuárias e daquelas destinadas ao apoio e suporte de transporte intermodal, bem como a prestação de serviços

correlatos, observada a legislação, os critérios econômicos de viabilização dos investimentos e a estratégia de desenvolvimento econômico e social do Estado.

A situação dos portos no estado do Ceará será analisada a partir da movimentação de cargas, navegação e comércio. A característica predominante do porto de Fortaleza é de cargas de graneis líquidos e navegação de cabotagem, os desembarques superam a quantidade de embarques. O porto do Pecém caracteriza-se pela carga geral, navegação de longo curso com um comércio de desembarques também maiores do que os embarques. É importante observar a evolução do movimento de cargas no porto do Pecém entre 2009 e 2010, de 67,3%. O porto de Fortaleza também eleva a movimentação de carga em 2010, mas em menor intensidade, 23,7%.

Tabela 40

Ceará – Movimento de cargas nos portos de Fortaleza e Pecém (em toneladas)
2006-2011

Quantidade (t)	2006	2007	2008	2009	2010	2011
Porto de Fortaleza	3.403.762	3.278.274	3.442.204	3.451.309	4.270.502	4.231.827
Porto do Pecém	1.874.692	2.205.361	1.448.414	1.919.795	3.213.118	3.413.844

Fonte: Ceará em Números. Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará (Ipece), Fortaleza, 2012..

O governo do estado aposta que o porto do Pecém terá uma demanda crescente no futuro, decorrentes da implantação de indústrias de grande porte, como a Companhia Siderúrgica do Pecém, a refinaria Premium II e outras que serão atraídas pela instalação da Zona de Processamento de Exportação (ZPE). Não é demais destacar que a Secretaria Especial de Portos do governo federal possui um conjunto de onze obras de modernização e adequação portuária no porto do Pecém. Tanto que a expectativa de movimentação de cargas, nesse porto, para os próximos anos seja cerca de 5,0 milhões de toneladas. Em 2012, o Terminal Portuário do Pecém registrou uma movimentação de carga de cerca de 4,045 milhões de toneladas, representando um crescimento de 19% em relação a 2011.

AEROPORTOS

A Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária (Infraero) administra 63 aeroportos no Brasil. No Ceará, são dois: o aeroporto internacional Pinto Martins e o aeroporto de Juazeiro do Norte. O Pinto Martins é da década de 1930, sua base aérea serviu de apoio às Forças Aliadas na Segunda Guerra Mundial, passou para a administração da Infraero na década de 1970 e na década de 1990 foi classificado como internacional após uma grande reforma

de ampliação. Em 2009, concluiu a nova torre de controle de 40 metros de altura (a anterior tinha 18 metros), com investimentos de R\$ 23 milhões, que proporcionou maior segurança aos pousos e decolagens. Hoje passa por uma nova ampliação no terminal de logística e carga através da construção de um terminal novo, pátio para aeronaves cargueiras e vias de acesso. A obra de R\$ 35 milhões deverá ser entregue em 2017 e irá ampliar a aviação comercial, facilitando as importações/exportações e modernizando a área alfandegária para que a Receita Federal, Anvisa e o Ministério da Agricultura possam realizar a fiscalização de acordo com a legislação vigente.

O aeroporto de Juazeiro do Norte, Orlando Bezerra de Menezes, devido à sua localização estratégica, atende às regiões do centro sul do Ceará, noroeste de Pernambuco, alto sertão da Paraíba e sudoeste do Piauí. Juazeiro do Norte, a maior cidade do interior do Ceará, além de ser forte no turismo religioso, possui instituições de ensino superior e diversas indústrias de calçados, conferindo à urbe o terceiro maior polo calçadista do país. A região do Cariri destaca-se também pelo turismo ecológico e de negócios, visto que possui belezas naturais e paleontológicas, típico da serra do Araripe. A Infraero administra o aeroporto desde 1997, mas foi em 2002, através de um convênio, que o aeroporto foi incorporado a rede Infraero. Desde então, o aeroporto passou por diversas reformas, principalmente nos anos 2000, para se adequar às normas vigentes e suportar o volume, cada vez maior, de voos comerciais e domésticos.

De acordo com a Agência Nacional de Aviação Civil (Anac), existem no Ceará 12 Aeródromos públicos e nove privados homologados em diversos municípios no estado. Os números da Anac mostram que no Ceará houve crescimento de 76,2% na frota de aviões entre 2009-2012, com 140 novas aeronaves registradas, bem superior ao crescimento brasileiro para o mesmo período, 21,5%. O Ceará possui hoje 322 aeronaves, no Nordeste somente o estado da Bahia possui número superior, 500 aeronaves. A frota de helicópteros também cresceu, 32,2%, no período e chegou a 41 aeronaves. O resultado dessa expansão é fruto de investimentos concentrados numa cadeia que passa por escolas de treinamento, oficinas, empresas de taxi aéreo, clubes de aviação tripulantes, mecânicos e fabricantes. Isso requer maiores investimentos públicos e privados para manutenção dos aeroportos e aeródromos atualizados tecnologicamente e estruturados para receber voos comerciais e domésticos (Tabelas 41 e 42).

O governo do estado do Ceará segue as diretrizes estabelecidas no Plano Aeroviário do Estado do Ceará (Paece), que tem como foco maior melhorar a oferta de transporte aeroviário. Nesse sentido, alguns aeroportos regionais mantidos pelo estado, como o de Aracati, recebem investimentos para ampliação da pista e modernização. A construção do aeroporto de Jericoacoara

CEARÁ
2000-2013

Tabela 41

Ceará – Aeródromos públicos
2013

Aeródromos públicos	Cidade
Camocim	Camocim
Doutor Lúcio Lima	Crateús
Tamboríu	Tamboríu
Russas	Russas
Quixadá	Quixadá
Virgílio Távora	Sobral
Morada Nova	Morada Nova
Mombaça	Mombaça
Iguatu	Iguatu
Campos Sales	Campo Sales
Aracati	Aracati
Pedro Teixeira Castelo	Tauá

Fonte: Anac. Disponível em: www.anac.gov.br.

Tabela 42

Ceará – Aeródromos públicos
2013

Aeródromos privados	Cidade
Sítio Vodó	Cascavel
Jeová Gomes	Limoeiro do Norte
Feijó	Fortaleza
Fazenda Flores	Tamboril
Ábrica Fortaleza	Eusébio
Evanderto Almeida	Assaré
Darinha	Cascavel
Catuleve	Aquiraz
Bomar	Amontada

Fonte: Anac. Disponível em: www.anac.gov.br.

no município de Cruz, seguindo também diretriz do Paece, permitirá pousos e decolagens de aeronaves de grande porte. Outro aeroporto que foi recentemente requalificado foi o de São Benedito na Serra da Ibiapaba: a ampliação da pista, construção de um terminal de passageiros e instalação da seção de combate a incêndios habilitaram o aeroporto para que pudesse contribuir com o desenvolvimento da região, especialmente no transporte de flores para a exportação.

Por decisão do governo federal em 2013, o Banco do Brasil vai ampliar, reformar e expandir sete aeródromos no interior do Ceará, além de construir dois novos equipamentos com investimentos da ordem de R\$ 363 milhões, advindos do Fundo Nacional de Aviação Civil (Fnac). Dentre os equipamentos que serão modernizados, estão inclusos os aeródromos/aeroportos de Aracati, Crateús, Iguatu, Jericoacoara, Juazeiro do Norte, Quixadá e Sobral. Serão construídos ainda dois novos aeroportos em Canindé e Itapipoca, em todo o país serão 241 intervenções em aeródromos/aeroportos regionais com modernização em 222 e construção de 19. O investimento total para a operação, via Banco do Brasil, será de R\$ 3,7 bilhões, utilizando os recursos do Fnac.

ESTRADAS

Nesta seção, analisaremos a situação das estradas no Ceará apresentando informações sobre a extensão da rede rodoviária no estado segundo a situação física: planejada, não pavimentadas e pavimentadas, para os anos de 2006 e 2011. Os dados apresentados aqui têm correlação com a frota de veículos do estado, que em 2011 alcançou a quantidade de 1.943.164, sendo que 781.197 (40,2%) estão na capital do Ceará.

As Tabelas 43 e 44 mostram que a extensão rodoviária estadual em 2011 era de 54.134,5 km, sendo 5,4% dessa extensão de responsabilidade federal, 22,7%, estadual, e 71,8% municipal. Vale destacar que, de acordo com o Departamento de Edificações e Rodovias (DER), 79,9% da extensão rodoviária cearense não são pavimentadas, em sua maioria de responsabilidade municipal.

ENERGIA

Infraestrutura em energia é fundamental para os estados brasileiros e seus municípios. A produção de energia e a manutenção da matriz energética é uma política de Estado crucial para o desenvolvimento de uma nação.

Tabela 43

Ceará – Extensão das rodovias, por jurisdição, segundo a situação física (em km)
2006

Situação/jurisdição	Total	Federal	Estadual	Municipal
Total	53.325,3	2.881,3	11.555,4	38.888,6
Planejadas	1.613,6	380,0	897,6	336,0
Não pavimentadas	43.418,5	348,8	4.890,2	38.179,5
Pavimentadas	8.293,2	2.152,5	5.767,6	373,1

Fonte: Ceará em Números. Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará (Ipece), Fortaleza, 2012.

Tabela 44

Ceará – Extensão das rodovias, por jurisdição, segundo a situação física (em km) 2011

Situação/jurisdição	Total	Federal	Estadual	Municipal
Total	54.134,5	2.923,7	12.302,2	38.908,6
Planejadas	1.670,8	355,9	978,9	336,0
Não pavimentadas	43.264,7	377,3	4.715,4	38.172,0
Pavimentadas	9.199,0	2.190,5	6.607,9	400,6

Fonte: Ceará em Números. Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará (Ipece), Fortaleza, 2012.. Departamento de Edificações e Rodovias (DER).

Para apresentar dados gerais sobre a situação da energia no estado do Ceará, dividiremos a infraestrutura energética em realizada e acumulada para os anos de 2006 e 2011, no que se refere a linhas de transmissão (km), construção/reforma da rede de distribuição, construção de subestações e ampliação da capacidade instalada das subestações (MVA).

Tabela 45

Ceará – Infraestrutura energética 2006-2011

Infraestrutura	Realizado em 2006	Realizado em 2011	Acumulado em 2006	Acumulado em 2011
Construção de linhas de transmissão (km)	55	153	3.878	4.504
Construção e/ou reforma de rede de distribuição (km)	4.337	3.039	92.145	125.877
Construção de subestações	3	1	93	99
Ampliação da capacidade instalada das subestações (MVA)	88	108	2.066	2.406

Fonte: Ceará em Números. Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará (Ipece), Fortaleza, 2012.

Na tabela a seguir, observamos que o consumo total de energia elétrica no Ceará atingiu 8.924.520 MWh em 2011. Identificamos ainda que mais de 60% desse consumo foi proveniente da Região Metropolitana de Fortaleza, sendo 33,9% residencial, 24,9% industrial, 19,1% comercial, 9,07% rural, 12,7% público e 0,13% consumo próprio. É importante ressaltar que o número de consumidores de energia elétrica entre 2006 e 2011 saltou de 2.416.176 para 2.968.209, registrando um aumento de 22,8%.

É fundamental observar que existe aumento do fornecimento de energia nos domicílios rurais do estado, principalmente devido ao programa Luz para Todos, do governo federal, que garantiu, com esforços federais e do esta-

Tabela 46

Ceará e RMF – Consumo e consumidores de energia elétrica, segundo as classes de consumo 2006-2011

Consumo de energia (MWh)	Ceará 2006	Ceará 2011	RMF 2006	RMF 2011
Total	6.722.068	8.924.520	4.165.455	5.448.527
Residencial	2.139.769	3.026.935	1.280.029	1.825.781
Industrial	1.836.505	2.224.353	1.315.122	1.577.302
Comercial	1.246.319	1.711.685	999.045	1.328.073
Rural	573.360	810.041	64.599	97.344
Público	915.839	1.139.016	500.335	612.794
Consumo próprio (Coelce)	10.226	12.489	5.825	7.232

Fonte: Ceará em Números. Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará (Ipece), Fortaleza, 2012; Companhia Energética do Ceará (Coelce).

do, uma cobertura de atendimento de energia elétrica no meio rural de 97,7% em 2011. Comparando com o percentual de 2007, que era de 89%, temos um crescimento de quase 10% no período. Destacamos ainda o avanço da potência eólica do estado: em 2011 existiam 1.272,3 (MW) instalados, comparados com os 537,4 instalados em 2007, temos um crescimento de 136,7% em energia eólica.

No Ceará, outras formas de energia que dependem de fontes naturais, como petróleo (pré-sal), gás natural, energia solar, biodiesel, termoelétrica a carvão estão na fase de estudos e projetos, não sendo ainda significativos para merecer destaque aqui.

SANEAMENTO

Considerando que o Ceará possui 2.392.684 domicílios, de acordo com a Pnad (2009), mostraremos os indicadores de saneamento que engloba as coberturas do abastecimento de água e do esgotamento sanitário.

Com relação ao saneamento básico, os indicadores de 2012 não são suficientes, visto que apenas 24,2% da população do interior do estado possui cobertura de esgoto sanitário, enquanto que na capital a cobertura atinge 53,5%, praticamente o mesmo de 2010. Os problemas nesse setor advêm da falta de planejamento em áreas não atingidas pela cobertura de esgotamento sanitário e na necessidade permanente de substituição e manutenção das redes coletoras do sistema já instaladas.

Quanto ao serviço de abastecimento de água, a cobertura chega a 98,4% em Fortaleza, e 97,2% nos municípios do interior. É considerável ainda que 11,4% dos domicílios não possuem banheiros e que quase 40% destes não têm o lixo coletado diretamente e regularmente.

Os indicadores de abastecimento de água seriam bons se não fosse pelo fato dos jornais locais repetidamente noticiarem que falta, constantemente, água em pelo menos 22 bairros de Fortaleza, atingindo uma população de quase 400 mil pessoas nessas regiões da cidade. O diagnóstico de que o sistema de distribuição atual não oferece pressão suficiente para levar água às casas na capital se repete para outros municípios da RMF e interior do estado.

As recorrentes secas e a permanente insuficiência no abastecimento de água reduzem a qualidade da água disponível e prejudica a saúde do sertanejo. São recorrentes as matérias de jornais locais sobre carros-pipas com água contaminada e elevação de casos de doenças diarreicas agudas relacionadas à qualidade da pouca água que chega à população, especialmente do interior. Frequentemente temos uma grande quantidade de municípios em situação crítica, com fontes hídricas insatisfatórias, obrigando o estado a recorrer a fontes alternativas de abastecimento, como poços profundos, carros-pipas e adutoras emergenciais. Portanto, a regularização do abastecimento de água em bairros de Fortaleza e em outros municípios em que os serviços não estão disponíveis, diariamente, é fundamental para melhorar as condições de saúde e de saneamento para população atingida.

Isto requer da empresa estadual de economia mista, Companhia de Água e Esgoto do Ceará (Cagece), vultosos investimentos, especialmente em Fortaleza, considerando o fato de que mais de 70% do faturamento da referida empresa é auferido na capital do Ceará. A Cagece promete para 2020 universalizar o abastecimento de água e atingir 70% da cobertura de esgoto apenas em Fortaleza. É importante frisar que a Cagece atua junto a 150 municípios, outros 34 possuem companhias de água e esgoto públicas municipais ou privadas.

Tabela 47

**Ceará – População beneficiada com água tratada e esgotamento sanitário
2007-2012**

Indicadores	2007	2008	2009	2010	2011	2012
Fortaleza - água (%)	97,8	97,6	97,9	98,2	98,4	98,4
Interior - água (%)	96,1	96,4	96,6	96,9	97,0	97,2
Fortaleza - esgoto (%)	50,5	51,4	52,2	53,6	53,4	53,5
Interior - esgoto (%)	19,5	20,4	21,1	22,7	22,8	24,2

Fonte: Secretaria de Planejamento e Gestão do Estado do Ceará. Mensagem à Assembleia Legislativa. Governo do Estado do Ceará. Fortaleza, 2013; e Secretaria das Cidades do Estado do Ceará (2013).

O grande desafio do saneamento básico, além dos já apontados aqui, é o auxílio dos governos federal e estadual na feitura, de forma participativa e transparente, dos Planos Municipais de Saneamento Básico da grande maioria

dos 184 municípios cearenses, que englobará a gestão integrada dos resíduos sólidos, do abastecimento de água, coleta de esgoto e drenagem. Essa temática envolve ainda a elaboração dos projetos executivos para a construção de aterros sanitários regionais e seus respectivos planos de gestão e um programa emergencial de despoluição da orla marítima, especialmente a de Fortaleza. Após a fase de planejamento, vem a questão crucial do financiamento dos projetos.

CIÊNCIA E TECNOLOGIA

Ciência, tecnologia, inovação, educação superior e profissional são instrumentos imprescindíveis ao desenvolvimento do estado do Ceará, especialmente quando as ações de qualificação profissional e educação superior são interiorizadas. Criada em 1995, a Secretaria da Ciência, Tecnologia e Educação Superior tem como objetivo planejar, fiscalizar, coordenar e supervisionar as atividades pertinentes à educação superior, educação profissional, pesquisa científica e o desenvolvimento tecnológico do Estado em consonância com as diretrizes estabelecidas pelo Conselho Estadual de Ciência, Tecnologia e Inovação.

No Ceará, existem três universidades estaduais: a Universidade Estadual do Ceará (Uece), que tem sede em Fortaleza com dois campi (Itaperi e Fátima), possuindo também nove centros ou faculdades nos municípios de Itapipoca, Guaiúba, Pacoti, Quixadá, Limoeiro, Iguatu, Tauá e Crateús. Possui ao todo 55 cursos de graduação, 30 mestrados e doutorados e 78 cursos de especialização. A Universidade Estadual Vale do Acaraú (UVA), que situa-se no município de Sobral, possui 20 cursos de graduação e 18 áreas de pós-graduação, incluindo três mestrados acadêmicos. A Universidade Regional do Cariri (Urca-CE) está sediada nos municípios de Crato, Juazeiro do Norte e Santana do Cariri e atende a uma comunidade advinda de 90 municípios dos estados do Ceará, Piauí, Pernambuco e Paraíba. Atualmente conta com cursos regulares de graduação (17), cursos sequenciais (3), curso técnico (1), mestrado acadêmico (1), cursos de pós-graduação *lato sensu* (26) e unidades descentralizantes nos municípios de Missão Velha, Campos Sales e Iguatu.

Além das universidades estaduais, temos a Universidade Federal do Ceará (UFCE) com cinco campi, três em Fortaleza e quatro nos municípios de Sobral, Barbalha, Juazeiro do Norte e Quixadá. É a maior universidade do Ceará, com mais de 60 cursos de graduação, dominando a produção científica e tecnológica do Estado através dos cursos de mestrado e doutorado. Destacamos ainda a Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (Unilab) no município de Redenção, escolhido por ser o primeiro do Brasil a abolir a escravidão, e a Universidade de Fortaleza, entidade privada filantró-

pica que oferece mais de 30 cursos de graduação, além de cursos de mestrado e doutorado. Não menos importante citamos o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará, que oferece educação profissional e tecnológica em diversas modalidades de ensino.

Essa estrutura requer investimentos em laboratórios, bibliotecas, salas de aula, restaurante universitário, complexos poliesportivo, editoração, incentivo aos docentes das instituições para maior qualificação, além de bolsas de monitoria, iniciação científica e atividades de extensão. Nesse sentido, é importante ressaltar o Programa de Bolsas de Produtividade e Estímulo à Interiorização, do estado do Ceará em parceria com o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), para a atração e fixação de professores e pesquisadores, mestres e doutores, no interior do estado.

O projeto Ciência Itinerante, desenvolvido pelo governo do estado em parceria com o CNPq, permite que o conhecimento desenvolvido na academia possa ser popularizado, percorrendo municípios, com demonstrações de experimentos científicos nas áreas de Física, Química, Biologia e Tecnologia da Informação, beneficiando estudantes e professores da rede de escolas públicas do ensino fundamental e médio.

A tabela a seguir demonstra o esforço conjunto da área de Ciência e Tecnologia para elevar as matrículas da educação superior, tanto na graduação quanto na pós-graduação, bem como a publicação de dissertações, teses e artigos científicos na área acadêmica.

Tabela 48**Ceará – Evolução dos indicadores da educação superior
2007-2012**

Indicadores	2007	2008	2009	2010	2011	2012
Educação superior matrículas graduação	60.384	62.655	64.260	66.082	69.596	71.581
Educação superior matrículas pós-graduação	4.177	4.407	7.795	8.068	8.524	6.141
Produção acadêmica publicada	3.958	4.772	10.482	10.648	11.756	11.702
População beneficiada com ações de extensão	1.151.316	1.193.472	1.371.946	1.325.510	1.389.580	1.565.296

Fonte: Secretaria de Planejamento e Gestão do Estado do Ceará. Mensagem à Assembleia Legislativa. Governo do Estado do Ceará. Fortaleza, 2013.

ESTRUTURA PRODUTIVA

COMPOSIÇÃO SETORIAL, PRODUÇÃO, EMPREGO E RENDA

COMPOSIÇÃO SETORIAL

A composição setorial do PIB cearense compõe-se de serviços, indústria e agropecuária. Passaremos a analisar cada setor a partir de agora.

SERVIÇOS

O setor de serviços é fundamental para o fomento do PIB cearense nos últimos anos, especialmente aqueles ligados ao comércio, turismo, alojamento e alimentação, transportes e imobiliário, atividades que mais vêm crescendo nos últimos anos no estado do Ceará. Em 2012, esses setores elevaram-se em torno de 8%, enquanto o PIB cresceu menos da metade, 3,5%. Do mesmo modo, as vendas do varejo se expandiram a uma média de 9,6% nos últimos anos (2011-2012), destacando-se: combustíveis e lubrificantes (22,3%), móveis e eletrodomésticos (19,9%), materiais de construção (15,1%) e artigos farmacêuticos, médicos, ortopédicos, perfumaria e cosméticos (12,7%), resultado de vários fatores, como os incentivos federais com redução de algumas alíquotas, redução das taxas de juros Selic, recuperação da renda do trabalhador, via salário-mínimo, e aumento dos níveis de emprego em âmbito nacional.

Em termos locais, os comerciantes têm incentivado as vendas do varejo através de promoções em períodos sazonais de quedas, como os meses de março e abril. O setor de serviços representa cerca de 70% da economia cearense, merecendo destaque o setor de turismo. Entre 2006 e 2012, houve crescimento de 47,9% na demanda turística através da cidade de Fortaleza,

correspondendo a uma média anual de 6,8% entre turistas nacionais e internacionais. O turismo explica o crescimento do segmento alojamento e alimentação além do fato de Fortaleza ser a cidade mais visitada do Nordeste e a terceira em turismo nacional, oferecendo serviços que vão além do binômio sol-mar, reunindo um conjunto de entretenimentos culturais que atravessa o ano inteiro.

INDÚSTRIA

Entre os segmentos da indústria, podemos destacar Construção Civil e Eletricidade, Gás e Água, que obtiveram melhores resultados nos últimos anos, enquanto que as Indústrias Extrativa Mineral e de Transformação apresentaram taxas de crescimento negativas. A Construção Civil vem recebendo incentivos do governo federal, que isentou e reduziu o Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) para materiais de construção, além do aumento dos financiamentos para o setor de habitação. Os esforços estaduais na construção civil concentram-se em obras públicas vinculadas à Copa do Mundo (2014), mas que requerem também recursos federais para: Aeroporto, Estádio Arena Castelão, Veículo Leve sobre Trilhos (VLT) Parangaba-Mucuripe, Centro, Aquário Ceará e Ponte Estaiada sobre o Parque do Cocó. Merece destaque a queda na indústria têxtil e de vestuários, as duas têm reduzido os níveis de produção devido à concorrência externa e à crise internacional.

AGROPECUÁRIO

O setor agropecuário também vem apresentando resultados, em termos de taxa de crescimento, negativos. A escassez de chuvas, desde 2010, e o registro, em 2012, da pior seca dos últimos 40 anos derrubaram a produção de grãos em 82% somente em 2012 e afetou as safras de milho, arroz e feijão, responsáveis por 96% da produção de grãos do Ceará. Tal prejuízo está sendo, em pequena parte, amenizado pela produção de alguns produtos irrigados, como o melão e melancia, ressaltando a importância de ampliar as zonas de irrigação no estado, especialmente através dos projetos Cinturão das Águas do Ceará e Eixão das Águas que fornecerão água para o consumo humano, agropecuária e indústria.

PRODUÇÃO

Os principais produtos do estado do Ceará são: calçados, couros e peles, castanha-de-caju, frutas, cera de carnaúba, suco de frutas, produtos minerais, lagosta, combustíveis minerais, máquinas e equipamentos elétricos, máquinas e equipamentos mecânicos, extrato vegetal, mel natural, confecções, flores, móveis, entre outros. Dentre estes, os que compõem a pauta de exportações,

juntamente com seus percentuais correspondentes, são: calçados (26,4%); couros e peles (16,1%); castanha-de-caju (12,1%); fruticultura (7,9%), têxteis (5,9%), cera de carnaúba (5,5%), que somam quase três quartos da pauta de exportação do estado. No quesito dos produtos consumidos no estado, temos as seguintes importações: turbinas a vapor (12,4%); gás natural e liquefeito (9,5%); trigo (8%); energia eólica (3,5%); lamina de ferro/aço (2,6%); os demais (51,5%) somam quase 90% da pauta de importações. É necessário afirmar que o saldo da balança comercial do Estado é historicamente negativo, indicando que o valor das importações supera as exportações: em 2012 o quantum das exportações foi menor (-8,7%) e o das importações foi maior (23,6%) do que em 2011. Nesta análise, os efeitos da seca também são desastrosos para a produção voltada para as exportações, o exemplo disto é a queda na produção da castanha-de-caju (líder nacional) e do mel natural.

TRABALHO, EMPREGO E RENDA

A performance do PIB impacta diretamente a geração de empregos formais, com a criação de novos postos de trabalhos. Entre 2007 e 2012, destaca-se o ano de 2010, que teve a maior taxa de crescimento do PIB, tanto no âmbito nacional quanto estadual, e gerou 84.550 novos postos de trabalho. Comparando as pontas da tabela a seguir (2007-2012), temos um crescimento de 14,5% nos empregos formais gerados, visto que em 2007 eram gerados 39.722 e em 2012 foram gerados 45.519. Devemos destacar que mais da metade destes empregos foram gerados no setor de serviços, com maior participação das atividades de alojamento, alimentação, comércio e administração de imóveis.

Sob a ótica da concentração de renda na RMF, a tabela demonstra também que o desenvolvimento do interior do estado e a interiorização da renda e dos empregos seguem ainda como grande desafio. Até onde os dados estão disponíveis (2011), há uma tendência de piora se compararmos a relação de empregos formais gerados no interior e na RMF, ou seja, é cada vez menor o emprego formal gerado no interior em relação à Região Metropolitana de Fortaleza (Tabela 49).

A Tabela 49 também mostra que a renda *per capita*, que representa em média a riqueza gerada no estado por habitante, cresce de 2007 para 2012, mas apresenta taxas decrescentes desde 2010. A renda *per capita*, em torno de R\$ 11 mil, é muito inferior à média nacional e revela que o estado do Ceará ainda é um dos mais pobres e desiguais dentre todos da federação brasileira.

A renda domiciliar *per capita*, indicador que afere a renda média das pessoas, cresceu 10,4% entre 2007-2011, passando de 0,77 para 0,85 salários-mínimos. Do mesmo modo, a renda domiciliar *per capita* da zona rural em salários-mínimos tem tendência de crescimento, mas permanece praticamente

Tabela 49**Ceará – Saldo de empregos formais e interiorização do PIB
2007-2012**

Indicadores	2007	2008	2009	2010	2011	2012
Saldo de empregos formais	39.722	41.441	64.436	84.550	57.054	45.519
Emprego formais interior/RMF	0,51	0,47	0,47	0,44	0,44	-
Renda <i>per capita</i> (R\$)	6.170	7.112	7.687	9.217	10.135	10.999
Renda domiciliar <i>per capita</i> (em salário-mínimo)	0,77	0,85	0,82	0,89	0,85	-
Renda domiciliar <i>per capita</i> da zona rural (em salário-mínimo)	0,41	0,46	0,43	0,41	0,44	-

Fonte: Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (CAGED)/Ministério do Trabalho e Emprego (MTE). Secretaria de Planejamento e Gestão do Estado do Ceará. Mensagem à Assembleia Legislativa. Governo do Estado do Ceará. Fortaleza, 2013.

a metade dos valores da renda domiciliar *per capita* total, apontando que é fundamental para o estado do Ceará interiorizar a renda e gerar oportunidades de negócios e investimentos em cidades polos e que tenham potencial para gerar renda e emprego.

A política de geração de trabalho, emprego e renda é executada pela Secretaria do Trabalho e Desenvolvimento Social em parceria com o Ministério do Trabalho e Emprego e insere-se no Sistema Nacional de Emprego (Sine) com o objetivo de promover a inserção de trabalhadores no mercado de trabalho, com base em contínuo processo de formação social e profissional.

O Programa Trabalho, Emprego e Renda visa coordenar e monitorar atividades que proporcionam aos trabalhadores atendimento integrado na área do trabalho através das seguintes ações: orientação e intermediação para o emprego, qualificação social e profissional, atendimento do seguro desemprego, fomento ao artesanato, empreendedorismo e economia solidária, acesso ao crédito e produção de informações sobre o mercado de trabalho em consonância com as diretrizes do Sine.

Tabela 50**Ceará – Evolução dos indicadores do desenvolvimento social e trabalho
2007-2012**

Indicadores	2007	2008	2009	2010	2011	2012
Trabalhadores colocados e recolocados no mercado de trabalho formal	73.730	79.520	89.274	91.616	94.365	80.298
Trabalhadores qualificados	32.602	35.576	38.247	44.671	46.015	40.960

Fonte: Secretaria de Planejamento e Gestão do Estado do Ceará. Mensagem à Assembleia Legislativa. Governo do Estado do Ceará. Fortaleza, 2013.

Projetos como Trabalho Competitivo (alcançando a empregabilidade), Desenvolvimento e Gestão de Políticas de Trabalho para a Juventude, Inclusão Produtiva, Desenvolvimento do Artesanato e Economia Solidária e Empreendedorismo têm colocado e recolocados trabalhadores no mercado formal de trabalho, de 2007 até 2012 mais 500 mil pessoas foram beneficiadas nessa ação. Outra ação muito importante é a qualificação para o trabalho, no mesmo período, de mais 230 mil trabalhadores em todo o território cearense (Tabela 50).

SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL

CONDICIONANTES AMBIENTAIS

O tema sustentabilidade ambiental, na perspectiva do desenvolvimento capitalista, demonstra a dificuldade de equilibrar crescimento econômico com proteção à natureza e melhoria das condições de vida da população. Portanto, conservação de Áreas de Proteção Ambiental (APAs), Parques Ecológicos, Monumentos Naturais, Estações Ecológicas, Áreas de Relevante Interesse Ecológico, Corredores Ecológicos combinada com destinação adequada dos resíduos sólidos e expansão do saneamento ambiental são ações fundamentais para a estratégia de compatibilizar progresso e sustentabilidade ambiental.

O governo do Estado do Ceará, para realizar sua política de meio ambiente, conta com a Superintendência Estadual do Meio Ambiente (Semace), autarquia estadual criada em 1987 e integrante do Sistema Nacional de Meio Ambiente, e com dois Conselhos Estaduais, quais sejam: o Conselho de Políticas e Gestão do Meio Ambiente (Conpam) e o Conselho Estadual de Meio Ambiente (Coema). Dessa forma, o Estado espera garantir a transversalidade das várias políticas públicas estaduais, a participação da sociedade e o controle ambiental através do licenciamento e da fiscalização de atividades que promovam impactos sobre o meio ambiente e que utilizem os recursos naturais. Ações como controle da poluição veicular, balneabilidade das praias e monitoramento das águas (que contempla 11 bacias hidrográficas), contribuíram para a retirada dos veículos automotores considerados fora do padrão e para a redução das fontes de contaminação das águas, notadamente

aquelas originadas por descargas industriais, esgotos domésticos não tratados e drenagem pluvial em áreas urbanas.

Além dos recentes investimentos realizados na requalificação do Parque do Cocó em Fortaleza, do Parque Botânico em Caucaia, do Parque Estadual Sítio Fundão no Crato, do Monumento Natural Monólitos de Quixadá, há dez anos existe o programa Selo Verde, objetivando o fortalecimento e a capacitação da gestão ambiental nos municípios. O programa também abrange iniciativas que procura promover, junto ao setor privado, práticas empresariais sustentáveis, como o “esverdeamento” do setor ceramista, bem como uma aquicultura e piscicultura sustentável. Outro programa importante, Unidade de Conservação e Gestão Sustentável do Bioma Caatinga, nos estados do Ceará e Bahia, objetiva criar e implementar áreas de proteção na caatinga, integrar os ecossistemas e prevenir incêndios e queimadas na região dos Inhamuns e Sertão Central do Ceará.

No Ceará, as Unidades de Conservação compreendem às áreas demarcadas e que são protegidas pelo Poder Público federal – por meio do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama) –, pelo Poder Público estadual –através da Superintendência Estadual do Meio Ambiente (Semace) – e pelo municipal –via Secretaria de Urbanismo e Meio Ambiente (Seuma) –, que ficaram praticamente estáveis no período de 2007-2012. Ao todo, o estado do Ceará conta com 69 Unidades de Conservação distribuídas em 26 áreas de proteção ambiental, cinco parques ecológicos, duas florestas nacionais, três estações ecológicas, um parque botânico, um jardim botânico, um corredor ecológico, quatro reservas ecológicas, dez reservas particulares do patrimônio natural, dois monumentos naturais, dois parques nacionais, um parque estadual, um parque natural e uma reserva extrativista.

As maiores Unidades de Conservação federal são: APA da Serra da Ibiapaba (Ceará e Piauí), APA do Delta do Parnaíba (Ceará, Piauí e Maranhão) e APA da Chapada do Araripe (Ceará, Piauí e Maranhão). No âmbito estadual, duas medidas de proteção foram tomadas: a aprovação da lei que regulamentou o Sistema Estadual de Unidades de Conservação em 2011 e a assunção pelo Conselho de Políticas e Gestão do Meio Ambiente (Conpam) do gerenciamento de 23 Unidades de Conservação estaduais existentes (13 APAs, cinco Parques Estaduais, dois Monumentos Naturais, uma Estação Ecológica, uma Área de Relevante Interesse Ecológico e um Corredor Ecológico). O município de Fortaleza, por sua vez, ampliou as áreas de preservação e interesse ambiental com a criação do Parque da Sabiaguaba (467,60 hectares) e da Área de Proteção Ambiental da Sabiaguaba (1.009,74 hectares) concluídos em 2011,

além da feitura do Plano de Manejo da Sabiaguaba, área fundamental para a cidade e constantemente ameaçada pela especulação imobiliária.

Outro indicador de proteção ambiental é a destinação final adequada de resíduos sólidos. Aqui encontramos uma grande disparidade entre a RMF e o interior do estado. Além da disparidade pró RMF, observamos que os referidos indicadores de cobertura da população urbana com destinação final adequada de resíduos sólidos estão caindo tanto na RMF quanto no interior do estado, ou seja: na RMF, que era de 95,04% em 2007, apresenta 89,18% em 2012, números expressivos se comparados com o interior do estado, que registrou 5,89% em 2007 e 3,75% em 2012. As diretrizes da Política Nacional de Resíduos Sólidos recomendam a feitura dos Planos Municipais de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos e 100% da destinação final adequada dos resíduos sólidos.

Tabela 51

Ceará – Indicadores da sustentabilidade ambiental (em %)
2007-2012

Indicadores	2007	2008	2009	2010	2011	2012
Áreas protegidas (UC)	22,04	22,05	22,06	22,06	22,06	22,06
Pop urbana RMF com destinação final de resíduos sólidos	95,04	96,20	94,43	89,28	89,23	89,18
Pop urbana Interior com destinação final de resíduos sólidos	5,89	6,12	6,41	3,89	3,68	3,75
Nº municípios certificados com Selo Município Verde	32	39	30	36	39	37

Fonte: Secretaria de Planejamento e Gestão do Estado do Ceará. Mensagem à Assembleia Legislativa. Governo do Estado do Ceará. Fortaleza, 2013. UC = Unidades de Conservação.

OPORTUNIDADES PARA A EXPLORAÇÃO DO TURISMO

O Ceará, nos últimos anos, principalmente pela evolução do turismo em Fortaleza, vem se destacando como um dos principais destinos turísticos do país, além de apresentar crescente demanda de fluxo turístico de outros países. Esses fatores demonstram que a cadeia turística é estratégica para a geração de emprego e renda, especialmente se for desenvolvida de forma sustentável. Assim como em outras unidades da federação, o turismo gera impacto considerável no PIB do estado e possui um efeito multiplicador sobre diversos setores da economia.

Analisando o período de 2006-2012, observamos que o fluxo turístico nacional, via Fortaleza, aumentou em 47,9%; por outro lado, o turismo internacional caiu em 21,7%, mantendo um contingente de quase 20 mil turistas/

mês. No mesmo período, a demanda hoteleira se elevou em 47,8%, registrando um crescimento anual de 6,7%, ocasionando também o crescimento da oferta da rede hoteleira de Fortaleza, medida pela capacidade instalada em termos de unidades hoteleiras em 21,4%. No mesmo período, a taxa de ocupação média anual da rede hoteleira de Fortaleza também se expandiu em 22%.

O aumento do prazo médio de permanência do turista, medida em dias, também é reflexo da evolução dos dados para o setor, passando de 9,7 dias em 2007 para 11 dias em 2012. Esse aumento é confirmado na pesquisa realizada para acompanhar a satisfação do turista nacional, que reúne, principalmente, paulistas, cariocas e mineiros; e internacional, que tem Itália, Portugal, França e Espanha como principais emissores. O Índice de Satisfação do Turista com infraestrutura, atrativos e serviços turísticos saltou de 63,4% para 79% no período de 2006-2012.

No tocante ao turismo de eventos, o novo Centro de Eventos do Ceará, inaugurado em 2012, pode gerar oportunidades para o estado, com impactos na renda estadual, no emprego da cadeia produtiva do turismo e na massa salarial, garantindo espaço adequado para a realização de eventos durante todo o ano.

A interiorização do turismo é fundamental para descentralizar a renda e abrir novas oportunidades de negócios no estado, entretanto, devemos lembrar que na maior parte do estado do Ceará predominam a vegetação caatinga e o clima semiárido. Apesar dos limites, isto não impede que surjam novas oportunidades de turismo sustentável relacionado com a cultura e condições naturais das cidades.

Algumas cidades e regiões do estado se sobressaem e atraem turistas tanto nacionais quanto internacionais. Em Aquiraz, na Região Metropolitana de Fortaleza, existe o maior parque aquático da América do Sul, o Beach Park. No litoral oeste, as praias de Lagoinha (município de Paraipaba), Flexeiras (Trairi) e Jericoacoara (Jijoca de Jericoacoara) são as mais visitadas. Do mesmo modo, no litoral leste, as praias de Morro Branco (Beberibe), Canoa Quebrada (Aracati) e Redonda (Icapuí). Outro destaque é o turismo de serra na região de Guaramiranga, reunindo os municípios de Guaramiranga, Mulungu, Baturité, Aratuba, Pacoti e Palmácia. Na Serra da Ibiapaba, os municípios de Viçosa, Tianguá, São Benedito e Ubajara também se destacam pelo clima ameno da serra e pelo calendário cultural realizado no ambiente serrano. Do ponto de vista do Patrimônio Histórico Cultural, as cidades de Aquiraz, Aracati, Icó e Viçosa se destacam pela arquitetura secular mantida e preservada. Os monólitos da região de Quixadá é um museu natural de pedras muito visitado, especialmente por esportistas que praticam rapel e voo livre. Ainda existe o

turismo religioso nas cidades de Canindé, principalmente, ao redor da Igreja de São Francisco de Canindé e Juazeiro do Norte, na região do Cariri, que atraem centenas de religiosos, pagadores de promessas e fiéis de padre Cícero Romão Batista, um sacerdote católico que teve grande prestígio e influência na vida social e política do Ceará e do Nordeste.

ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

SERVIDORES

Em pesquisa recente (março/2013) realizada pelo grupo O Estado/IBGE, apontou o Ceará (0,8%) como a máquina pública com menor número proporcional de servidores do país, contrastando com o Distrito Federal (5,2%), que registrou o maior número de servidores por 100 habitantes. Segundo a pesquisa, o estado do Ceará tem menos de 70 mil servidores ativos (67.620), mesmo diante da declaração do Secretario de Planejamento e Gestão do Estado do Ceará, em 26/03/13, afirmando que a máquina pública do Ceará teria 61 mil servidores ativos e que havia uma relação saudável entre ativos e terceirizados, no entanto, sem divulgar o número de terceirizados e nem os setores em que atuam. Muitos observadores e sindicalistas atribuíram à relação equilibrada uma hiperterceirização, que chegaria a 22 mil, ou seja, um terço dos atuais servidores ativos.

Há de se considerar que existem hoje no estado do Ceará seis Organizações Sociais (OS), quais sejam: Instituto Agropolos (IA), Instituto de Desenvolvimento do Trabalho (IDT), Centro Dragão do Mar de Arte e Cultura/Instituto de Arte e Cultura do Ceará (IACC), Instituto de Saúde e Gestão Hospitalar (ISGT), Centro de Gestão e Desenvolvimento Tecnológico (CGDT), Instituto Centro de Ensino Tecnológico (CENTEC). É sabido que as OS conseguem contratar trabalhadores em regime de trabalho diferente do servidor público e por custo menor que um terceirizado vinculado à empresa, assim é de se esperar que em áreas técnicas ligadas ao trabalho/emprego a educação, a

tecnologia, a saúde e a cultura tenham um contingente de pessoas trabalhando para o governo do estado sem ser servidor e sem estar na condição de terceirizado tradicional.

Tabela 52

**Estados brasileiros – Percentual de servidores por 100 habitantes
2013**

Estados	Servidores por 100 habitantes (%)
Distrito Federal	5,2
Acre	4,7
Amapá	4,1
Tocantins	3,4
Rondônia	3,3
Amazonas	2,4
Paraíba	2,3
Mato Grosso do Sul	2,2
Mato Grosso	2,1
Santa Catarina	2,1
Pernambuco	1,9
Paraná	1,9
Piauí	1,8
Goiás	1,7
Espírito Santo	1,7
Rio Grande do Norte	1,7
Rio Grosso do Sul	1,7
Minas Gerais	1,7
Alagoas	1,4
Rio de Janeiro	1,4
São Paulo	1,4
Pará	1,3
Maranhão	1,2
Bahia	0,9
Ceará	0,8

Fonte: Grupo O Estado/IBGE, 2013.

Obs.: os Estados de Roraima e Sergipe não responderam ou responderam de forma incompleta o questionário enviado pelo IBGE.

PESO DA FOLHA DE PAGAMENTO

Analisando a despesa com pessoal e encargos sociais na execução orçamentária de 2007 a 2012, observamos que o peso da folha de pagamento na despesa total decresce de 2007 a 2010 e cresce bastante entre 2010 e 2012,

respectivamente o percentual da despesa com pessoal e encargos sociais na despesa total salta de 31,3% em 2010 para 43,1% em 2012. Ou seja, a despesa com pessoal cresceu 17,3% entre 2010 e 2011 e 26,3% de 2011 a 2012.

Mais precisamente, a folha de pessoal do estado do Ceará cresceu quase 50% entre 2010 e 2012 (48,1%). O resultado disso é que a relação despesa com pessoal sobre a receita corrente líquida, que gravitava em torno dos 48-49% entre 2007 e 2011, saltou para 57,74%, ultrapassando o limite prudencial estipulado pela Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF). Em contraste ao crescimento da despesa com pessoal nos últimos dois anos, apuramos uma queda no crescimento da receita corrente líquida entre 2011 e 2012, que registrou 6,41% de crescimento contra 13,4% e 15% dos anos anteriores, conforme tabelas a seguir.

Tabela 54

Ceará – Execução orçamentária (em R\$ 1.000)
2007-2012

Grupos de despesa	2007	2008	2009	2010	2011	2012
Pessoal e encargos sociais	3.257.676	3.715.410	4.193.795	4.547.570	5.334.628	6.738.378
Juros e encargos da dívida	222.850	212.115	191.144	189.009	219.495	246.911
Despesas correntes	3.331.939	3.911.895	4.461.003	5.414.286	5.308.405	5.968.786
Investimentos	586.904	1.056.585	1.954.319	3.129.383	2.482.704	2.064.843
Inversões financeiras	77.190	109.547	98.856	83.043	94.413	138.203
Amortizações da dívida	419.474	435.038	582.819	301.917	371.586	473.021
Total	8.129.209	9.776.544	11.909.971	14.486.947	13.811.232	15.630.145

Fonte: Secretaria de Planejamento e Gestão do Estado do Ceará. Mensagem à Assembleia Legislativa. Governo do Estado do Ceará. Fortaleza, 2013.

Tabela 55

Ceará – Relação da despesa com pessoal e a receita corrente líquida (em R\$ 1.000)
2007-2012

Ano	Receita Corrente Líquida (RCL)	Despesa com Pessoal (DP)	DP/RCL (%)
2007	6.560.099	3.257.676	49,66
2008	7.886.592	3.715.410	47,11
2009	8.400.940	4.193.795	49,92
2010	9.664.270	4.773.255	49,39
2011	10.966.440	5.334.628	48,64
2012	11.670.160	6.738.378	57,74

Fonte: Secretaria de Planejamento e Gestão do Estado do Ceará. Mensagem à Assembleia Legislativa. Governo do Estado do Ceará. Fortaleza, 2013. RCL de 2012 sujeita a revisão.

Obs.: limite prudencial 57% (LRF)

CARÊNCIAS

Entre 2007 e 2010, 11.810 servidores foram nomeados via concurso público em diversas áreas, de acordo com o Balanço Geral do Estado de 2011. O secretário de Planejamento e Gestão, em entrevista ao jornal *O Povo* em 26/03/13, negou a deficiência no contingente de servidores do estado, ele afirmou... “O governo Cid Gomes contratou, só de 2006 para cá, mais de 14,3 mil efetivos. O que existe são imperfeições que devemos buscar corrigir”. Continua o secretário: “O governo vem terceirizando apenas serviços pontuais e gerais, como limpeza e manutenção. Concurso gera vínculo que pode durar um século, só na previdência, o governo pagou R\$ 1,51 bilhão em 2012”.

O secretário informa também que a relação entre servidores ativos e terceirizados é equilibrada, entretanto, especialistas da área de gestão pública alertam que mais importante que comparar o total de efetivos e terceirizados é avaliar se o quadro atual é suficiente para prestar serviços de qualidade para a população.

Em algumas áreas, podemos detectar insuficiência no quadro de servidores do Estado do Ceará. Hoje existem 14 mil policiais militares no estado. Se levarmos em conta o aumento da população nos últimos 30 e 40 anos, necessitaríamos de 35 mil PMs. Cabe, então, a pergunta: temos uma PM enxuta ou insuficiente? É notório que o efetivo policial está aquém das necessidades do estado e prejudicando a elucidação dos crimes. O Ceará possui o menor efetivo, proporcional à população, de Polícia Civil do país. Enquanto Pernambuco tem sete mil Policiais Civis, no Ceará há apenas 2.274. A relação é de um agente da Polícia Civil investigando cerca de 40 crimes. A estatística revela que apenas 5% dos crimes são elucidados. Com essa defasagem, não há garantias dos direitos fundamentais.

O Ceará também é o quarto pior estado do Brasil em delegacias de mulheres. Vale registrar que nem todo município do Ceará possui delegacia tradicional. A construção de mais delegacias requereria, além de concurso para delegado, soldado, escrivão, perito e inspetor, a formação do servidor para o atendimento especializado e humanizado que a profissão exige.

Outra discussão importante é levantada pelos sindicatos que defendem os interesses dos trabalhadores do serviço público estadual. De acordo com os referidos sindicatos, com a criação das seis Organizações Sociais (OS) o Estado conseguiu reduzir o número de terceirizados, de 40 para 22 mil, ou seja, quase a metade da mão de obra terceirizada foi absorvida pelas OS, que conseguem contratar trabalhadores em regime de trabalho diferente do servidor público e por custo menor, assim é de se esperar que em áreas técnicas ligadas ao trabalho, ao emprego, à educação, à tecnologia, à saúde e à cultura tenham um contingente de pessoas exercendo atividades no governo de forma precária e

que pode prejudicar o atendimento ao cidadão. Os sindicatos identificam esse fenômeno como uma carência do serviço público e exigem o fim das OS e a retomada permanente do concurso público.

A falta de concurso tem impedido o governo de executar pelo menos uma das áreas do eixo Sociedade Justa e Solidária do PPA 2012-2015. A área de acesso à justiça e cidadania, de acordo com o presidente da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB-CE), funciona precariamente... “Tem varas que estão sendo criadas, com juízes nomeados, mas que não estão funcionando por falta de servidor e de estrutura”, afirmou Valdetário Monteiro em 24/04/2013 no jornal *O Povo*. De acordo ainda com a matéria, o sindicato dos servidores do Poder Judiciário do Ceará afirma que a carência de pessoal na área gira em torno de 300 servidores para todo o estado.

Do mesmo modo, o sindicato dos trabalhadores de água e esgoto do Estado do Ceará afirma que a Companhia de Água e Esgoto do Estado, a Cagece, que é responsável pelo abastecimento de água, pela manutenção, reposição e expansão do esgotamento sanitário, atua hoje com 70% dos trabalhadores empregados em empresas terceirizadas, precarizando as relações de trabalho e os serviços oferecidos à população cearense. As principais pautas do sindicato são por concursos públicos e pela não privatização da empresa.

Outras áreas, de acordo ainda com os sindicatos, estão em permanente carência no estado do Ceará: defensores públicos, médicos que se disponham a trabalhar no interior do estado, médicos com especialidade em pediatria e professores de matemática. Os sindicatos apontam ainda setores que funcionam sem servidores de carreira e com número excessivo de estagiários, como a cultura, o esporte e lazer, a defensoria pública, o turismo, a segurança pública e alguns programas voltados para a garantia de direitos e cidadania.

MODERNIZAÇÃO ADMINISTRATIVA

A realização de um amplo processo de modernização administrativa no serviço público objetiva melhorar a qualidade nos serviços prestados à população. Para tanto, é necessário concentrar esforços em desafios relativos à gestão de pessoas, virtualização e desburocratização dos processos e modernização tecnológica, especialmente aquela voltada para uma maior transparência e controle social.

Diálogo e participação, visando melhorias das condições de trabalho e de salários, também são necessários e podem apontar para a composição de uma mesa permanente de negociação entre governo e trabalhadores. O cumprimento dos planos de cargos e carreiras também é fundamental para estimular o servidor no trabalho. Pesquisa de clima organizacional pode ajudar

no diagnóstico da máquina e pode ser de grande valia na superação de pontos críticos da estrutura administrativa. Outra ferramenta de extrema importância no processo de gestão é a realização sistemática de auditorias nos órgãos e secretarias do estado, contribuindo para melhorar o redesenho dos processos administrativos do ponto de vista técnico e jurídico.

A modernização tecnológica também merece prioridade, visando à integração dos diversos sistemas utilizados, em plataforma única e com a utilização de *software* livre. Para isso é necessário um Plano Diretor de Tecnologia da Informação. Além disso, renovação do parque tecnológico, ampliação da rede de internet sem fio e aquisição de sistemas corporativos que melhoram o controle interno e a gestão dos processos são ações também necessárias na área de Tecnologia da Informação.

Atualização de banco de dados de informações cadastrais dos contribuintes empresariais, visando fiscalizar a regularidade de funcionamento dos referidos estabelecimentos, levantamento da situação do patrimônio imobiliário, implantação de cadastro técnico multifinalitário e recálculo dos débitos da Dívida Pública do Estado são ações imprescindíveis para a boa governança da máquina pública.

Melhoria na infraestrutura dos órgãos e aquisição de equipamentos de apoio também é necessário para a gestão oferecer novas e melhores condições de trabalho para o servidor. O objetivo de melhorar o ambiente de trabalho, tornando-o agradável e adequado, tem sempre como resultado uma maior produtividade do servidor no exercício de suas atividades profissionais.

Na área de planejamento, a grande contribuição de um ente federado é abrir canais para a participação popular em todas suas instâncias. Dialogar, discutir as demandas da comunidade, transformar reuniões em assembleias, auxiliar no processo de escolha dos representantes da população são ações que a gestão pública deve realizar para a elaboração dos planos plurianuais e dos orçamentos anuais. Dessa forma, os mecanismos de planejamento deixam de ser meros instrumentos técnicos e passam a ser pensados junto com a população.

No Ceará, a máquina administrativa se remodelou no final dos anos 1980 e início dos anos 1990. Ajuste e racionalidade deram a tônica das mudanças realizadas no setor público. A cartilha de redução da participação do estado, dos anos 1990, foi seguida à risca, com privatização do Banco do Estado do Ceará (BEC), empresa de energia elétrica e com extinção de vários órgãos públicos ocasionando demissões e aposentadorias voluntárias.

A partir do ajuste, realizado ainda em fins dos anos 1980, foi permitido ao governo do estado pensar novos redesenhos de processos administrativos e trabalhar a gestão de pessoas com maior grau de liberdade. Após o ajuste,

o setor público entra na fase de organização das contas públicas e eficiência nos modos de arrecadação, principalmente devido à afinação política existente entre os governos de fins de 1980, de 1990 e dos 2000, com pouca diferença foi mantida a metodologia para modernizar a gestão pública.

Hoje, o sistema estadual de planejamento é voltado para a gestão pública por resultados, destacando-se a orientação, a elaboração, a consolidação e o acompanhamento dos instrumentos de planejamento relacionados ao Plano Plurianual (PPA), Lei Orçamentária Anual (LOA) e Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO).

O acompanhamento das ações dentro do governo é feito através da Rede Estadual de Planejamento, estrutura sistêmica que dá suporte ao cumprimento das funções e que abrange todo o ciclo de planejamento, objetivando a eficiência, a eficácia e a efetividade dos programas e políticas públicas.

A valorização do servidor público, otimização dos processos de trabalho, desburocratização dos processos de gestão de pessoas e implantação de instrumentos que permitam a avaliação contínua do desempenho institucional e individual dos servidores fazem parte da estratégia de gestão de pessoas que conta também com a atuação da Escola de Gestão Pública na implementação da política estadual de desenvolvimento de pessoas.

O estado também participa do Programa Nacional de Apoio à Modernização da Gestão e do Planejamento dos Estados e do Distrito Federal (Pnage), que procura tornar a máquina administrativa mais ágil, eficiente e compatível com as políticas e estratégias da ação governamental e com as expectativas e interesses da sociedade.

O governo do Ceará também realiza a gestão das compras governamentais, que tem gerado ganhos de escala nas compras corporativas. O Pregão Eletrônico, como modalidade preferencial para bens e serviços comuns e a utilização dos Registros de Preços, aprimoram os métodos da licitação e conferem maior transparência aos certames.

Outra ação federal também utilizada pelo governo do estado do Ceará é o Programa Nacional de Gestão Pública e Desburocratização (Gespública), conduzido pelo Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, que tem como objeto a promoção da gestão de excelência na administração pública e desenvolve também ações de divulgação, sensibilização, capacitação e realização de oficinas de autoavaliação em organizações federais, estaduais e municipais que atuam em território cearense.

No tocante ao gasto com pesquisa, necessários ao planejamento e gestão, ressaltamos os trabalhos do Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará (Ipece), que tem desenvolvido pesquisa em diversas áreas relacionadas à po-

breza e à desigualdade de renda, bem como levantado e organizando dados fundamentais para o conhecimento do estado e balizamento de políticas públicas.

A tecnologia da informação é crucial para melhorar a qualidade na prestação dos serviços, aumentar os mecanismos de transparência e agilizar a comunicação interna e externa. Nesse sentido, o Cinturão Digital do Ceará, que consiste numa rede de transmissão de dados, permite a conectividade em velocidade razoável. Educação a distância, monitoramento de cargas nas fronteiras e câmaras de vigilância, e a telemedicina são serviços públicos tecnológicos que beneficiarão a população e que estão em funcionamento. A infraestrutura de fibra ótica será utilizada para prover banda larga aos municípios cearenses e para projetos sociais voltados para a inclusão digital da população.

Tabela 56

Ceará – Indicadores de planejamento e gestão
2007-2012

Indicadores	2007	2008	2009	2010	2011	
2012						
Municípios com cobertura de banda larga	-	1	22	58	72	99
Pop urbana com acesso ao serviço de internet banda larga	-	1.833.633	3.089.380	4.177.839	4.387.816	4.580.950
Servidores públicos capacitados	24.451	62.452	27.121	57.004	36.011	15.565

Fonte: Secretaria de Planejamento e Gestão do Estado do Ceará. Mensagem à Assembleia Legislativa. Governo do Estado do Ceará. Fortaleza, 2013.

POLÍTICA

PARTIDOS

Apresentamos a lista de partidos políticos e siglas existentes no estado do Ceará, presidentes estaduais (permanentes e provisórios) e endereços das legendas cadastradas em 2014. Um total de 31 partidos estão registrados no Tribunal Regional Eleitoral/Ceará, sendo que a maioria participou de coligações nas últimas eleições municipais realizadas em 2012:

- PT (13): Partido dos Trabalhadores (presidente: Francisco de Assis Diniz).
- PMDB (15): Partido do Movimento Democrático Brasileiro (presidente: Eunício Lopes de Oliveira).
- PROS (90): Partido Republicano da Ordem Social (presidente: Danilo Gurgel Serpa).
- PV (43): Partido Verde (presidente: Raimundo Marcelo Carvalho da Silva).
- PDT (12): Partido Democrático Trabalhista (presidente: André Peixoto Figueiredo Lima).
- DEM (25): Democratas (presidente: Moroni Bing Torgan).
- PCdoB (65): Partido Comunista do Brasil (presidente: Luís Carlos Paes de Castro).
- PCB (21): Partido Comunista Brasileiro (presidente: Francisco Paiva das Neves).
- PEN (51): Partido Ecológico Nacional (presidente: Samuel Moraes Braga).
- PHS (31): Partido Humanista da Solidariedade (presidente: Agostinho Frederico Carmo Gomes).

- PMN (33): Partido da Mobilização Nacional (presidente: Antônio Reginaldo Costa Moreira).
- PP (11): Partido Popular (presidente: José Linhares Ponte).
- PPL (54): Partido Pátria Livre (presidente: André Ramos Silva).
- PPS (23): Partido Popular Socialista (presidente: Alexandre Pereira Silva).
- PR (22): Partido da República (presidente: Lúcio Gonçalo de Alcântara).
- PRB (10): Partido Republicano Brasileiro (presidente: Ronaldo Machado Martins).
- PRP (44): Partido Republicano Progressista (presidente: Paulo Henrique Almeida Santos).
- PRTB (28): Partido Renovador Trabalhista Brasileiro (presidente: Antônio Aguiar Filho).
- PSC (20): Partido Social Cristão (presidente: Wellington Saboia Vitorino).
- PSD (55): Partido Social Democrático (presidente: Sebastião Almircy Bezerra Pinto).
- PSB (40): Partido Socialista Brasileiro (presidente: Aluísio Sérgio Novais Eleutério).
- PSDB (45): Partido da Social Democracia Brasileira (presidente: Luiz Alberto Vidal Pontes).
- PSDC (27): Partido Social Democrata Cristão (presidente: Francisco Ely Aguiar Alves).
- PSL (17): Partido Social Liberal (presidente: José do Carmo Gondim).
- PSOL (50): Partido Socialismo e Liberdade (presidente: Maria Cecília Feitoza Gomes).
- PSTU (16): Partido Socialista dos Trabalhadores Unificados (presidente: Francisco das Chagas Gonzaga).
- PTB (14): Partido Trabalhista Brasileiro (presidente: José Arnon Cruz Bezerra de Menezes).
- PTC (36): Partido Trabalhista Cristão (presidente: Aldenor Figueiredo Brito).
- PTdoB (70): Partido Trabalhista do Brasil (presidente: Haroldo da Silva Abreu).
- PTN (19): Partido Trabalhista Nacional (presidente: Antônio Costa Silva).
- SD (77): Solidariedade (presidente: Luiz Alves Noronha Junior).

COLIGAÇÕES

No Ceará, a recente história política foi hegemônica pelo Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), que governou o estado dos anos 1990 até 2006, e pelo Partido Socialista Brasileiro (PSB), que derrotou o PSDB com

a ajuda do PT, e governou entre 2007-2013. Em fins de 2013, o atual governador, e então presidente do PSB do Ceará, troca de partido e adere ao programa do Partido Republicano da Ordem Social (PROS) carregando muitos dos políticos do núcleo do governo e outros que eram fiéis ao chefe do Executivo. A extensa aliança formada em 2006, e que se manteve para a recondução do atual mandato em 2010, garantindo duas vitórias já no primeiro turno, poderá não se repetir nas eleições de 2014.

Em 2012, nas eleições municipais de Fortaleza, PT e PSB saíram separados, dividiram o eleitorado e a decisão ficou para os eleitores indecisos, que deram vitória ao candidato do governador. Esta eleição está sendo questionada junto ao Tribunal Regional Eleitoral pelo Diretório Municipal do Partido dos Trabalhadores por desrespeito à lei eleitoral.

O parlamento do estado do Ceará é composto por três senadores, 22 deputados federais e 46 deputados estaduais. O eleitorado cearense em 2012 foi de 6.192.371, sendo a maior parte mulheres e pessoas com faixa etária de 25 a 44 anos. De acordo com o Tribunal Regional Eleitoral (TRE-CE), 9,52% dos eleitores são analfabetos e 23,1% sabem apenas ler e escrever (Tabelas 57 e 58).

DIVISÃO ENTRE ESQUERDA E DIREITA

A política de esquerda no Ceará historicamente está vinculada ao PCB e ao PCdoB, partidos que entraram na clandestinidade durante a ditadura militar e que reapareceram recentemente, após a redemocratização. Muitos políticos considerados de esquerda se aglutinaram no antigo MDB (atual PMDB) durante o fim da década de 1970 e antes da redemocratização e do pluripartidarismo. A criação do PT nos anos 1980 fez renascer o sonho de um partido verdadeiramente democrático e que defendesse os direitos dos trabalhadores, os direitos sociais, os direitos das mulheres e que fosse uma oposição forte aos governos burgueses e liberais que sucederam o regime militar.

Tabela 57

Ceará – Eleitores, segundo o sexo
2004-2012

Sexo/eleitores	2004	2006	2008	2010	2012
Total	5.137.253	5.361.581	5.631.555	5.881.584	6.192.371
Homens	2.449.095	2.546.718	2.673.356	2.794.621	2.947.646
Mulheres	2.676.857	2.804.497	2.948.877	3.078.261	3.236.610
Sem Informação	11.301	10.366	9.322	8.702	8.115

Fonte: Ceará em Números. Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará (Ipece), Fortaleza, 2012.

Tabela 58**Ceará – Eleitores, segundo a faixa etária**
2004-2012

Faixa etária/eleitores	2004	2006	2008	2010	2012
Total	5.137.253	5.361.581	5.631.555	5.881.584	6.192.371
16 anos	93.311	60.812	82.018	61.757	86.744
17 anos	131.459	107.990	110.187	104.175	125.743
18 a 24 anos	1.055.323	1.088.097	1.090.431	1.094.580	1.084.854
25 a 34 anos	1.222.813	1.294.524	1.362.072	1.426.575	1.492.681
35 a 44 anos	999.906	1.041.146	1.072.999	1.107.788	1.148.295
45 a 59 anos	929.146	1.002.254	1.082.921	1.171.226	1.255.199
60 a 69 anos	395.293	408.639	441.064	471.901	510.825
70 anos ou mais	309.322	357.477	255.017	443.582	488.029
Idade ignorada	680	642	134.846	-	1

Fonte: Ceará em Números. Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará (Ipece), Fortaleza, 2012.

A atuação do PT nas ruas, nos sindicatos, nas universidades e junto à juventude renovou o sentimento por direitos sociais no país e fez ressurgir a esquerda para além do PT. Portanto, quando definimos partidos de esquerda, estamos nos referindo a bandeiras históricas em defesa do povo brasileiro. Os partidos de centro são aqueles mais voltados para a vida político-partidária, dependem da conjuntura política e do xadrez da sucessão eleitoral. Partidos de direita são aqueles que defendem interesses da propriedade e da classe burguesa em geral, são contrários à classe trabalhadora e aos direitos sociais, negando, por si só, uma maior e melhor redistribuição de renda do capital para o trabalho.

No Ceará, os seguintes partidos podem ser considerados de esquerda (7):

- PT (13): Partido dos Trabalhadores
- PSB (40): Partido Socialista Brasileiro
- PV (43): Partido Verde
- PCdoB (65): Partido Comunista do Brasil
- PCB (21): Partido Comunista Brasileiro
- PSOL (50): Partido Socialismo e Liberdade
- PSTU (16): Partido Socialista dos Trabalhadores Unificados

No centro, podemos elencar (19):

- PMDB (15): Partido do Movimento Democrático Brasileiro
- PROS (90): Partido Republicano da Ordem Social
- PDT (12): Partido Democrático Trabalhista
- PHS (31): Partido Humanista da Solidariedade

- PEN (51): Partido Ecológico Nacional
- PMN (33): Partido da Mobilização Nacional
- PPL (54): Partido Pátria Livre
- PR (22): Partido da República
- PRB (10): Partido Republicano Brasileiro
- PRTB (28): Partido Renovador Trabalhista Brasileiro
- PSC (20): Partido Social Cristão
- PSD (55): Partido Social Democrático
- PSDC (27): Partido Social Democrata Cristão
- PSL (17): Partido Social Liberal
- PTC (36): Partido Trabalhista Cristão
- PTdoB (70): Partido Trabalhista do Brasil
- PTN (19): Partido Trabalhista Nacional
- PRP (44): Partido Republicano Progressista
- SD (77): Solidariedade

Na direita, destacamos (5):

- PSDB (45): Partido da Social Democracia Brasileira
- DEM (25): Democratas
- PP (11): Partido Popular
- PPS (23): Partido Popular Socialista
- PTB (14): Partido Trabalhista Brasileiro

PROGRAMA DE ACELERAÇÃO DO CRESCIMENTO (PAC) NO CEARÁ

O Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) do governo federal foi lançado em 2007 reunindo investimentos em infraestrutura econômica e social com o objetivo de elevar a taxa de investimento da economia a partir da dinâmica pública. Procurando eliminar os gargalos de logística do país, o PAC também contém amplas ações nas áreas de Habitação, Transporte e Energia, com destaque para o aumento dos investimentos da Petrobrás na camada do pré-sal e energias alternativas, Programa Minha Casa Minha Vida e concessões de rodovias, ferrovias, portos e aeroportos.

No PAC, também estão incluídas desonerações tributárias – Simples Nacional, redução do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) – para estimular a atividade privada e o desenvolvimento do mercado de consumo, bem como expansão da oferta de empréstimos por parte dos bancos públicos. O programa foi concebido através de um extenso diagnóstico e estrategicamente planejado, sendo considerado o primeiro Plano de Ação Global dos últimos 30 anos. No Ceará, existem 1.989 empreendimentos do PAC divididos em seis eixos (Tabela 59).

O eixo Água e Luz para Todos tem foco nos investimentos para a universalização do acesso à água e energia elétrica. Os 299 empreendimentos estão divididos em três ações: Luz para Todos (dois empreendimentos), Recursos Hídricos (66 empreendimentos) e Água em Áreas Urbanas (231 empreendimentos).

O eixo Transportes tem como objetivo o investimento em rodovias e ferrovias. Os 33 empreendimentos estão divididos em cinco ações: Aeropor-

Tabela 59**Ceará – Obras do PAC, por área
2004-2012**

Eixos	Empreendimentos
Água e Luz para Todos	299
Transportes	33
Energia	60
Comunidade Cidadã	862
Minha Casa Minha Vida	206
Cidade Melhor	529
Total	1.989

Fonte: Ministério do Planejamento, 2013. Disponível em: www.pac.gov.br/estado/ce.

tos (3), Portos (7), Rodovias (14), Equipamentos para Estradas Vicinais (6) e Ferrovias (3).

Os investimentos em Energia garantem o suprimento de energia elétrica a partir de uma matriz energética baseada em fontes renováveis e limpas. Os 60 empreendimentos estão dividido em quatro ações: Geologia e Mineração (7), Geração de Energia Elétrica (39), Transmissão de Energia Elétrica (10) e Petróleo e Gás Natural (4).

O eixo Comunidade Cidadã consiste em serviços sociais e urbanos com ações de ampliação na cobertura de serviços comunitários nas áreas de saúde, educação e cultura. Os 862 empreendimentos foram divididos em cinco ações: Centro de Artes e Esportes Unificados (21), Quadras Esportivas nas Escolas (265), UPA, Unidade de Pronto Atendimento, (19), UBS, Unidade Básica de Saúde, (463), e Creches e Pré-Escolas (94).

O eixo Minha Casa Minha Vida, que tem como objetivo a redução do déficit habitacional voltado para famílias de baixa renda, possui 206 empreendimentos no Ceará e está dividido em três ações: Financiamento Habitacional (1), Minha Casa Minha Vida (1) e Urbanização de Assentamentos Precários (204).

Cidade Melhor é o sexto eixo do PAC, com 529 empreendimentos no estado. Voltado para a infraestrutura social e urbana, este eixo possui quatro ações: mobilidade urbana (12), saneamento (485), pavimentação (24) e prevenção de áreas de risco (8).

Apresentaremos a seguir um resumo das principais obras do PAC no estado do Ceará com valores e prazos extraídos do Ministério do Planejamento 2013. (Disponível em: www.pac.gov.br/estado/ce).

- 1) Eixão das Águas: abastecimento de água. Obra de responsabilidade do Ministério da Integração Nacional executada pelo Governo

- do Estado do Ceará. Trecho IV: concluído. Trecho V: previsão para 2011-2014. Valor R\$ 131,2 milhões.
- 2) Aeroporto de Fortaleza: reforma e ampliação do terminal de passageiros, pátio de aeronaves e adequação do sistema viário. Obra de responsabilidade da Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária executada pela Infraero. Previsão para 2011-2014. Valor: R\$ 193,7 milhões.
 - 3) Porto de Fortaleza: construção de Terminal de Contêineres, construção do Terminal Marítimo de passageiros e Dragagem de Aprofundamento. Obra de responsabilidade da Secretaria de Portos da Presidência da República executada pela Companhia Docas do Ceará e pela Secretaria de Portos. Previsão para 2011-2014. Valor R\$ 177,8 milhões.
 - 4) Porto do Pecém: duplicação do acesso rodoviário ao Porto do Pecém e adequação no acesso ao Porto do Pecém (BR-222/CE e CE-155). Obra de responsabilidade do Ministério dos Transportes e executada pelo Departamento Nacional de Infraestrutura em Transportes (DNIT). Previsão para 2011-2014. Valor da duplicação não divulgado em razão da possibilidade de uso do Regime Diferenciado de Contratação. Valor da adequação: R\$ 77 milhões.
 - 5) Ferrovia Transnordestina (três Trechos): trecho que interligará os municípios de Missão Velha (CE) e Salgueiro (PE). Obra que passa por seis municípios cearenses. Previsão para 2011-2014. Valor R\$ 96,3 milhões. Obra Concluída. Trecho que interligará os municípios de Missão Velha (PE) e São Gonçalo do Amarante (CE) – Porto do Pecém. Obra que passará por 22 municípios do estado do Ceará. Previsão para 2011-2014. Valor R\$ 396,4 milhões. Valor previsto para depois de 2014, R\$ 215,2 milhões. Trecho que passará pelos estados do Ceará, Pernambuco e Piauí. Obra passará por 23 municípios cearenses. Previsão para 2011-2014. Valor R\$ 3,8 bilhões. Valor previsto para depois de 2014, R\$ 1,6 bilhões. Obras de responsabilidade do Ministério dos Transportes executadas pela concessionária TL S.A.
 - 6) Usina Termelétrica a Carvão – Porto do Pecém I. Obra de responsabilidade do Ministério de Minas e Energia executada pela MPX Pecém Geração de Energia S.A. Previsão para 2011-2014. Valor R\$ 407,2 milhões. Obra concluída. Usina Termelétrica a Carvão – Porto do Pecém II. Previsão para 2011-2014. Valor R\$ 226,1 milhões.
 - 7) Usina Eólica: são 37 empreendimentos em todo o estado. Obra de responsabilidade do Ministério de Minas e Energia executada por diversas empresas privadas, estimada em mais de 3 bilhões de reais.

- 8) Petróleo e Gás Natural (Gasfor): obra de responsabilidade do Ministério de Minas e Energia executada pela Petrobrás. Previsão para 2011-2014. Valor R\$ 249,2 milhões.
- 9) Refinaria Premium II: obra de responsabilidade do Ministério de Minas e Energia executada pela Petrobrás. Valor não divulgado em razão da possibilidade de uso do Regime Diferenciado de Contratação.
- 10) Urbanização – Comunidades do Titanzinho e Serviluz em Fortaleza (CE). Obra de responsabilidade do Ministério das Cidades executada pela prefeitura de Fortaleza. Valor não divulgado em razão da possibilidade de uso do Regime Diferenciado de Contratação. Urbanização – Bacia do Rio Cocó em Fortaleza (CE). Obra de responsabilidade do Ministério das Cidades executada pela prefeitura de Fortaleza. Valor: R\$ 38,7 milhões. Urbanização – Bacia do Rio Maranguapinho em Fortaleza (CE) e complementação do Rio Maranguapinho (trechos zero e quatro). Obra de responsabilidade do Ministério das Cidades executada pelo Governo do Estado. Valor R\$ 256,9 milhões. Valor da obra de complementação não divulgado em razão da possibilidade de uso do Regime Diferenciado de Contratação.
- 11) Vila do Mar: urbanização de orla beneficiando os bairros do Pirambu, Cristo Redentor, Vila Velha e Barra do Ceará. Obra de responsabilidade do Ministério das Cidades executada pela prefeitura de Fortaleza. Valor: R\$ 257,1 milhões. Vila do Mar – 2ª fase, R\$ 33,5 milhões.
- 12) Minha Casa, Minha Vida. Obra de responsabilidade do Ministério das Cidades executada pelo Governo do Estado. Valor: R\$ 1,2 bilhões.
- 13) VLT (Veículo Leve sobre Trilhos): ligando a estação no bairro da Parangaba à estação do bairro do Mucuripe. Obra de responsabilidade do Ministério das Cidades executada pelo governo do estado. Valor: R\$ 273,8 milhões.
- 14) Mobilidade Urbana: BRT (Bus Rapid Transit), av. Alberto Craveiro (valor R\$ 33,7 milhões); BRT av. Paulino Rocha (valor R\$ 34,6 milhões); BRT av. Dedé Brasil (valor R\$ 41,6 milhões), de responsabilidade do Ministério das Cidades com execução da prefeitura de Fortaleza. Previsão para 2011-2014.
- 15) Metro de Fortaleza: Linha Sul – Implantação completa do trecho Carlito Benevides a Chico da Silva. Previsão para 2011-2014. Valor R\$ 241,5 milhões. Responsabilidade do Ministério das Cidades. Execução: Companhia Cearense de Transportes Metropolitanos

- (Metrofor). Linha Leste, com valor da obra não divulgado em razão da possibilidade de uso do Regime Diferenciado de Contratação. Estações de Metro: Padre Cícero e Juscelino Kubitschek. Previsão para 2011-2014. Valor R\$ 35 milhões.
- 16) Eixo via expressa Raul Barbosa. Responsabilidade do Ministério das Cidades com execução da prefeitura de Fortaleza. Previsão para 2011-2014. Valor R\$ 151,6 milhões.
 - 17) Implantação do Projeto de Requalificação Viária da Praia do Futuro – Fortaleza (CE). Responsabilidade: Ministério das Cidades. Execução: prefeitura de Fortaleza, com valor da obra não divulgado em razão da possibilidade de uso do Regime Diferenciado de Contratação.
 - 18) Drenagem de responsabilidade do Ministério das Cidades com execução da prefeitura de Fortaleza: execução de galerias no acesso ao Estádio Castelão na Bacia do Rio Cocó. Valor R\$ 39,8 milhões. Ampliação do Sistema de Drenagem Urbana na Bacia da Vertente Marítima. Valor R\$ 29,2 milhões. Ampliação do Sistema de Drenagem Urbana na Bacia do Maranguapinho. Valor R\$ 36,6 milhões.
 - 19) Drenagem: Execução de Barragem, Serviços de Drenagem do Rio Cocó e Remanejamento de Famílias – abrange os municípios de Fortaleza, Itaitinga, Maracanaú e Pacatuba. Responsabilidade: Ministério das Cidades. Execução: Governo do Estado do Ceará. Valor R\$ 222,0 milhões.
 - 20) Trem Metropolitano de Fortaleza (Linha Oeste) – Modernização do sistema de trens Metropolitano do trecho João Felipe de Fortaleza ao município de Caucaia, de responsabilidade do Ministério das Cidades e execução do Metrofor. Concluído.
 - 21) Ponte Estaiada sobre o Parque do Cocó: incluída no PAC devido a recomendações da Diretoria de Mobilidade Urbana da Secretaria Nacional de Transporte e Mobilidade Urbana (Semob). Os recursos são da ordem de R\$ 338 milhões, sendo R\$ 259 milhões do Orçamento Geral da União (OGU) e R\$ 79 milhões de contrapartida estadual. Extensão: 850 metros. Além da ponte, a obra compreende a criação de vias perpendiculares, recuperação e duplicação da malha existente, proporcionando a ligação do fluxo viário dos bairros Dunas, Praia do Futuro e Cidade 2000.

CONCLUSÕES

Após duas décadas em crise econômica, com elevadas taxas de desemprego, recessão e elevadas taxas de inflação, o Brasil consegue retomar os rumos do crescimento econômico nos anos 2000. Os principais problemas do desenvolvimento capitalista brasileiro, a inflação e a heterogeneidade da renda estão sendo enfrentados. São quase 20 anos de controle da inflação e dez anos de pequena melhoria na distribuição de renda, contrastando com as décadas imediatamente anteriores, que concentraram ainda mais a renda nas mãos de poucos.

É nesse contexto que o Nordeste e o Ceará se enquadram, principalmente diante da permanente política de transferência de renda, valorização do salário-mínimo, formalização e criação dos empregos, desoneração de tarifas e impostos, controle e monitoramento dos juros e do câmbio. Ademais, os objetivos de erradicar a exclusão e o analfabetismo também favorecem os estados mais pobres, promovem justiça social, retiram pessoas da condição extrema pobreza e intensificam o combate à miséria.

Mesmo com as melhorias elencadas e patrocinadas, na maioria das vezes, pelo governo federal, os desafios de uma federação pobre diante da hierarquia nacional são enormes. Além do recorrente fenômeno das secas, nos deparamos com um clima semiárido que exige criatividade e alternativas, com a extrema pobreza e disparidade de renda, com um padrão de saneamento insuficiente e que pode agravar ainda mais o sistema de saúde, com o déficit habitacional elevado e sem perspectiva de superação, com o descontro-

le na área de segurança pública, que requer redesenho, reformulações dos métodos atuais e redefinição do papel do Judiciário. Citando apenas cinco dos maiores problemas do Ceará, podemos entender a transformação ainda por ser realizada no estado.

Apesar dos estruturais problemas já relatados, o Ceará tem priorizado investimentos em infraestrutura a partir do diagnóstico de que o estado é pobre porque tem uma logística débil. A aposta na implantação de projetos que dinamizem a renda, gerem mais empregos, façam crescer o PIB do estado e a arrecadação, ou seja, promovam um maior crescimento, pode se dar de forma concentrada e sem resolver, mais uma vez, os entraves históricos. Não é natural que um choque de capitalismo promova a resolução de questões sociais. Parafraseando Celso Furtado, o subdesenvolvimento não é um estágio necessário do desenvolvimento, pode ser uma condição em si, nesse contexto é que entra o papel e a importância do Estado para a sua superação.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ACFOR – Autarquia de Regulação, Fiscalização e Controle dos Serviços Públicos de Saneamento Ambiental. Plano municipal de gestão integrada de resíduos sólidos de Fortaleza (CE). Fortaleza, 2012.

_____. Relatório sobre a concessão dos serviços públicos de abastecimento de água e esgotamento sanitário. Fortaleza, 2011.

ANAC – Agência Nacional de Aviação Civil. Brasília, 2013. Endereço para consultas: www.anac.gov.br.

ÂNGELO, R; HOLANDA, S; STUDART, T; e CARTAXO, J. (orgs.). Fortaleza e o Governo Popular – Ciclo de debates. Fortaleza: Partido dos Trabalhadores; Dedo de Moças Editora, 2012.

ASSEMBLEIA Legislativa do Estado do Ceará. Pronunciamento da Deputada Eliane Novais. Fortaleza, 2013.

ATLAS do desenvolvimento humano no Brasil 2013. Brasília, 2013. Disponível em: <www.atlasbrasil.org.br>.

CONSELHO Federal de Medicina. Brasília, 2013. Endereço para consultas: www.portal.cfm.org.br.

COSTA, M. O. *Formalização do emprego e inserção precária*: duas faces do mercado de trabalho da Região Metropolitana de Fortaleza. Instituto de Desenvolvimento do Trabalho, Fortaleza, 2011.

DIÁRIO OFICIAL do Estado do Ceará, várias edições. Fortaleza, 2007-2013.

FIOCRUZ – Fundação Oswaldo Cruz. Pesquisa sobre usuários de *crack* nas capitais brasileiras. Rio de Janeiro, 2013.

FÓRUM brasileiro de segurança pública. Brasília, 2013. Endereço para consultas: www2.forumseguranca.org.br.

FUNCEME – Fundação Cearense de Meteorologia e Recursos Hídricos. Fortaleza, 2012.

GRUPO de Comunicação O Povo. Anuário do Ceará 2012-2013. Fortaleza, 2013.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Brasília, 2010.

INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária. Brasília, 2013.

INFRAERO – Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária. Brasília, 2013. Endereço para consultas: www.infraero.gov.br.

IPECE. Ceará em números. Fortaleza, 2012.

_____. Informe n. 19 – *A evolução da desigualdade de renda entre os anos de 2000 e 2010 no Ceará e estados brasileiros*. Fortaleza, novembro de 2011.

_____. Informe n. 23 – *Perfil da raça da população cearense – a partir dos dados do Censo Demográfico 2010*. Fortaleza, março de 2012.

_____. Informe n. 29 – *Impacto econômicos dos principais investimentos na primeira gestão do governo Cid Gomes*. Fortaleza, abril de 2012.

Diário do Nordeste. Grupo Edson Queiroz de Comunicações, várias edições. Fortaleza, 2007-2013.

O Povo. Grupo O Povo de Comunicações, várias edições. Fortaleza, 2007-2013.

O Estado de S. Paulo. Grupo O Estado, várias edições. São Paulo, 2007-2013.

MINISTÉRIO da Justiça. Mapa da violência no Brasil, Brasília, 2012.

MINISTÉRIO do Planejamento, Orçamento e Gestão. Brasília, 2013. Endereço para consultas: www.pac.gov.br/estado/ce.

MTE – Ministério do Trabalho e Emprego. Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged), Brasília, 2013.

PESQUISA Ibope sobre a situação da segurança pública no Brasil. Rio de Janeiro, 2013.

PNAD, vários anos. Brasília, 2007-2013.

PREFEITURA de Fortaleza. Juntos Construindo a Fortaleza Bela 2005-2011. Coord. Nágela R. Alves. Prefeitura Municipal de Fortaleza. Fortaleza, 2012.

Carta Capital. Confiança, vários números. São Paulo, 2007-2013.

SADER, Emir (org.). *Lula e Dilma – 10 anos de governos pós-neoliberais no Brasil*. São Paulo: Flacso; Boitempo, 2013.

SECRETARIA das Cidades do Estado do Ceará. Fortaleza, 2013.

SECRETARIA de Planejamento e Gestão do Estado do Ceará. Mensagem à Assembleia Legislativa. Governo do Estado do Ceará. Fortaleza, 2013.

SECRETARIA de Segurança Pública e Defesa Social. Fortaleza, 2013.

SECRETARIA do Trabalho e Desenvolvimento Social. Fortaleza, 2013.

SINDICATO dos Trabalhadores de Água e Esgoto do Estado do Ceará. Relatório de atividades da companhia de esgoto do estado do Ceará (Cagece). Fortaleza, 2012.

TRIBUNAL Regional Eleitoral do Ceará. Fortaleza, 2013. Endereço para consultas: www.tre-ce.jus.br.

SOBRE O ORGANIZADOR E COLABORADORES

Coordenador

ALFREDO JOSÉ PESSOA DE OLIVEIRA é professor de Economia da Universidade Federal do Ceará, ex-secretário de planejamento da prefeitura de Fortaleza (2005, 2009-2012) e ex-secretário de administração da prefeitura de Fortaleza (2005-2009).

Colaboradores

LUIZIANNE DE OLIVEIRA LINS é professora do curso de Comunicação Social da Universidade Federal do Ceará, ex-presidente do Partido dos Trabalhadores (PT-CE, 2012-2013), ex-prefeita de Fortaleza (2005-2012), ex-vice-presidente da Frente Nacional dos Prefeitos (FNP) do Brasil (2011-2012), ex-deputada estadual pelo estado do Ceará (2003-2004) e ex-vereadora de Fortaleza (1997-2002).

RAIMUNDO NONATO LIMA ÂNGELO é ex-presidente do PT de Fortaleza e atual vice-presidente do PT do estado do Ceará.

NÁGELA RAPOSO ALVES é socióloga, mestre em Políticas Públicas pela Universidade Estadual do Ceará. Assessora Parlamentar e ex-secretária de Assuntos Institucionais da prefeitura municipal de Fortaleza (2005-2012).

JOSÉ MENELEU NETO é professor da Universidade Estadual do Ceará (curso de geografia), ex-secretário de planejamento da prefeitura de Fortaleza (2005-2009).

FRANCISCA ROCICLEIDE FERREIRA DA SILVA é historiadora, diretora do Departamento de Fomento e Estruturação a Produção do Ministério de Desenvolvimento Social e Combate a Fome, ex-secretária da Regional V (2006) , Regional IV (2008) e Regional II (2012) da prefeitura de Fortaleza. Coordenou o Projeto Vila do Mar pela prefeitura municipal de Fortaleza (2009-2011).

O livro *Ceará 2000-2013* foi impresso na Gráfica Santuário para a Fundação Perseu Abramo. A tiragem foi de 300 exemplares. O texto foi composto em Berkeley Oldstyle em corpo 11/13,2. A capa foi impressa em papel Supremo 250g e o miolo em papel Pólen Soft 80g.

ESTUDOS

Estados Brasileiros

Após duas décadas em crise econômica, com elevadas taxas de desemprego, recessão e elevadas taxas de inflação, o Brasil consegue retomar os rumos do crescimento econômico nos anos 2000. Os principais problemas do desenvolvimento capitalista brasileiro, a inflação e a heterogeneidade da renda estão sendo enfrentados. É nesse contexto que o Ceará – centro do estudo deste volume – e o Nordeste se enquadram, principalmente diante da permanente política de transferência de renda, valorização do salário-mínimo, formalização e criação dos empregos, desoneração de tarifas e impostos, controle e monitoramento dos juros e do câmbio. Ademais, os objetivos de erradicar a exclusão e o analfabetismo também favorecem os estados mais pobres, promovem justiça social, retiram pessoas da condição extrema pobreza e intensificam o combate à miséria.



FUNDAÇÃO

Perseu Abramo
Partido dos Trabalhadores

ISBN 978-85-7643-266-1



9 788576 432661